

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

KÁTIA REGINA FRANCO

O EDITORIAL NA SITUAÇÃO  
DE  
REDAÇÃO DE VESTIBULAR

VITÓRIA  
2008

KÁTIA REGINA FRANCO

O EDITORIAL NA SITUAÇÃO  
DE  
REDAÇÃO DE VESTIBULAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luciano Novaes Vidon.

VITÓRIA  
2008

BANCA EXAMINADORA:

---

Profº Drº Luciano Novaes Vidon. (UFES – orientador)

---

Profª Drª Hilda de Oliveira Olimpio. (UFES)

---

Profª Drª Raquel Salek Fiad. (UNICAMP)

---

Profª Drª Cleonara Maria Shwarts. (UFES) – suplente

---

Profº Drº José Augusto Carvalho (UFES) - suplente

Dedico este trabalho a todos os colegas de profissão, em especial àqueles que estão constantemente em busca de aperfeiçoamento para melhor atuarem no ensino da língua materna.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por me ter munido de capacidades para chegar até este nível e vontade para ir além; à minha filha, Yasmin, que cedeu muito de seu tempo em prol do cumprimento das exigências do curso; especialmente aos amigos Antônio, Arlene e Ilioni, assistentes incondicionais da revisão de meu texto e discussões de dúvidas diversas; e à Elaine e à minha sobrinha Kelly, na revisão do *abstract*. Agradeço à CCV pela cessão dos exemplares de redações sem os quais não me seria possível desenvolver esta pesquisa. A todos os professores que não só ministraram aulas, como também se propuseram a me ajudar na execução deste trabalho. Em especial às professoras Hilda e Lúcia Helena, que me auxiliaram com empréstimo de obra não mais publicada, cópias de material relevante para a pesquisa e orientações diversas. Sou grata ainda à professora Júlia Almeida que, em meio a dificuldades peculiares, encontrou tempo para ler e fazer sugestões em meu texto inicial. O meu muitíssimo obrigada ao meu Orientador, Luciano Novaes Vidon, que me recebeu com seriedade, vontade e garra, e me apoiou para que eu chegasse até o final desta empreitada. A todos, o meu muito obrigada.

“O homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma sociedade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.”

Émile Benveniste

## RESUMO

A proposta central desta dissertação é analisar como o gênero discursivo Editorial funcionou em uma situação de redação de vestibular. Por se tratar de um processo discursivo que envolve uma atividade complexa, recorreu-se a diversas teorias (textuais, discursivas, enunciativas, interacionistas), para discutir e pôr em evidência elementos que pudessem fundamentar a análise da inserção e adaptação do gênero Editorial no contexto do vestibular. A partir do pressuposto de que a redação de vestibular constitui um gênero textual-discursivo, investigou-se como esse gênero se realizou em um lugar diferente de sua esfera de atuação. A compreensão dos movimentos dialógico-discursivos para a adaptação genérica operada pelos sujeitos-candidatos foi investigada a partir de *corpus* constituído por redações produzidas no vestibular da Ufes 2006. A análise indicou que a maioria dos candidatos, no processo de adaptação, recorreu ao modo de organização de gêneros opinativos, o que os levou a estruturarem seus textos na forma dissertativo-argumentativa.

PALAVRAS-CHAVE: gêneros textual-discursivos, editorial, vestibular.

## ABSTRACT

The central proposal of this dissertation is to analyze how the Editorial genre discursive worked in the enunciative situation of the university entrance exam. Since it is a discursive process that involves a complex activity, a range of theories were convoked (textuals, enunciative, discursive, interactionism), for to discuss and to prove in evidence elements that could substantiate the analysis of the insertion and adaptation of the Editorial genre on the university exam context. From the presupposed that the university exam writing constitutes a textual-discursive genre thereafter, it was investigated how this genre was developed in a different place from its acting sphere. The comprehension of the dialogic-discursive movements for the generic adaptation used by the subject candidates was investigated from the writing constituted *CORPUS* produced in university exam UFES 2006. The analysis indicated that the majority of the candidates, in the adaptation process, the candidates used the opinative genres organization, which led them to structure their texts in the argumentative–dissertative way.

KEYWORDS: Textual-discursive genres, Editorial, University Entrance Exam.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1- TEXTO, DISCURSO E GÊNERO.....	15
1.1. Concepções e fronteiras entre texto e discurso .....	15
1.2. A polêmica em torno dos conceitos de Gênero Discursivo, Gênero Textual e Tipo Textual .....	20
2 – O GÊNERO A REDAÇÃO DE VESTIBULAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISCURSIVOS.....	34
2.1. Contextualização histórica da Redação de Vestibular .....	34
2.2. Configuração da Redação de Vestibular como um gênero escolarizado.....	39
2.3. Gêneros jornalísticos no âmbito vestibular.....	47
3 – ELEMENTOS INTRÍNSECOS DA INTERAÇÃO VERBAL NO CONTEXTO DA PROVA DE REDAÇÃO DO VESTIBULAR.....	40
3.1. Competências necessárias à produção e à interpretação de textos .....	49
3.2. Aspectos da dimensão social do Editorial .....	55
3.3. Aspectos da dimensão textual-discursiva do Editorial .....	57
3.4. Modo de constituição e de funcionamento dos gêneros na esfera jornalística.....	60
3.5. A questão da Autoria.....	64
3.6. Aspectos da dimensão Retórica do Editorial .....	74
4 – ANÁLISE DE UMA AMOSTRA DE REDAÇÕES SOB O GÊNERO EDITORIAL .....	83
4.1. Sobre a proposta do gênero Editorial de jornal .....	85
4.2- Análise das estratégias discursivas nas redações .....	88
4.2.1- Categoria Dissertação Escolar .....	89
4.2.2- Categoria Híbrida (Dissertação escolar e Editorial de Inauguração) .....	99
4.2.3- Categoria Editorial de Inauguração (ou de Apresentação) .....	104
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS .....	120
ANEXO I- QUADRO DE GÊNEROS SOLICITADOS EM REDAÇÕES DE VESTIBULARES .....	126
ANEXO II- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO DA UFES.....	127
ANEXO III- BOLETIM INFORMATIVO <i>COMPANHIA DA CRIANÇA</i> .....	128
ANEXO IV- BOLETIM INFORMATIVO <i>MASCARADOS INFORMA</i> .....	129

## O EDITORIAL NA SITUAÇÃO DE REDAÇÃO DE VESTIBULAR

### INTRODUÇÃO

Desde a graduação pudemos perceber, com maior clareza, como é difícil colocarmos as propostas de nossos interlocutores em um texto escrito elaborado segundo critérios acadêmicos. Ao desenvolvermos atividades de produção textual no ensino superior, especialmente no curso de Letras-Português, vivenciamos o quanto de escolhas, desde as lexicais e sintático-semânticas até as textuais-discursivas, era necessário observarmos para que o sentido que pretendíamos dar ao texto fosse satisfatório.

Quando finalmente assumimos carreira no magistério, já cursando uma especialização, percebemos o quanto éramos responsáveis por colaborar no desenvolvimento de competências lingüístico-discursivas dos alunos. Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já alertavam em suas diretrizes para a necessidade de atenção a certas competências que deveriam ser adquiridas no ensino de língua materna. Dentre as orientações dos PCNs, surge a proposta de ensino por meio dos gêneros textual-discursivos, proposta apoiada principalmente nas teorias de Mikhail Bakhtin (2000) e nos desenvolvimentos posteriores operados por outros estudiosos da linguagem, como Koch (1997), Travaglia (1997), Bronckart (1999), Schneuwly (2004), Marcuschi (2003).

Assim como eu, muitos outros colegas de profissão tentaram levar os diversos gêneros textual-discursivos que circulam socialmente para a sala de aula. Ora apoiados em livros didáticos, ora mesclando com a metodologia de seqüências didáticas de Dolz e Schneuwly (2004), nós professores tentávamos ampliar a competência textual-discursiva dos alunos. E, agora, como pesquisadores, propusemo-nos a investigar como os alunos estavam se saindo no processo de adaptação dos gêneros que aprendiam na escola a uma proposta de redação do vestibular.

Nossa curiosidade voltou-se, então, para os textos produzidos no concurso vestibular de alunos finalistas do ensino médio. Em monografia de especialização (FRANCO, 2005), considerando a redação de vestibular um instrumento de peso social que tem a prerrogativa de permitir ou não o acesso do aluno finalista da educação básica ao ensino superior,

buscou-se um entendimento maior da atuação dos vértices envolvidos no seu processo de produção textual: professores, alunos e comissões de vestibular. A compreensão da articulação entre as condições de ensino/aprendizagem da redação – escola e cursinhos pré-vestibulares – e os critérios avaliados pelos vestibulares foi motivada por *corpus* constituído por materiais oriundos de comissão de vestibular e por questionários para professores e alunos do ensino médio e cursos pré-vestibulares. Os resultados desta pesquisa, dentre outras questões, mostraram que há um interesse expressivo em aprimorar o domínio da língua escrita tanto por satisfação pessoal e profissional quanto para ter êxito no processo vestibular.

Dessa pesquisa, surgiu o interesse em investigarmos os resultados na situação de vestibular por meio de textos empíricos, produzidos em uma prova de redação, que comprovassem como os candidatos, recém-saídos do ensino médio, lidavam com a prova de redação no vestibular, desde a leitura e compreensão da proposta, do uso da coletânea ao texto final.

Nossa inquietação tornou-se mais acentuada quando lemos a proposta de redação do vestibular da Ufes, em 2006, solicitando a escrita de um editorial de jornal. Conhecendo uma parte pequena, mas significativa, de candidatos do vestibular, sabíamos que esse gênero não lhes era familiar (assim como não o era de inúmeras outras pessoas. Como ficou comprovado durante a pesquisa, a parcela de leitores de editorial de jornal é ínfima). Partindo da hipótese de que os candidatos não dariam conta de elaborar um Editorial de Jornal, nossas questões então fervilharam: Que mecanismos os candidatos acionariam para dar conta da proposta? De que forma eles adaptariam os conhecimentos de outros gêneros apropriados ao gênero editorial e, principalmente, numa situação de vestibular? Quais características do editorial seriam mantidas? E a questão da autoria institucionalizada dos editoriais? Eles teriam conhecimento disto para delimitar o lugar de onde falariam ao seu auditório? Que imagem fariam de seu interlocutor?

Algo como ponto de chegada e de partida, ao mesmo tempo, o texto do vestibular (redação) aguçou-nos desde cedo a curiosidade, pois se era (e continua a sê-lo) o desfecho de anos de educação básica, também torna-se o ponto de partida (quem sabe de continuidade?) para o ensino superior (posto que o vestibular medeia – e mede conhecimento, por que não? – dum nível para outro).

A investigação das questões postas partiu da seguinte perspectiva: o concurso vestibular é considerado o corolário da educação básica, na medida em que testa os conhecimentos adquiridos pelos candidatos durante sua vida escolar, e a redação é um tipo de avaliação que permite perceber um maior número de habilidades, principalmente textual-discursivas. Essa perspectiva abre uma porta para inúmeras oportunidades de análise genérica. No entanto, procuramos delimitar a investigação em torno dos movimentos dialógicos feitos pelos vestibulandos na construção do seu texto/discurso. O *corpus* para análise foi formado por 45 (quarenta e cinco) redações do vestibular da UFES/2006, de 5 (cinco) cursos distintos, todos do diurno, e com notas baixa, média e alta. Do total destas redações, 10 (dez) foram selecionadas para análise qualitativa do texto na íntegra.

Para tentar responder às questões que nos inquietavam, buscamos respaldo teórico tanto na concepção de gêneros do discurso de Bakhtin (2000) quanto na de autores que “beberam desta fonte”, mas, de alguma forma, a transpuseram (BRONCKART, 1999; KOCH, 2004 e 2006; MARCUSCHI, 2003; ROJO, 2005). Aos poucos pudemos perceber que, na situação escolar, o tratamento do gênero era sempre simulado devido a questões didático-metodológicas (SCHNEUWLY, 2004). Fez-se necessário, desse modo, retomar o percurso histórico do tratamento do texto na perspectiva da Lingüística Textual (doravante L.T.) até os dias atuais e só então aliá-la à teoria de gêneros. E, como a escola é o lugar privilegiado do ensino de gêneros que circulam na sociedade, outro ponto investigado foi o olhar dos teóricos sobre a redação, o ensino de redação e seu modo de organização. A averiguação do gênero redação foi focada em estudos históricos (SOARES, 1978; PÉCORA, 1992), nos modos de ensino/instrução de produção de textos e correção de redação (GARCIA, 2000; PILAR, 2002; TEREZO, 1999), bem como nos modelos de ensino de gêneros na escola (SCHNEUWLY, 2004).

Com a necessidade de verificar o funcionamento do gênero editorial em seu campo de atuação, a esfera jornalística foi, também, explorada à luz de estudiosos de textos jornalísticos (ANDRADE, 2000; BONINI, 2006; CUNHA, 2005). Trouxemos ainda a concepção de editorial de uma instituição jornalística (FOLHA DE SÃO PAULO), os estudos de lingüistas sobre gêneros opinativos e textos de comunicação (FILHO, 2005; LEITE, 2003; MAINGUENEAU, 2004; RODRIGUES, 2005) e autores que trataram da questão da autoria e da relação com o seu interlocutor ou auditório (FOUCAULT, 1992;

PERELMAN, 2005). Neste ponto, pudemos perceber a falta de referencial teórico, de estudos descritivos e analíticos do gênero editorial, o que nos obrigou a buscar apoio em análises comparativas de gêneros opinativos e delas extrair pontos comuns e específicos do gênero editorial.

O *corpus* então selecionado foi analisado de modo a observar os movimentos dialógicos discursivos percebidos no aspecto social e verbal e os movimentos de inter-relação dos interlocutores. Outras questões relevantes de análise foram o atendimento da proposta, no que se refere à construção do gênero editorial na situação de vestibular, elaborada pelos vestibulandos; as possíveis marcas de autoria impressas pelos candidatos; e a imagem do auditório presumido que visualizaram.

Para finalizar, resumiremos os quatro capítulos que compõem a organização desta pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta um quadro panorâmico da L. T. em que é possível observar os principais movimentos conceituais dos elementos que compõem a atividade de comunicação humana: língua, texto, discurso e sujeito, e a abertura que se deu para outras linhas de pesquisa. Dentre estas, emergem os estudos sobre os gêneros textual-discursivos. Segue-se, então, a discussão conceitual sobre gêneros textuais/ discursivos, em perspectivas teóricas diversas, todas fundamentadas em (re)leituras do conceito bakhtiniano de gêneros do discurso.

O segundo capítulo trata da contextualização histórica da redação de vestibular e de sua configuração como um gênero textual, escolarizado, com características peculiares. Em seguida, foi abordado o advento da inserção de gêneros jornalísticos na redação de vestibular.

O terceiro capítulo discute teoricamente as competências necessárias na interação verbal especificamente escrita, e atém-se, mais detalhadamente, ao funcionamento do gênero editorial na esfera jornalística, explicitando um conjunto de aspectos do gênero: dimensão social, dimensão textual-discursiva e a questão da autoria. Para finalizar, a abordagem das possíveis fronteiras conceptuais entre dissertação, argumentação e o gênero Editorial.

Finalmente, o quarto e último capítulo descreve sistematicamente a prova de redação do vestibular da UFES e a terceira questão do Vest-Ufes 2006, analisando sumariamente a proposta e partindo para a investigação da amostra de redações sob o gênero editorial. A investigação teve como foco os movimentos discursivos, a manutenção das características do editorial de jornal, a questão da autoria e a imagem do auditório.

Neste trabalho, o foco é a redação de vestibular por ser considerada um instrumento de peso social, avaliativo, que permite o acesso de um indivíduo ao nível superior da educação, passo importante para se habilitar em uma carreira profissional.

## 1- TEXTO, DISCURSO E GÊNEROS

A reflexão deste capítulo pretende endossar a proposição bakhtiniana de retirar a reflexão estrutural a respeito da língua e situá-la no campo do discurso, o que prevê um dialogismo da linguagem, um ato verbal de alguém para alguém. Desse modo, num primeiro momento, serão analisados alguns conceitos-chave como texto, discurso e língua na perspectiva dos estudos discursivos da linguagem. Dentro dessa panorâmica, questões sobre a temática dos gêneros textuais, gêneros discursivos, tipos textuais e seqüências discursivas comporão o capítulo visando a um maior esclarecimento conceitual.

### 1.1. Concepções e fronteiras entre texto e discurso

A construção deste tópico parte do pressuposto de que, para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a comunicação humana, é necessário delimitar a concepção sobre os principais elementos que compõem esta atividade: a língua, o texto (oral ou escrito), o discurso, o sujeito.

Para a apresentação desses conceitos, faz-se relevante retomar algumas questões fundamentais discutidas nos estudos atuais sobre as fronteiras entre texto e discurso, e suas possíveis dispersões, e reflexão sobre sujeito, que traz em seu bojo uma discussão sobre autoria.

O estudo do texto passou, ao longo dos anos, por diferentes abordagens, o que pode ser melhor percebido na própria trajetória da L. T. Em *Introdução à Lingüística Textual*, Koch (2004) traça a trajetória da disciplina, fornecendo uma visão panorâmica da teoria, cujo objeto específico são os processos de construção textual que possibilitam a produção de sentido no ato comunicativo e a interação dos participantes.

Na fase inicial da Lingüística Textual, entre meados da década de 60 e 70, o foco dos estudos era centrado nos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua. Como as teorias vigentes, estruturalista e gerativista, não davam conta de alguns fenômenos por ultrapassarem o nível da frase complexa, surge a análise transfrástica que ainda não considera o texto como objeto de análise, pois a observação parte da frase para o

texto. O texto era concebido como frase complexa. O texto, concebido como uma “seqüência coerente de enunciados”, enfatiza o papel dos elementos coesivos no estabelecimento da coerência textual. Porém, tal papel é questionado, na medida em que se observa que tais elementos não são essenciais e nem suficientes para a compreensão do sentido global do texto.

Passou-se a considerar o conhecimento intuitivo do falante na construção do sentido global do texto e no estabelecimento das relações entre as sentenças, bem como o fato de que os vínculos coesivos não asseguravam unidade ao texto, surgindo, desse modo, uma nova linha de pesquisa. Devido ao texto ser concebido como unidade lingüística superior à sentença, surge a preocupação de formularem uma gramática do texto, cujas regras seriam finitas e recorrentes, conhecidas por todos os usuários de uma dada língua.

Logo os lingüistas de texto sentiram a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, sendo o texto concebido como a unidade básica de comunicação/interação humana. Esse movimento ficou conhecido como “a virada pragmática”. Surgem, assim, as teorias de base comunicativa, tendo como expoentes Isenberg, Dressler, Petöfi, Motsch, Gülivh & Viehweger (cf. KOCH, 2004). Com isso, a pesquisa em L.T. ganha uma nova dimensão: já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas sim o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta.

Nessa nova vertente, a língua passa a ser concebida como um sistema real usado em determinados contextos comunicativos da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades não-lingüísticas do ser humano, e o texto passa a ser encarado como um processo, o que direciona a análise de textos para o seu funcionamento comunicativo, e não para a aplicação de regras de um sistema formal abstrato (KOCH, 2004). Nessa linha de análise, Koch é incisiva:

A relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade; ou seja, o ouvinte não se limita a entender o texto, no sentido de captar apenas o seu conteúdo referencial, mas necessita reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para quê” do texto [KOCH, 2004, p. 15].

Na década de 80, desponta uma nova orientação para os estudos do texto, partindo do princípio de que todo fazer é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva. Sob esse prisma, o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais. Entende-se que os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados dos diversos tipos de atividades da vida social e conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para o sucesso do evento de comunicação.

Koch (2004) elege os estudos de Heinemann & Viehweger sobre o processamento textual, nos quais os autores postulam que, nesse processo, concorrem quatro grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico (conhecimentos gramatical e lexical, responsáveis pela organização do material lingüístico na superfície do texto, pelo uso dos meios coesivos, pela seleção lexical adequada ao tema e aos modelos cognitivos ativados); o enciclopédico (armazenado na memória de cada indivíduo); o interacional (englobando os conhecimentos ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural, enfim, o conhecimento sobre as formas de interação através da linguagem); e o referente a modelos textuais globais (que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo, dentre outros conhecimentos específicos).

Dentro dessa perspectiva, amplia-se a noção de contexto. Se para a pesquisa transfrástica o contexto era meramente o co-texto, entendido como segmentos textuais e subsequentes a um enunciado, para a L.T., com o advento da pragmática, num primeiro momento o contexto é a situação de comunicação. Ampliando e abrangendo o entorno sócio-histórico-cultural comum aos membros de uma sociedade e representado na memória em forma de modelos cognitivos, o contexto passa a ser construído na própria interação dos sujeitos. Assim, conforme Koch (2004), o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e de construção dos sujeitos, dialogicamente. Conseqüentemente, surge uma série de questões pertinentes para a “agenda de estudos da linguagem”, dentre elas os gêneros.

A diversidade de espécie de textos fomentou a tentativa de delimitação e nomeação, culminando com várias proposições de classificação centradas, em sua maioria, na noção de gênero de texto (ou gênero de discurso). A evolução dos estudos sobre a linguagem, aponta para uma inter-relação entre texto e discurso, como aspectos que se complementam. Pode-se concebê-los, talvez, como conceitos distintos de fenômenos complementares.

Mainueneau (2005, p. 52) postula que os lingüistas recorrem indefinidamente a termos como discurso, enunciado e texto para se referirem às produções verbais, empregados tanto no singular (“o domínio do discurso”) quanto no plural (“os discursos se inscrevem”). Para o autor, tais termos possuem definições variadas e a concepção de discurso é sintomática da maneira como se concebe a linguagem, e sua modificação ocorre devido à influência de diversas ciências humanas sob a “etiqueta” da pragmática, que visa à apreensão da comunicação verbal.

Nessa linha, o autor apresenta características essenciais do discurso que o definem como uma organização que mobiliza estruturas para além da frase, unidades transfrásticas submetidas a “regras de organização vigentes em um grupo social” (MAINGUENEAU, 2005, p. 52). Ele é orientado, é uma forma interativa de ação sobre o outro, ainda que este não esteja presente, no caso das produções escritas, por exemplo. Além disso, o sentido do discurso é dado pelo contexto, por isso um mesmo enunciado, em contextos diferentes, adquire outro valor pela sua inter-relação com outros discursos. Para Mainueneau (2005, p. 55), o discurso precisa ser assumido por um sujeito como fonte de referências para ser constituído como discurso. É a identificação do sujeito que indicará a atitude em relação ao que diz e ao seu co-enunciador, o que implicará a condição de verdade do enunciado.

De modo geral, a concepção de sujeito está intimamente ligada à concepção de língua. Na perspectiva de gêneros discursivos, a língua é concebida como um lugar de interação, o que nos remete a um sujeito psicossocial, de caráter ativo. O sujeito não é um romântico solitário, na medida em que não age inteiramente livre, nem é assujeitado, já que não se conforma totalmente aos gêneros, apenas utiliza a relativa estabilidade das formas genéricas para seu discurso, um discurso próprio.

Bakhtin (2000) afirma serem os gêneros do discurso formas relativamente estáveis de enunciados. O falante/escritor usa tal relatividade estável para fazer escolhas do tema e do gênero, ao mesmo tempo em que deixa impresso seu estilo individual. Simultaneamente, utiliza a estabilidade como instância social e histórica que lhe permite interagir e ser compreendido pelo seu interlocutor na situação de comunicação. As escolhas permitidas ao sujeito estão ancoradas e legitimadas em sua esfera de atuação. O intuito discursivo do

sujeito se materializa nos enunciados concretos direcionados a um ouvinte ativo. O léxico escolhido, as seqüências tipológicas, os enunciados têm valores ideológicos e sociais.

Numa concepção dialógica da língua e de sujeitos atores/construtores sociais, o lugar de interação e de construção dos sujeitos é o próprio discurso. Desse modo, surgem na atividade discursiva vários implícitos captados apenas com a observação do contexto sociocognitivo dos participantes da interação. A compreensão, por sua vez, é uma atividade interativa complexa de produção de sentidos que exige não apenas a presença dos elementos lingüísticos na superfície textual, como também sua forma de organização, um conjunto de saberes enciclopédicos e a reconstrução destes no evento comunicativo. O sentido não pré-existe à interação comunicativa, mas é construído na relação discurso-sujeito. Os interlocutores, desse modo, agem sobre a língua.

Possenti (1993) atribui às análises de Jakobson, Austin, e Benveniste o fato de a língua ser vista como uma forma de atividade entre dois sujeitos. O autor afirma que novos estudos mostram que

A realidade não apresenta uma língua estruturada (...) a marcar a presença do sujeito. Apresenta-a, ao contrário, como tendo por traço relevante a própria atividade do sujeito, atividade esta de natureza constitutiva e não apropriadora. O que significa que o falante não deve submeter-se a um conjunto de regras, porque nem tudo é indeterminado. A atividade do sujeito não se dá apenas em relação ao aparelho formal da enunciação, mas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por esta atividade. [POSSENTI, 1993, p. 49].

O discurso é o objeto deste novo modo de abordagem dos fenômenos lingüísticos, entendido como um procedimento pelo qual se dá a atividade discursiva. Desse modo, o autor propõe a eliminação da dicotomia língua-discurso, por entender língua como objeto teórico e discurso como um objeto empírico. Por considerar, ainda, o discurso um acontecimento, assume que “nenhum discurso ocorre duas vezes, sendo, pois, um acontecimento único” (POSSENTI, 1993, p. 61).

Para Possenti (2003) o discurso precisa do texto, pois é no texto que o discurso se lineariza. No entanto, um discurso nunca equivale a um texto por este poder carregar mais de um discurso (interdiscursivamente), de um lado, e de outro, pelo caráter dispersante do

discurso que lhe permite ser materializado em vários textos, embora não em qualquer tipo de texto sem que seja alterado.

Voloshinov (1926/1976), em seus estudos sobre o enunciado poético, interrompe a análise da comunicação artística e volta-se para a observação dos aspectos da fala nas ações cotidianas, pois reconhece aí o lugar das conexões entre os enunciados e o meio social. As considerações que obteve por meio dessa análise vêm respaldar a tendência dessa pesquisa, pois o autor afirma que o discurso verbal, visto de forma isolada como um fenômeno puramente lingüístico, não pode ser verdadeiro ou falso. Ele afirma que o discurso não é auto-suficiente e abrange questões lingüísticas e extralingüísticas.

Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível dessa situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação [VOLOSHINOV, 1926/1976, p. 4].

O autor explica que a relação entre o discurso verbal e a situação extraverbal é assegurada pelo *contexto extraverbal* compreendido pelo horizonte espacial comum aos interlocutores, o conhecimento e a situação compartilhados pelos interlocutores e a avaliação comum dessa situação. “A situação se integra ao enunciado como parte constitutiva essencial da estrutura da significação”. (op. cit., p. 5).

Por fim, entendemos que a concepção de texto e discurso adotada e explicitada por Silva (1999) sustenta a proposta deste trabalho por concordarmos que é por meio do texto que se pode entender o funcionamento do discurso. Consoante à autora,

Por *discurso* entende-se aqui uma atividade sócio-comunicativa, produtora de sentido, construída por sujeitos sociais nas relações interacionais de que participam, o qual se manifesta lingüisticamente por meio do texto. (...) *texto* é aqui tomado como unidade de análise, por pressupor que é nele e por meio dele que se podem evidenciar e analisar os fatores lingüísticos e extralingüísticos que compõem as suas condições de produção e recepção. [SILVA, 1999, p. 87] (grifos da autora).

## 1. 2. A Polêmica em Torno dos Conceitos de Gênero Discursivo, Gênero Textual e Tipo Textual

Diante da multiplicidade de estudos sobre gêneros textual-discursivos, muitos autores desenvolveram trabalhos voltados para discussões conceituais em torno dessa questão. A

importância de uma reflexão sobre tais conceitos não é de caráter puramente terminológico; antes, seu caráter evidencia o aspecto teórico-metodológico adotado para atender o intento desta pesquisa. Acreditamos que a natureza conceitual de tais expressões auxiliará na análise do *CORPUS*, que, por sua vez, almeja entender e explicar o funcionamento do discurso no texto empírico dos vestibulandos.

Uma autora que se ocupou em analisar a evolução dos estudos envolvendo a questão de gênero, Roxane Rojo (2005), destaca que a mais importante constatação foi a de que esses trabalhos poderiam ser divididos em duas vertentes metateoricamente diferentes: teoria de gêneros do discurso ou discursivos e teoria de gêneros de texto ou textuais. Ambas as vertentes encontravam-se enraizadas em diferentes releituras da herança bakhtiniana. A primeira vertente, tendo como expoentes autores de referência como o próprio Bakhtin, Holquist, Silvestre e Blank, Brait, Faraco, Tezza, Castro (cf. ROJO, 2005), dentre outros, focava seus estudos nas situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos; e a segunda, representada principalmente por Bronckart e Adam (cf. ROJO, 2005), centrava-se na descrição da materialidade textual.

Em sua pesquisa, Rojo pôde perceber que, embora os trabalhos adotassem vias metodológicas diversas para o tratamento do gênero, todos acabavam por fazer descrições de “gêneros”, de enunciados ou de textos pertencentes a algum gênero. Os dados levantados levaram-na a questionar se as designações gêneros do discurso (ou discursivos) ou gêneros textuais (ou de texto) significam o mesmo objeto teórico, ou não. A pertinência da questão tornou necessário um olhar sobre a teoria de alguns autores que se ocuparam em conceituar os termos supracitados.

Gomes-Santos (2003, p. 315) discute as diversas nuances conceituais que o termo *gênero* traz desde a configuração de trabalhos sobre o tema – “a questão do gênero”, “o conceito de gênero”, “a noção de gênero”, até os predicados que lhe são imputados: “gênero textual”, “gênero comunicativo”, “gênero discursivo”, “gênero do discurso”, “gênero social”.

No que se refere às tendências dos estudos sobre gênero na pesquisa acadêmica brasileira, o autor levanta a complementaridade entre as reflexões bakhtinianas e os estudos da

análise do discurso de orientação francófona e/ou das lingüísticas de texto. Podem ser citados os trabalhos da L. T. voltados para as questões da organização textual-discursiva de determinados gêneros/textos e os aspectos de atividades discursivas em suas modalidades falada e escrita.

Para Gomes-Santos (2003), os pesquisadores partem da pressuposição de um determinado conceito de gênero e de certa prática de linguagem definida *a priori* como gênero para descrever e analisar fatos de linguagem, tanto os relativos à dimensão propriamente textual quanto aqueles ligados ao funcionamento enunciativo-discursivo desses textos/gêneros (estratégias de ataque à face, heterogeneidade, dêiticos, argumentatividade). O foco do estudo é o fenômeno de linguagem e o pressuposto parece ser o de que um mesmo fenômeno pode funcionar de modo particular conforme o gênero em que ocorre. Delineia-se, nesse caso, a idéia de que o gênero é um suporte concreto em que se semiotizam fatos de linguagem particulares. (GOMES-SANTOS, 2003, p. 321).

Enfim, segundo Gomes-Santos, o conceito de gênero parece emergir no lugar de articulação entre texto e discurso, o que, de um lado, permite que disciplinas lingüísticas diversas o tomem como categoria pertinente de análise e, de outro, que a L.T. e os domínios a ela conexos tomem parte na tematização do conceito. Avaliar as formas e o funcionamento desse fenômeno implica, entre outras tarefas, o investimento na reflexão de cunho epistemológico quando do tratamento da questão do gênero. (GOMES-SANTOS, 2003, p. 323).

Diante da constatação de Rojo (2005) e de Gomes-Santos (2003), de que os estudiosos da questão tiveram seu ponto de partida na teoria sobre gêneros do discurso de Bakhtin (2000), a discussão será feita a partir da teoria deste autor, numa perspectiva dialógica da linguagem, bem como da leitura que outros autores fizeram dela. Rodrigues (2005), antes de expor a concepção de gênero na perspectiva de Bakhtin, defende ser imprescindível destacar algumas questões voltadas para autoria dos textos bakhtinianos, divulgados a partir da metade da década 1960, apesar de terem sido produzidos entre os anos 1919 e 1974, pelo Círculo de Bakhtin, composto por Bakhtin, Voloshinov e Medvedev. A autora passa a utilizar o termo Círculo de Bakhtin quando a autoria do texto pode ter sido de outro integrante do grupo e ter sido atribuída a Bakhtin.

Para expor uma concepção sobre gênero na perspectiva do Círculo, um primeiro ponto posto em evidência pela autora (RODRIGUES, 2005, p. 154), é a problemática terminológica da obra bakhtiniana, resultante de dois fatores. Em primeiro lugar, durante seu percurso teórico, nota-se certa predileção por alterações de termos (“formas dos atos de fala”, “diferentes modos de discurso”, “formas de interação verbal”, “gêneros lingüísticos”, “formas de discurso”, “gêneros”, “formas de discurso social”, “formas de enunciação”) presentes na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, por exemplo, mas sempre ressignificados. Outro fator origina-se das questões de traduções da obra do círculo bakhtiniano.

Ainda conforme Rodrigues (2005, p. 154), para entender a noção de Gêneros do Discurso na perspectiva do Círculo, é preciso compreender os seus fundamentos, seu lugar e seu papel no conjunto de suas formulações composto pela *concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem, o caráter sócio-histórico, ideológico e semiótico da consciência e a realidade dialógica da linguagem e da consciência – o que significa associá-lo às noções de interação verbal, comunicação discursiva, língua, discurso, texto, enunciado e atividade humana.*

Bakhtin (2000) afirma que a língua, ao ser utilizada nas diversas esferas da atividade humana, elabora seus “tipos relativamente estáveis” de enunciados (orais ou escritos): os “gêneros discursivos”. Assim como as atividades humanas são inumeráveis, o é a diversidade dos gêneros. Estes incluem desde a curta réplica do diálogo cotidiano, a carta e os documentos oficiais até as várias formas de produção científica e as formas literárias.

Para englobar toda a variedade de tipos de enunciados verbais, Bakhtin dividiu os gêneros em primários e secundários. São caracterizados como gêneros primários os empregados em situações de comunicação relacionadas a esferas sociais cotidianas, como o diálogo e a carta; e os gêneros secundários são relacionados a esferas mais complexas e públicas, cuja interação social, muitas vezes, é mediada pela escrita. No seu interior, o gênero secundário absorve e transmuta os gêneros primários, ganhando em geral uma forma composicional monologizada.

Para o autor, em cada esfera da atividade há um repertório de gêneros do discurso, transformando-se e ampliando-se na medida em que a própria esfera se desenvolve. A noção de gêneros do discurso difere da noção de tipologias de gêneros, no sentido de Bakhtin, por não enfatizar as classificações, mas a função de cada gênero, o fato de que se modificam e se expandem. Embora os gêneros mais estabilizados possam ser reconhecidos pela sua dimensão lingüístico-textual, Bakhtin atribui aos gêneros uma natureza social, discursiva e dialógica, e enxerga-os a partir de sua historicidade. Desse modo, pode-se afirmar que Bakhtin e o Círculo correlacionam os gêneros às esferas da atividade humana, às situações de interação dentro de determinada esfera social. Um gênero se constitui em uma dada situação social de interação; tem sua finalidade discursiva, sua própria concepção de autor e destinatário.

Segundo Rodrigues (2005), diante desses elementos que constituem um gênero, a situação social de interação dos gêneros pode ser articulada à noção de cronotopos. Cada gênero tem seu campo predominante de existência (seu cronotopo), onde é insubstituível, não suprimindo aqueles que já existem. Como exemplo, na esfera jornalística, o comentário e o artigo assinado não excluíram o editorial. Para essa autora, a forma dialética da constituição dos gêneros pode explicar a concepção de gênero como um “tipo relativamente estável de enunciado”. Historicamente constituídos, os gêneros adquirem um efeito “normativo” sobre as interações verbais, “englobam forma histórica, são produtos culturais, modos sociais de dizer, mas são antes uma atividade social da linguagem, modos de significar o mundo”. (RODRIGUES, 2005, p.166).

Bakhtin (2000) apresenta ainda outros três componentes indissociáveis dos gêneros: o conteúdo *temático* determinado; a *composição*, heterogênea devido à grande diversidade da atividade humana; e o *estilo*, que diz respeito ao uso típico dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua.

Rojo (2005, p. 197) lembra que esses elementos essenciais são, muitas vezes, determinados “pelas relações sociais, institucionais e interpessoais” da parceria entre locutor e interlocutor, “vistas a partir do foco da apreciação valorativa do locutor”. A autora ressalta ainda que as relações entre os parceiros da enunciação são estruturadas e determinadas de acordo com os lugares sociais nas variadas instituições e situações sociais de produção dos

discursos. Em cada uma das *esferas comunicativas* - esferas do cotidiano (familiar, íntima, comunitária, etc.) e as esferas dos sistemas ideológicos constituídos (da moral social, da ciência, da arte, da religião, da política, da imprensa, etc.) – os interlocutores podem ocupar diferentes lugares sociais, o que determinará as relações hierárquicas e interpessoais, os temas, as finalidades ou intenções comunicativas. Cada esfera acaba por cristalizar historicamente um conjunto de gêneros mais apropriados a esses lugares e relações. É a situação de interação, o tempo e lugar histórico-sociais irrepetíveis que garantem a cada texto e discurso sua singularidade.

Ao referir-se à noção bakhtiniana de gênero, Koch (2003:54) ressalta a sua concepção dinâmica. Os gêneros estão sujeitos a alterações conforme as mudanças sociais. Nessa mesma linha, Marcuschi (2003, p. 30) define os gêneros como atividades sócio-discursivas (orais ou escritas) intimamente ligadas à vida social e, portanto, maleáveis e dinâmicos. São sensíveis às mudanças sociais que ocorrem devido às invenções tecnológicas e podem ser entendidos como “artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano”. (op. cit., 2003, p. 54).

Ainda de acordo com Marcuschi (2003:22), é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Essa é uma postura adotada por autores que analisam a língua em seus aspectos discursivo e enunciativo, para quem a língua é entendida e estudada na sua função sócio-interativa. Sendo assim, os gêneros seriam definidos mais por seus aspectos funcionais do que por seus aspectos formais. Sem utilizar a terminologia *gêneros do discurso*, antes optando por *gêneros textuais*, o autor faz uma distinção entre os termos gênero textual e tipo textual.

Tipo textual é a expressão utilizada para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). São as categorias conhecidas como narração, argumentação, descrição, exposição e injunção [op. cit., 2003, p. 22].

Gênero textual, por sua vez, conforme Marcuschi (2003), remete a todos os textos concretos de nossa vida prática e diária, com características sócio-comunicativas “definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica, não sendo prioritariamente vinculado a seus aspectos formais” (Marcuschi, 2003, p. 22). São incontáveis e entre eles estão: telefonema, carta pessoal, carta comercial, bilhete,

reportagem jornalística, edital de concurso, piada, aulas virtuais, carta eletrônica, dentre outros. A partir da definição apresentada, pode-se deduzir que o texto é a materialização do gênero, que, por sua vez, é constituído por seqüências lingüísticas ou tipos de textos. Importante ressaltar o deslocamento teórico operado por Marcuschi ao substituir o termo *discurso* por *texto* e utilizar de noções como *tipo e seqüências lingüísticas*, o que parece tratar-se de se afirmar como lingüista textual e não do discurso, por exemplo.

Rojo (2005, p. 188) assinala que as reflexões de Marcuschi (2003) “aproximam as noções de *gênero, texto e discurso*, diluindo a existência social do gênero enquanto *universal concreto*”. Para a autora, é uma definição muito distante da visão bakhtiniana de “enunciado ou texto como *produto material (materialização)* de um *universal igualmente concreto que é o gênero*” [grifos da autora]. É uma abordagem de gêneros textuais, diferentemente da proposta bakhtiniana, que se interessa em fazer uma descrição mais propriamente da materialidade lingüística do texto ou mais funcional/contextual do gênero, não privilegiando a significação, exceto quando se refere ao conteúdo temático. Rojo destaca, ainda, que o analista bakhtiniano tem como busca a significação, o acento valorativo e o tema sinalizados pelas marcas lingüísticas, pelo estilo e pela estrutura composicional do texto.

De modo diverso, Silva (1999) considera que as idéias de Marcuschi dialogam, em grande parte, com as noções bakhtinianas sobre a noção de gênero. Igualmente importando-se com a questão conceitual das noções de gênero discursivo e tipo textual, Silva (1999) busca explicar a que funcionamento tais categorias se prestam. A distinção entre elas é dada para fins teórico-metodológicos de análise de diferentes realidades do funcionamento do discurso.

Após considerar concepções diversas sobre gênero discursivo e tipo textual, Silva (1999) considera que as caracterizações atribuídas à noção de tipo textual são dispostas de modo que, parcialmente, uma se sobrepõe à outra. Dessa maneira, uma pressiona a outra

dimensionando-a como categoria de análise que se define à luz de um conjunto de princípios textual-discursivos, que incidem fundamentalmente sobre planos internos da composição do texto, nos quais se atualizam os modos de organização discursivos que nele figuram. Esses modos discursivos, ou tipos

textuais, como se expôs, assumem formas e funções variáveis e específicas, dada a natureza do gênero a que pertence o texto. (SILVA, 1999, p. 105).

Percebemos claramente como as duas categorias, gênero discursivo e tipo textual, se entrecruzam na análise textual-discursiva de um texto concreto, bem como confere o caráter intrínseco da observação do discurso no texto que o materializa. O texto, ao seu modo, exige certos modos discursivos conforme cada gênero empregado na interação verbal. Por gênero discursivo, Silva (1999) entende ser

Uma designação que diz respeito a todas e quaisquer manifestações concretas do discurso produzidas pelos sujeitos em uma dada esfera social do uso da linguagem. (...) os gêneros são formas de funcionamento da língua que nós, sujeitos, construímos e atualizamos na forma de texto, nas situações discursivas de que participamos. São fenômenos contextualmente situados, (re)conhecidos por nós empiricamente. (op. cit. 1999, p. 105).

A partir destas considerações, a autora defende uma relação de entrecruzamento entre as duas noções ao serem usadas como categoria de análise para refletir e caracterizar “como se manifesta o discurso no texto” (SILVA, 1999, p. 105).

De forma semelhante à de Marcuschi, as teorias franco-suíças tratam a questão dos gêneros como questão de texto. No entanto, Bronckart (1999), diferentemente de Marcuschi (2003), utiliza a noção de *tipos de discurso* além da noção de mundos discursivos.

Na vertente do Interacionismo Sócio-discursivo, Bronckart (1999) apresenta uma acepção geral do texto aplicada a toda e qualquer produção de linguagem situada, oral ou escrita, que veicula uma mensagem organizada lingüisticamente, que objetiva um efeito coerente sobre o destinatário. Diante desta possibilidade genérica da noção de texto, é possível afirmar que, na diversidade de exemplares de textos observáveis, também há um grupo de características diferenciais, advindas de espécies de textos de um determinado grupo social e as variações que cada integrante do grupo insere ao reproduzir um texto, adaptando-o à situação de comunicação. Na perspectiva de texto como produto da atividade humana, articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos, Bronckart (1999) ressalta a evolução e diversidade dos contextos sociais. Infere-se que, em cada comunidade verbal, foram elaborados muitos modos de fazer textos, resultando em diferentes *espécies de textos*. Nos termos do autor,

Essa noção de *espécie de texto*, (...) designa todo conjunto de textos que apresentam características comuns. A emergência de uma espécie de texto pode estar relacionada ao surgimento de novas motivações (...) ou ao aparecimento de novos suportes de comunicação (...) [BRONCKART, 1999, p. 72-73] (grifos do autor).

Bronckart (1999), em conformidade com Bakhtin, postula que qualquer espécie de texto pode ser designada como gênero, bem como todo exemplar de texto pertence a um gênero. A título de definição, Bronckart, afirma que “todo texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero”, e, por isso, ele adota a expressão gênero de texto em vez de *gênero do discurso*. (op. cit. p. 75).

O autor explica sua posição:

Enquanto, devido à sua relação de interdependência com as atividades humanas, os gêneros são múltiplos, e até mesmo em número infinito, os segmentos que entram em sua composição (segmentos de relato, de argumentação, de diálogo, etc.) são em número finito, podendo, ao menos parcialmente, ser identificados por suas características lingüísticas específicas. (...) Esses diferentes segmentos que entram na composição de um gênero são produto de um trabalho particular de semiotização ou de colocação *em forma discursiva* e é por essa razão que serão chamados de discursos (...) [BRONCKART, 1999. p. 75-76] (grifos do autor).

Bronckart (1999) defende ainda que um gênero pode ser definido com base em critérios lingüísticos, haja vista todos os gêneros serem constituídos por segmentos (de relato, de diálogo, de narração, de argumentação) com semelhanças lingüísticas. Desse modo, “somente os diferentes segmentos que compõem um gênero podem ser reconhecidos e classificados por tais critérios”. (op. cit. p. 75). A partir dessa reflexão, o autor utiliza a expressão “tipo de discurso para designá-los (os segmentos), em vez da expressão *tipo textual*”, definida por Marcuschi (2003). (grifos do autor).

Ao apresentar a teoria interacionista sóciodiscursiva em que Bronckart se inscreve, Machado (2005) afirma que não há um conceito de gênero que possa ser atribuído de forma isolada a Bronckart. Para a autora, há uma concepção advinda de diversas disciplinas, como a psicologia da linguagem e didática de línguas concebidas e desenvolvidas na concepção do grupo de pesquisadores da Unidade Didática de Línguas da Faculdade de Psicologia e ciências da Educação da Universidade de Genebra (Bronckart, Schneuwly e Dolz), que buscaram constituir o interacionismo sociodiscursivo. O que se

pode afirmar é que, para Bronckart (1999), todo texto empírico é um exemplar de gênero, composto por um ou vários tipos de discurso planejados em seqüências convencionais. Os tipos de discurso são segmentos de *textos* ou até mesmo um texto inteiro, que apresentem características próprias em diferentes níveis. São formas de organização lingüística, sendo quatro *tipos de discursos* básicos: *interativo, teórico, relato interativo e narração*, que podem aparecer como elemento constitutivo de todos os gêneros textuais.

Considerando que as combinações possíveis desses tipos de discursos são infinitas, e por isso o autor defende a impossibilidade de classificar cada *gênero* apenas por esse critério, Bronckart (1999, p. 256-257) aponta outra possibilidade de categorização. O autor assinala como possibilidade definir e classificar o gênero de forma indireta tendo como critério as espécies de “ação de linguagem que semiotizam”, um critério para classificação de grandes famílias de *gêneros de textos*, levando em conta o *tipo de discurso principal* que os caracteriza: *gêneros narrativos, expositivos, interativos ou de relato*.

Esse modelo de critério de classificação em “famílias de gêneros” remete à concepção teórica de Bazerman (2005). O foco de observação deste autor está centrado na interação, na situação histórico-cultural expandindo-se pela realidade social na qual são analisados conjuntos de gêneros, sistemas de gêneros e atividades, cujo limite ultrapassa as formas individuais. Mais precisamente, é um estudo da circulação de discursos e de suas inovações no formato de circulação, meios, canais, modos retóricos e tipificação.

Numa perspectiva sócio-interativa do tratamento de gênero, Bazerman (2005) postula que, ao usarmos o texto, organizamos nossas ações diárias, criamos significações e fatos sociais num processo interativo tipificado em sistema de atividades que coordena as ações discursivas significativamente. Para o autor, os gêneros não são cristalizados em traços textuais; é uma categoria sócio-histórica em constante mutação, e cada gênero é reconhecido pelas pessoas em qualquer tempo. Bazerman (2005) considera imprescindível o papel criativo dos indivíduos no uso e na construção de sentidos, já que reconhece haver diferentes formas de percepção e compreensão da comunicação em novas circunstâncias e mudanças no modo de compreender o gênero com o passar do tempo.

Vale trazer a concepção de gênero como instrumento, defendida por Schneuwly (2004). O autor assume que, ainda que não aborde diretamente, “é pelo viés da noção bakhtiniana de gêneros secundários (op.cit., 2004, p. 23)” que pensa a ontogênese da linguagem. O propósito de base do autor é defender o gênero como ferramenta, na perspectiva sócio-interacionista, em que a atividade é necessariamente tri-polar. A ferramenta, simultaneamente, medeia e representa uma atividade, o que permite também dizer que ela ocupa o lugar privilegiado das transformações dos comportamentos. No entanto, para tornar-se mediadora e transformadora da atividade, precisa ser apropriada pelo sujeito.

A título de exemplo, tomemos a proposta de redação de vestibular. O instrumento que medeia a situação de comunicação (redação de vestibular) é o gênero proposto (neste trabalho, o editorial de jornal) que dá forma e representa a atividade, simultaneamente. Como instrumento mediador, apresenta características específicas: há o elemento, fora do sujeito, materializado “por sua própria forma, as operações que tornam possíveis os fins aos quais o instrumento é destinado” (SCHNEUWLY, 2004, p.24); há ainda o sujeito, que por sua vez, precisa se apropriar do instrumento para torná-lo mediador, transformador da atividade (atender a proposta da redação). Na medida em que o sujeito constrói os esquemas de utilização do instrumento pré-existente (o gênero editorial de jornal), é possível transformar os comportamentos, definir ações a partir da finalidade que se quer atingir (passar no vestibular).

O domínio do gênero pelo sujeito igualmente é apontado por Bakhtin, tanto dos gêneros padronizados (das felicitações, dos votos, etc.) “que o querer-dizer individual do locutor quase que só pode manifestar-se na escolha do gênero, cuja expressividade de entonação não deixa de influir na escolha”, quanto dos gêneros mais livres e mais criativos da comunicação verbal oral (conversas familiares, amigáveis, etc). Para o autor “a maior parte desses gêneros se presta a uma reestruturação criativa (...), mas um uso criativo livre não significa ainda a recriação de um gênero: para usá-lo livremente, é preciso um bom domínio do gênero”. (BAKHTIN, 2000, p. 302). A dificuldade que o autor aponta para o sujeito não conseguir reestruturar um gênero é a falta de domínio deste gênero. Bakhtin não se atém à questão do modo de reestruturação dos gêneros. É o que critica Schneuwly (2004).

Na concepção de Schneuwly (2004) do gênero como ferramenta, destaca-se a presença de um sujeito que age discursivamente numa determinada situação, por meio de um instrumento – o gênero – cuja forma permite a produção e a compreensão dos textos. É neste ponto da teoria que Schneuwly (2004) apresenta a problemática que vê nas afirmações de Bakhtin sobre os gêneros do discurso como artefatos dados aos falantes e não criados por eles (BAKHTIN, 2000, p. 304), uma vez que os falantes se servem dos gêneros. Schneuwly assevera que, mesmo que o falante possua um repertório variado de gêneros, há o problema da adaptação do gênero a uma situação concreta. O autor reconhece que Bakhtin enfatiza a mutabilidade, a flexibilidade dos gêneros, mas não diz nada sobre os mecanismos desta adaptação. “De fato, tudo se passa como se essa forma tivesse sempre estado lá; ela não é dinamizada”. (SCHNEUWLY, 2004, p. 27). Considerando essa aceção do gênero “imediatista”, Schneuwly aponta para o problema da adaptação do gênero a uma dada situação de comunicação. A situação de vestibular, por exemplo, é uma situação concreta em que o vestibulando precisa adaptar um determinado gênero de circulação social, com formas padronizadas e institucionalizadas, a uma situação não-natural. Como deveria ocorrer essa adaptação?

O esquema de adaptação formulado por Schneuwly (2004, p. 27-28), que interessa neste trabalho, e que será retomado na análise, é o de articulação do gênero à base de orientação da ação discursiva. Este esquema funciona em dois sentidos. Num primeiro sentido, o gênero como instrumento, concebido como unidade de conteúdo temático, composição e estilo, “deve poder ser adaptado a um destinatário preciso, a um conteúdo preciso, a uma finalidade dada numa determinada situação”. Num outro sentido, “uma situação pode ser concebida, conhecida como uma situação de linguagem que suporta uma ação de linguagem de um certo tipo, somente na medida em que um gênero está disponível”. Isso permite dizer que a produção de um texto nos moldes de um editorial de jornal, na prova de redação de um concurso vestibular, só é possível por ser um modelo conhecido, ainda que parcialmente.

Para finalizar essa reflexão sobre o conceito de gênero do discurso, apresentaremos ainda a definição de Maingueneau (2005, p. 69) do gênero como um contrato, um ato de linguagem que cria expectativas. Para o autor, “dizer que o gênero de discurso é um contrato significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas”

(grifo do autor). É exigida das partes envolvidas uma aceitação de regras mutuamente conhecidas, bem como das sanções previstas para uma possível transgressão.

Com isso o autor não defende os gêneros do discurso como moldes à disposição do produtor de texto. Antes, postula serem os gêneros discursivos atividades sociais submetidas a condições de êxito, de ordens diversas. Tais ordens estão relacionadas à finalidade pela qual se utiliza determinado gênero; aos papéis que devem assumir os parceiros da atividade verbal; ao lugar e ao momento legítimos, que implicam questões temporais – periodicidade, continuidade, validade -; ao suporte material no qual é veiculado; e à organização textual (MAINGUENEAU, 2005, p. 67-68).

O autor acrescenta que, ao caracterizar um gênero, geralmente recorre-se a metáforas como *contrato, jogo e papel*. Como já foi mencionado, o contrato diz respeito à cooperação dos participantes na aceitação das regras conhecidas, mesmo que tácitas. Para Maingueneau (2005, p. 69-70), a apreensão de um gênero discursivo implica não só a aceitação das normas contratuais, como também a atuação de papéis determinados. Do cruzamento dessas duas metáforas, do contrato e do papel, surge a metáfora do jogo reforçando “as regras implicadas em um gênero de discurso e sua dimensão teatral”. A diferença que o autor estabelece entre a noção tradicional de jogo e a concebida no gênero do discurso, é que nesta as regras são maleáveis, e naquelas são rígidas. Os gêneros se transformam continuamente.

Voltando-se para a questão central deste trabalho, para que uma atividade seja considerada bem-sucedida inserida no contexto vestibular, é exigido do candidato o domínio de todo esse processo de construção / adaptação do gênero. Parece possível dizer que não basta a familiaridade com o gênero editorial de jornal. Apesar de ser um gênero ritualizado, nos termos de Maingueneau (2005, p. 65), é preciso adaptá-lo às circunstâncias, ainda que não seja possível afastar-se do texto-modelo.

Conforme Schneuwly (2004) assinalou, Bakhtin enfatiza a mutabilidade dos gêneros em situações de comunicação diversas, porém não explicita “como” a adaptação dos gêneros ocorreria, qual esquema de adaptação deveria ser adotado. Schneuwly (2004) aponta o processo de adaptação do gênero direcionado para a observação precisa do destinatário, do

conteúdo, da finalidade de uma dada situação. São esses elementos da interação que apresentarão os indicativos de como adaptar um gênero à situação real e atual em que o usuário se encontrar.

Antes de entrarmos nessa discussão mais específica, analisaremos, no capítulo a seguir, a constituição social, histórica e discursiva da Redação como prova de vestibular. Acrescentamos ainda que, visando a uma distinção unicamente metodológica e para evitar o uso dos termos “discurso” e “texto” como sinônimos, adotaremos a expressão “textual-discursivo” para nos referirmos às categorias de análise que estruturam o gênero.

## 2- O GÊNERO REDAÇÃO DE VESTIBULAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISCURSIVOS

Neste capítulo, serão delineados alguns aspectos que caracterizam a redação no âmbito do vestibular, analisando elementos que estão a ela interligados. Primeiramente, vale dizer que o vestibular é uma atividade discursiva específica, um trabalho com a linguagem verbal que acolhe em seu interior a redação, uma sub-atividade discursiva igualmente específica. Por sua vez, essa sub-atividade pode se concretizar verbalmente em um ou mais gêneros textual-discursivos: a dissertação, a narração, o editorial. Um dos componentes dessa sub-atividade é a leitura de (fragmentos de) textos que visam a dar suporte à produção textual subsequente. Como resultado final dessa sub-atividade, concretiza-se um texto, cujas condições de produção “simulam” as condições de produção reais de um determinado gênero.

### 2.1. Contextualização histórica da redação de vestibular

Há aproximadamente quarenta anos, a redação de vestibular é um gênero textual-discursivo presente no meio histórico-cultural-social do brasileiro. Inicialmente, os candidatos que desejavam entrar para a universidade tinham sua habilidade textual avaliada na modalidade oral (CALDEIRA, 2006); os concorrentes eram argüidos oralmente sobre temas variados, geralmente do campo da filosofia e da metafísica.

Desde 1977 (SOARES, 1978) até a atualidade, a redação é uma das avaliações impostas ao candidato para ser aceito em uma instituição de nível superior, em qualquer curso de qualquer área – exatas, humanas, biomédicas, etc. De acordo com Soares (*id.*), a prova discursiva de redação passou a ser exigida como meio de interferir no ensino da educação básica, pois verificava-se, já naquela época, a dificuldade na escrita de muitos alunos que entravam nas universidades. O objetivo desta exigência era forçar o ensino voltado para a norma padrão da língua desde os anos escolares precedentes ao nível superior.

Os critérios cobrados na avaliação desta prova sempre foram permeados por competências específicas do discurso acadêmico: domínio da norma padrão, construção de períodos elaborados e encadeamento de idéias por períodos compostos, por exemplo.

Após as considerações feitas sobre as modificações que o gênero em questão sofreu ao longo dos anos, desde a sua implementação, a redação de vestibular é hoje a única exigência feita legalmente ao concurso vestibular, no território brasileiro, segundo a portaria do MEC nº 2.941/2001.<sup>1</sup>

Diante desse breve quadro histórico da redação de vestibular, é possível caracterizá-la como um gênero que surgiu da necessidade social, cultural e política, que, por ser dinâmico como qualquer outro gênero, altera-se e modifica-se conforme as exigências do momento sócio-histórico da sociedade na qual se insere. Por ser um instrumento de avaliação, transforma-se em ferramenta de inclusão ou exclusão social. Na medida em que é uma exigência legal, já que imposto por instituições educacionais do governo, com regras claramente delimitadas, normatizadas, é um tipo de texto cujo desempenho da atividade social é formal.

A produção escrita é uma constante preocupação para todo usuário da língua que se vê em uma determinada situação de comunicação na qual a língua escrita é requerida. Essa “angústia da escrita” não decorre do desconhecimento da língua, pois o falante/ouvinte, a todo tempo, utiliza o código lingüístico e as regras de funcionamento da linguagem (ainda que intuitivamente), mas, ao contrário, resulta da fragilidade da competência discursiva nas situações que exigem a modalidade escrita da língua.

A Redação de Vestibular é um gênero textual-discursivo utilizado para agir no mundo, na medida em que o candidato intenciona ser aprovado, a banca corretora tem o seu texto como meio de avaliar o candidato, a instituição de Ensino Superior necessita receber candidatos, os familiares do concorrente anseiam por um resultado suficiente para a aprovação dele, dentre outros.

---

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2001, o programa de variedades *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, denunciou que um candidato, considerado semi-analfabeto, havia sido aprovado em duas instituições de nível superior. Atribuíram sua aprovação aos *chutes certos* na prova objetiva e ao peso quase zero da redação, haja vista que até quem entregasse a prova em branco poderia conquistar uma vaga. O então Ministro da Educação<sup>1</sup>, Paulo Renato, baixou uma portaria que estabelece a obrigatoriedade da prova de redação em caráter eliminatório. O candidato que tirar zero ou não atingir a nota mínima definida pela instituição que estiver promovendo o concurso será eliminado. E ainda estabelece que todos os processos seletivos de faculdades ou de centros universitários deverão incorporar, ao menos parcialmente, a nota da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio); podem se inscrever nos concursos alunos cursando ou concluindo o ensino médio.

Acrescente-se ainda a inter-relação da constituição do gênero nos seus aspectos formais e dos seus propósitos comunicativos que nos remete à realidade sócio-histórico-cultural do universo espacial e temporal dos vértices envolvidos no processo em que o gênero em questão está inserido. Além desses meios de agir no mundo e dizer o mundo, o gênero Redação de Vestibular é um indicativo da prática de leitura e produção de textos na instituição de ensino da educação básica. Num sentido mais particular, a Redação de Vestibular é uma atividade específica que se vale de atividades discursivas de leitura e produção textual em gêneros variados. A situação do vestibular é específica, mas, muitas vezes, o texto a ser desenvolvido já foi trabalhado, principalmente pela escola.

Para a Unicamp, por exemplo, esse é um dos propósitos que justificam ser a redação uma das avaliações no concurso vestibular, como consta no *site* da universidade:

Os que "pensam" exames vestibulares e outras formas semelhantes de avaliação propõem em geral que tais provas devam ter duas finalidades: uma seria selecionar candidatos com o perfil desejado pela Universidade; outra, interferir de alguma forma na escola, ou seja, na formação dos estudantes. Certamente, pode-se discutir muito se uma prova escrita seleciona melhor do que um teste. O que provavelmente está fora de questão é se preparar-se para testes forma melhor do que escrever - formular - durante a preparação. Ora, se não houver provas de redação nos vestibulares (ou no Enem, ou no Provão etc.), a atividade de escrever será abandonada nas escolas. Que, infelizmente, ao invés de priorizarem a formação geral dos estudantes, preparam-nos, antes de qualquer coisa, à realização de provas.<sup>2</sup>

No mesmo endereço eletrônico, a instituição reafirma que seu poder de interferir no currículo da escola, no que refere à produção escrita, é muito maior do que o poder das instâncias políticas e institucionais competentes. Interferência advinda do vestibular, que “funciona como um dispositivo” que define, juntamente com o Provão e o Enem, “os limites do que se vai ou não fazer nas escolas”. Especificamente em relação à leitura e produção textual, o que definirá tais limites é *o tipo de redação que os vestibulares propõem*.

Conforme Bazerman (2005, p. 15), tradicionalmente, o ensino de leitura e escrita se concentrou na leitura. A construção de gêneros exige dadas experiências sociais. Para desenvolver a habilidade de escrever é preciso considerar que os gêneros pertencem a

---

<sup>2</sup> Retirado do *site* abaixo, acessado em 23/01/2007  
[http://www.unicamp.br/unicamp/vida\\_academica/vida\\_vestibular\\_15anos\\_prova.html](http://www.unicamp.br/unicamp/vida_academica/vida_vestibular_15anos_prova.html)

contextos diferentes e é necessário que o autor tenha acesso ao ambiente de circulação do gênero para desenvolver competências que lhe permitam elaborar criativamente, mas obedecendo às regras específicas de cada modelo solicitado. O autor destaca que o ensino da escrita foi transformado, nas últimas décadas, pelo amplo reconhecimento de vários princípios como considerar que a produção escrita requer a “comunicação bem-sucedida de mensagens significantes para outros; é um processo que leva tempo e incorpora muitas diferentes atividades” (BAZERMAN, 2005, p. 16); o ensino da escrita deve abarcar todos os tipos de escrita necessários para que os alunos tenham sucesso em qualquer área de estudo; e, por último, que os alunos terminem os “estudos aptos a produzir muitas diferentes formas da escrita” (op. cit., 2005, p.16).

Na perspectiva do gênero redação de vestibular como meio de interação social, os conceitos de dissertação e argumentação se coadunam, pois, ao elaborar um texto dissertativo, não basta apenas a exposição de idéias, antes é imprescindível o posicionamento pessoal sobre o tema em questão. Para sustentar tal lugar, retomamos a postulação de Koch:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. (KOCH, 2006, p. 17).

Os concursos vestibulares conhecem e exploram esta capacidade dos seus candidatos na prova de redação. Em pesquisa feita aos diversos *sites* de Universidades do Brasil, pôde-se perceber que os gêneros predominantes solicitados são os que avaliam a competência dissertativo-argumentativa do vestibulando. Dentre eles, surgem alguns gêneros do domínio jornalístico, como o editorial e o artigo de opinião.

Embora o gênero dissertativo seja tradicional e predominantemente solicitado na prova de redação de vestibular, atualmente gêneros diversos têm sido cobrados dos candidatos em diversas instituições (ANEXO 1).

Diante dessas mudanças, será discutida a questão prática dos gêneros que surgem nas propostas e que fatores contribuíram para tais alterações, com base nas pretensões

explicitadas por algumas instituições superiores em seus *sites* e manuais do candidato: selecionar candidatos com o perfil desejado e interferir no ensino da redação na educação básica.

A redação de vestibular, portanto, é considerada como situação de interação socialmente situada no âmbito da escrita e o candidato deverá expressar-se com grau de formalidade adequado à situação comunicativa, respeitando a instrução orientada para os conceitos de gêneros textuais. Embora inserida no âmbito dos gêneros textuais, Lino de Araújo (2006) defende a redação de vestibular como um produto e não como processo. Para a autora ainda que haja uma tendência a preservar o processo discursivo original na prova de vestibular, ele parece não se realizar.

Ainda para Lino de Araújo (2006) e como poderá ser confirmado no exemplo de questão de redação no capítulo 4, a proposta de redação direciona o candidato não somente sobre o gênero (editorial de jornal) e o tema (injustiça social) que deverá abordar, como também indica o veículo de circulação (jornal de uma ONG), com o objetivo de simular uma audiência diferente da banca examinadora e mais próxima de uma situação real de escrita do gênero.

Desses critérios de elaboração da proposta pode ser depreendida a concepção da escrita como uma prática letrada, que envolve as habilidades de leitura e de escrita, conectada à noção de gêneros textuais. Embora essa proposta possa permitir uma visão residual de um processo discursivo iniciado na escola e retomado pelo exame vestibular, em geral, não tem continuidade, devido, possivelmente a dois fatores: ou porque o destinatário, para o vestibulando, é mesmo a banca examinadora, “um interlocutor ‘mudo’”, ou porque o vestibular, ao mesmo tempo em que “encerra as relações do aluno com a escola, inaugura outras que tornam essas implícitas”. (LINO DE ARAÚJO, 2006).

Em consonância com essa concepção de escrita mais ampla, há a noção de gênero textual. A proposta de redação do Vest Ufes/2006 solicita a escrita de gêneros em prosa para a exposição do tema: um editorial, um relato e um cartão-postal. Considerando os gêneros como textos concretos que correspondem a “situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos”, que “cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva

tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero” (BAKHTIN, 2003, p. 293 e 301) e, ainda, são constituídos por características sócio-comunicativas definidas por conteúdo, funcionalidade, estilo e composição (MARCUSCHI, 2003), a própria redação de vestibular pode ser configurada como um gênero, uma vez que atende a esses critérios. Desse modo, a redação de vestibular parece ser um gênero sobre outro gênero (LINO DE ARAÚJO, 2006) ou um gênero híbrido (MARCUSCHI, 2003). O que acontece de fato é que o gênero perde muito de suas características primeiras, principalmente as relacionadas à interação locutor-interlocutor e ao meio e lugar de circulação.

Finalmente, se na escola a redação é estimulada para um fim avaliativo que leve o aluno ao aperfeiçoamento por meio da refacção do seu texto, no processo seletivo do vestibular a avaliação da redação é eliminatória, não permite a reescritura, considerando o tempo estipulado, e nem mesmo a consulta a terceiros ou a outros materiais, além da coletânea de textos constante da prova.

## 2.2. Configuração da Redação de Vestibular como um gênero escolarizado

O exame vestibular é, reconhecidamente, uma atividade escolar com características relativamente estáveis e que busca atender às necessidades de comunicação e interação de determinados grupos sociais. Dentre essas características peculiares, destacam-se as atividades de leitura e escrita escolar.

Ante as considerações a respeito de gêneros, postula-se que, para um exercício de identificação e análise genérica, não é prioritário classificar e determinar os critérios da categoria, mas assumir que os gêneros são sócio-comunicativos e, que, portanto, devem ser considerados os aspectos que se referem à “função e organização, ao conteúdo e meio de circulação, aos atores sociais envolvidos e atividades discursivas implicadas, ao enquadre sócio-histórico e atos retóricos praticados”. (MARCUSCHI, 2006, p. 26). Desse modo, será possível observar que o funcionamento da língua é dinâmico e, ainda que sempre manifesto em textos, é um processo constantemente renovado.

Pode-se perceber que os gêneros abarcam uma classe de eventos comunicativos, bem como uma classe de membros que possuem um rol de propósitos comunicativos compartilhados.

Além disso, possuem uma configuração com características similares em termos de estrutura, estilo, conteúdo e interlocutores esperados. O exemplar de texto pode se tornar um protótipo do gênero na comunidade discursiva na qual circula, caso venha a realizar todas as expectativas previstas pela estrutura genérica.

Isso, aparentemente, é o que acontece com o gênero “redação de vestibular”, pois existe uma comunidade discursiva restrita, (ao menos esta parece ser a imagem que o candidato tem de seu interlocutor) representada efetivamente pela banca avaliadora e candidato, interlocutores específicos desse gênero. É inegável a presença de vários outros interessados, como a instituição superior de ensino, que precisa selecionar alunos; as famílias, que querem que os familiares passem no vestibular e se formem; a escola de nível médio, que quer mostrar que preparou bem seus alunos. A banca estabelece, para um espaço gráfico delimitado, os critérios a serem respeitados pelos candidatos, com o intuito de selecionar aqueles que apresentem habilidades lingüístico-cognitivas como competência de leitura, entendimento e desenvolvimento do tema proposto: capacidade de expressão em norma padrão, coerência na articulação de idéias, adequação na escolha do léxico, dentre outros.

De seu lado, o candidato empenha-se em demonstrar que está apto a pertencer ao quadro de alunos daquela instituição, e tenta satisfazer às prerrogativas da banca, por meio da construção de um texto que seja o seu melhor, porquanto tem a consciência de que está sendo avaliado. Os gêneros permitem que o indivíduo, desde que os domine, manipule-os e use-os para atingir seus próprios fins. Os candidatos, então, tentam construir seus textos, a fim de atingir os propósitos a que servem.

Este é um ponto importante a ser investigado neste trabalho: é possível perceber nas redações de vestibular a desenvoltura dos candidatos em manipular, jogar com o gênero e com a finalidade a que serve, de mantê-lo ou alterá-lo de acordo com a sua conveniência? Dito de outro modo, o aluno/candidato deveria estar ciente de que o que a escola e a banca propõem, na realidade, é a produção de gêneros escolarizados, ou em processo de escolarização (como o editorial). Em princípio, um gênero como o Editorial, não é escolarizado. Define-se, aqui, como gêneros escolarizados a representação na escola (e no concurso vestibular) de um gênero que circula socialmente nos jornais e nas diversas

esferas profissionais, por exemplo. O que efetivamente é solicitado pela banca, no caso do vestibular, é que o candidato (ou aluno, na escola) deve, supostamente, representar o modelo genérico já convencionado pelo uso na sociedade. A capacidade de negociar com a banca nesse processo de escolarizar o gênero parece ser a grande oportunidade de alcançar o sucesso pretendido.

Esta questão nos remete a uma abordagem sobre o processo de escolarização dos gêneros. Para tanto, é importante utilizar a proposta de Bazerman (2007) de estudar sistemas de gêneros, teoria já explicada neste trabalho. O que o autor assevera é que os estudantes utilizam a recuperação de gêneros conhecidos por eles, constantes em seus repertórios, como recurso na tentativa de responder, atender a proposta de um gênero sobre o qual eles ainda não tenham tanto domínio. O autor parte dos estudos de Vygotsky sobre a aquisição da linguagem, pela criança, num processo interpessoal, em que ocorre o aprendizado de comunicar-se com os outros. Nessa inter-relação, gradualmente, a criança internaliza o lingüístico, em interação de linguagem, o que permite o auto-regulamento de atenção e ação.

Bazerman postula que assim como a criança passa pelo período de internalizar a fala e sua organização funcional, também nós, instrutores profissionais de linguagem ou pesquisadores, aprendemos as “formulações da gramática prescritiva, estrutura de linguagem, análise retórica, análise de gênero, ou qualquer técnica de linguagem que nos trouxe de um sentido expressivo direto de linguagem a um técnico” (BAZERMAN, 2007, p. 44). No caso de profissionais da linguagem, transformar o velho em algo novo é imprescindível nesse processo, na medida em que se percebe como utilizar os aspectos gramaticais, aprendidos de forma um tanto fragmentada, sem que se pudesse perceber a importância desse aprendizado na construção textual. Segundo Bazerman (2007), depois de passarmos pelo processo escolar de apreensão das regras gramaticais no processo de escrita, em algum momento, nós “espontaneamente” adotamos estas questões técnicas em toda parte, percebemos as palavras de outros não só como um punhado de significados diretamente comunicados, mas um ambiente lingüístico complexo. Nossa percepção de linguagem foi transformada num novo sistema funcional. Esse momento de transição é o limiar de conhecimento e internalização necessário que desencadeia a mudança. Bazerman defende a apreensão de práticas concretas de instrução gramatical dentro do contexto dos

gêneros, o que, a nossa ver, retoma a questão dos gêneros solicitados na redação de vestibular, que, por vezes, não é muito familiar ao candidato. Como apontou Bazerman (2007), o candidato deverá recorrer ao seu repertório de gêneros e fazer as adaptações necessárias à situação de comunicação, transformando o velho em algo novo. Só assim poderia sustentar seu texto utilizando os recursos lingüísticos, textuais e discursivos que deveria dominar e que constam do quadro de critérios de avaliação da redação em concursos vestibulares, como os da UFES, e de outras universidades. (ver anexo 2).

Uma das funções da escola na educação básica é capacitar o aluno para atender, o mais naturalmente possível, às exigentes propostas de concursos como o vestibular, que permitirá ou não o acesso dele ao nível de ensino superior, estabelecendo relações entre as práticas escolares e o funcionamento real das várias práticas discursivas das variadas esferas de atuação dos integrantes de uma sociedade. É preciso desenvolver no aluno habilidades que vão além da leitura, como “observação, análise, reflexão, planificação, tomada de decisão e, finalmente, ação”. (BRASIL, 2002, p. 56).

Para Dolz e Schneuwly (2004), a missão de ensinar a leitura e a escrita aos alunos sempre fez com que a escola utilizasse os gêneros, “pois toda forma de comunicação - portanto, também aquela centrada na aprendizagem – cristaliza-se em formas de linguagem específicas” (op. cit., p. 76). Na situação escolar, ocorre um desdobramento em que o gênero passa a ser instrumento de comunicação e objeto de ensino-aprendizagem. Os autores defendem, então, que o aluno necessariamente estará num espaço fictício do tratamento do gênero, já que é uma prática de linguagem com fins de aprendizagem. Esses autores distinguiram três maneiras de abordar o ensino da produção textual utilizadas pela escola.

Na primeira abordagem de ensino, o gênero é tratado como uma pura forma lingüística que deve ser dominada. Os gêneros são isolados da situação de comunicação entre professor e aluno, passando a ser seqüências estereotipadas, ensinadas através das séries escolares: descrição, narração, dissertação, resumo, resenha, diálogo. Dessa maneira, os gêneros são “naturalizados” como modelos socialmente valorizados de representação do real e do pensamento, sendo a sua forma independente das práticas sociais.

Numa segunda abordagem, a escola é concebida como um espaço autêntico de comunicação onde a produção textual se desenrola a partir das situações escolares vistas como ocasiões de produção/recepção de textos. Nessa prática de ensino, os gêneros são resultados do funcionamento da comunicação escolar e sua especificidade é consequência desse funcionamento. Desse modo, também há uma naturalização, na medida em que a situação de comunicação é geradora dos gêneros, sem que este seja ensinado ou descrito. O gênero é apreendido por meio das práticas de escrita na escola.

Num terceiro modo, a escola não é concebida como um local particular de comunicação, mas como um espaço em continuidade com a prática comunicativa do exterior. O objetivo do ensino é centrado no domínio de ferramentas necessárias para atuar em situações dadas. Há uma diversificação da escrita, criam-se situações mais reais de comunicação, numa tentativa de possibilitar que o aluno domine o gênero para ser utilizado adequadamente nas práticas de linguagem de referência.

A partir desses levantamentos das formas de abordar o ensino da escrita e da fala (linguagem oral) feitas por Dolz e Schenewly (2004), Koch (2003) sugere uma reavaliação dos modelos pautada na “consciência do papel central dos gêneros como objeto e ferramenta de trabalho para o desenvolvimento da linguagem” (KOCH, 2003, p. 58). A autora sugere objetivos didáticos precisos que busquem o domínio do gênero pelo aluno, tornando-o capaz de produzi-lo na escola ou fora dela e de “desenvolver capacidades que ultrapassam o gênero e são transferíveis para outros gêneros próximos ou distantes”. Deve-se, para tanto, “colocar os alunos (...) em situações de comunicação o mais próximo possível das verdadeiras, que tenham para eles um sentido, para que possam dominá-las como realmente são” (KOCH, 2003, p. 58).

Tais objetivos são norteados pelo caráter de transformação adquirido pelo gênero ao funcionar em um lugar social que não é o de sua origem. Como objeto de ensino/aprendizagem da escola, o gênero que circula nessa instituição sempre será uma construção variante do gênero de referência. São os gêneros escolarizados, como denomina Rojo (Koch, 2003, p. 59): narração escolar, descrição escolar, dissertação. A dissertação seria o protótipo dos gêneros escolarizados por ser criado “para a escrita, para o ensino da escrita”, e só ter existência na escola, afirma Koch (2003).

Durante muitos anos a metodologia adotada para a alfabetização foi de caráter aditivo. Conforme consta nos PCNs (1998, p. 35) do Ensino Fundamental, essa abordagem contribuiu para a publicação de livros/cartilhas que continham em suas poucas páginas textos que se resumiam a frases simplistas, ou seja, o aprendiz tinha contato com textos existentes apenas no âmbito escolar. Longe da diversidade textual típica da realidade, a capacidade de percepção das múltiplas expressões lingüísticas tornou-se inviável a esse aluno. Ao final do Ensino Fundamental, esse aluno é considerado apto pela escola a frequentar o Ensino Médio levando consigo a experiência textual que lhe foi possível adquirir por meio da metodologia utilizada ao longo do curso das oito séries anteriores.

As propostas apresentadas nos PCNs (2002, p. 77) voltadas para o Ensino Médio tiveram como base a perspectiva de texto de Bakhtin (2000), Koch (1997) e Travaglia (1997) como uma unidade lingüística concreta tomada pelos falantes em uma situação de interação comunicativa. Essa concepção serviu como parâmetro para a abordagem do desenvolvimento da competência textual que deverá ser estimulada no ensino. A orientação dos PCNs é de que “a idéia de texto como unidade de ensino será abordada tanto do ponto de vista da leitura quanto da produção” (op. cit., p. 77), considerando os gêneros em que os textos se materializam, tendo como pilares seus aspectos temático, composicional e estilístico.

Desse modo, o trabalho com textos proposto pelos PCNs considera que, a partir de determinados gêneros, alguns temas podem ser mais desenvolvidos, relacionados à estrutura composicional dos gêneros escolhidos e o estilo adequado. Ou seja, o abandono do tradicional ensino dos esquemas das estruturas textuais - narração, descrição, dissertação - sinaliza uma mudança, incorporando-se em suas práticas os gêneros que circulam socialmente, desde os literários (poemas, romances), aos jornalísticos, científicos e publicitários.

Para os PCNs, o contato com a multiplicidade textual presente na sociedade refletirá na competência textual do aluno. A análise de textos opinativos, por exemplo, pode auxiliar na produção de textos dessa mesma natureza. Identificar os elementos típicos de uma dissertação (tese, argumento, contra-argumento, conclusão) contribuiria para o planejamento do texto dissertativo que o aluno deverá compor. Ressaltamos que a simples

identificação de elementos típicos de uma dissertação não é um trabalho com o gênero. É preciso analisar o contexto mais amplo da esfera comunicativa em que o gênero se realiza.

Por isso, os PCNs relevam a importância de o aluno perceber, na produção textual, as condições em que a produção de sentido está inserida: “saber o que tem a dizer sobre o tema proposto, de acordo com sua intencionalidade; o lugar social de onde se fala; para quem seu texto se dirige; de quais mecanismos composicionais lançará mão; de que forma esse texto se tornará público” (p. 80). Sem esquecer que as competências interativa e gramatical devem ser mobilizadas na produção textual, de acordo com as possibilidades de cada gênero.

É esperado que o Ensino Médio ofereça oportunidades para que o aluno desenvolva os mecanismos do funcionamento da língua aprendidos no Ensino Fundamental, visando a desenvolver seu potencial crítico diante das mais diversas formas de expressão lingüística, demonstrando ser um leitor eficiente e um escritor que domina os mecanismos gramaticais, não mecanicamente memorizados, sendo capaz de articulá-los nas inúmeras situações sócio-comunicativas com que se depara. Tais competências serão supostamente avaliadas no concurso do vestibular e determinarão se o aluno está apto ou não a ingressar num grau superior de ensino.

No entanto, o domínio da escrita não é problema exclusivo dos estudantes da Educação Básica. Segundo Pécora (1992, p. 4), graduandos do último período do curso de Letras, da Unicamp apresentavam, ainda, sinais de dificuldades em leitura e produção de textos. Para o autor, a universidade não é o lugar adequado para a correção de falhas já solidificadas, mas não se deve abster de estimular aprimoramento de competências básicas, mesmo acreditando que não há como recuperar uma experiência não vivida.

Pécora (1992) faz um levantamento das possíveis causas para o fracasso da produção escrita dos universitários, apontando deficiências do processo educacional e constatando que o problema do desempenho da escrita é em geral reflexo do comportamento dos atores da comunidade escolar, dividida em professores de língua portuguesa defensores da norma culta de expressão e que consideram os alunos uns “bárbaros e retardados”, e uma geração de alunos com dificuldades de dominar a norma padrão da escrita. Uma verdadeira crise de

gerações que se insere no contexto atual e uma das causas do rebaixamento do ensino da produção textual que os PCNs procuram reverter.

Outra pesquisa com universitários está sendo desenvolvida por Adriani Sartori (2007)<sup>3</sup>, cuja temática envolve a produção de Memorial de Formação. Conforme apresentação da autora da pesquisa, foi solicitado a uma turma de um curso voltado para formação de professores um trabalho de final de curso nos moldes genéricos de Memorial de Formação. Para atender a proposta, os alunos deveriam relatar, num primeiro momento, sua experiência profissional e, num outro tópico, como o curso teria contribuído para as práticas em sala de aula. Os resultados foram curiosos, pois, como a pesquisadora relatou, ora os alunos/professores recorriam à estrutura de um relato pessoal, em que faziam digressões sobre sua vida pessoal, dificuldades para a formação profissional, por exemplo, ora recorriam a poemas, cantigas infantis, músicas, para explanarem sobre sua atuação em sala de aula. Diante de respostas tão distantes dos moldes de trabalhos acadêmicos, a organização do curso elaborou um documento com normas que definiam como o gênero Memorial de Formação deveria ser preenchido para que o problema fosse minimizado.

O que se pode concluir desse exemplo é que o fato de recorrer a um repertório de gêneros, muitas vezes, pode não atender às expectativas do interlocutor, um elemento da situação comunicativa escolar (incluindo aqui a instância vestibular) que exerce duas funções importantes: a de elaborador da proposta e a de avaliador da resposta. Portanto, aos candidatos do concurso vestibular surge, atualmente, a cobrança de uma desenvoltura ao lidar com gêneros diversos de circulação social. Não basta apenas o domínio da leitura e da escrita como garantia do sucesso escolar e profissional do aluno; torna-se imprescindível o domínio dos gêneros em sua totalidade, sem perder de vista que a escolha de um gênero é determinada pela esfera, pelas necessidades temáticas, pelo conjunto de participantes e a intenção do locutor; ainda que flexíveis, os gêneros têm uma certa estabilidade: definem o que é dizível, têm uma composição (tipo de estrutura e acabamento, tipo de relação entre os interlocutores) e uma certa estrutura definida por sua função.

---

<sup>3</sup> Comunicação apresentada no Siget (4 Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais), em 16/08/2007, Tubarão, S.C.

### 2.3. Gêneros jornalísticos no âmbito do vestibular

A base teórica que sustenta as análises do processo interativo verbal no contexto do vestibular concentra-se na abordagem de Bakhtin (2000), já explicitada neste trabalho. As interações referem-se não apenas às que acontecem face a face, mas também às de uma compreensão ativa do leitor que aceita, reformula, contrapõe e complementa o sentido global do texto, conforme seus conhecimentos e experiências de vida.

Na produção de textos de opinião, assim como em outros processos enunciativos, o autor expõe seu ponto de vista, recorrendo, muitas vezes, a diferentes vozes de discursos lidos e ouvidos para dar ênfase à sua opinião sobre temas atuais e que interessam ao coletivo. É um processo dialógico devido às suas relações com o contexto social e com outros textos, que envolve tanto o ato da produção – autor - quanto o ato de leitura – leitor. É também um processo polifônico, por arregimentar outras vozes no seu interior para fortalecer o nível de veracidade do enunciado do autor.

Outro fundamento teórico para esta pesquisa advém do interacionismo sócio-discursivo de Bronckart (1999), que aborda as questões textuais de forma a considerar a situação de produção, os mundos físico, subjetivo e social que o produtor mobiliza na construção de seu texto, representados pelo lugar, autor e leitor, e os elementos do contexto sócio-subjetivo (a posição social ocupada pelo autor e pelo leitor, a finalidade e o conteúdo temático).

Na história do jornalismo (ANDRADE, 2000), consta que, em tempos passados, o redator tinha como preocupação evitar a expressão de suas opiniões. O texto era construído de modo a conduzir o leitor a certas conclusões, supostamente sem a interferência do redator. Atualmente, o jornalista é convidado a tomar postura inversa. “Essa forma de expor fatos está ultrapassada; o leitor exige posicionamento de quem escreve, ou é capaz de percebê-lo mesmo que o redator tente esconder-se, porque sabe que nenhum discurso pode ser neutro”. (op.cit. 104).

Com essa nova perspectiva de elaboração de textos jornalísticos e com base nas mudanças nas diretrizes pedagógicas dos últimos anos, parece legítima a inserção dos gêneros

jornalísticos em concursos vestibulares. Dentre as 19 (dezenove) instituições de ensino de nível superior, 07 (sete) já incluem textos jornalísticos em seus concursos vestibulares. (ver anexo I). Os gêneros artigo de opinião e editorial, por exemplo, apresentam características comuns, mas há outras que marcam suas diferenças. Ambos são gêneros que exprimem opinião sobre um fato. No caso do artigo de opinião, pode-se identificar o autor. Para Andrade (2000), o artigo é um:

Tipo de texto em que prevalece uma opinião pessoal baseada em análise da situação ou dos fatos. Se consistente, apresenta naturalidade, densidade e concisão. Em geral, o artigo procura explicar um fato e sua motivação apóia-se no desejo do jornalista em informar, ou interpretar, ou persuadir. (op. cit., 2000, p. 104).

Importa aqui ressaltar, que, apesar de ser uma expressão de opinião pessoal, o jornalista está, na maioria das vezes, vinculado à ideologia da empresa jornalística pela qual é contratado. Portanto, seu discurso está imbricado com o discurso da organização para a qual trabalha.

Já o editorial, devido ao seu caráter institucional, expressa o ponto de vista da empresa do jornal. Tem como característica “apresentar um diagnóstico e uma ‘receita’ para a questão em pauta. Há certo dogmatismo em todo editorial que, em consequência, é marcado pela adjetivação, por juízos de ponderação, reclamação ou indignação” (ANDRADE, 2000, p.105).

Como já mencionado, o editorial é um texto de opinião de caráter institucional, tem um público-leitor pequeno<sup>4</sup>, no entanto, exigente, que define o estilo do editorial, mas não o seu conteúdo.

A inserção do gênero editorial no vestibular parece indicar uma dupla proposta inquietante: o candidato, ainda que domine a modalidade padrão da língua, deverá dominar o gênero editorial para só assim ter êxito na sua avaliação; por outro lado, deverá representar uma instituição, fictícia, apreender sua ideologia e imprimir em seu texto o acento valorativo das concepções e valores dela advindos.

---

<sup>4</sup> Acredita-se que apenas 5% do universo de leitores de um jornal lêem o editorial do dia. (CAMPOS, Pedro Celso. Artigo, Coluna, Opinião. Capturado em: 18/01/2006. <http://webmail.faac.unesp.br>

### 3 – ELEMENTOS INTRÍNSECOS DA INTERAÇÃO VERBAL NO CONTEXTO DA PROVA DE REDAÇÃO DO VESTIBULAR

As considerações feitas a respeito da redação de vestibular como gênero escolarizado e as implicações lingüístico-textuais na produção/adaptação do gênero solicitado na proposta de redação de vestibular, levam a um olhar sobre a necessidade de o aluno/candidato dominar os gêneros, não só pela conquista de uma vaga no curso de nível superior como também de ser capaz de agir discursivamente com competência e adequação na produção e leitura de gêneros discursivos.

Com a intenção de continuar a investigar as marcas deixadas pelo autor/produtor do texto e os movimentos articulatórios de seus argumentos na construção reformulada do gênero de que precisa fazer uso, serão examinados neste capítulo alguns elementos constitutivos da interação verbal no contexto da prova de redação do vestibular. Para fundamentar esse exame, adotamos a base teórica de Baltar (2006) e Mainueneau (2005) referente às competências lingüístico-discursivas, os estudos de Perelman e Olbrecht- Tyteca (2005) para tratarmos da questão do auditório e basicamente o trabalho de Rodrigues (2005), com base na teoria bakhtiniana, ao adotarmos as categorias da autora para tratarmos da dimensão social, da dimensão textual-discursiva e da relação Autor/leitor, bem como conceitos e discussões feitas por Foucault (1992), Filho (2005) e Bronckart (1999) a respeito de Autor.

#### 3.1. Competências necessárias à produção e à interpretação de textos

Na perspectiva sócio-interacionista da linguagem, conhecer os textos que circulam na sociedade, as suas características e os efeitos que produzem na interação social entre os interlocutores, é condição indispensável para o desenvolvimento da competência discursiva dos usuários/falantes de uma dada língua (BALTAR, 2006). Isso equivale a dizer que, à medida que os usuários da língua constatarem que em cada ambiente discursivo circulam determinados gêneros textual-discursivos, e se apropriam das estruturas relativamente estáveis em suas reais condições de produção como leitores e produtores responsivos, terão sua competência discursiva ampliada.

Para Baltar (2006, p. 34) “o termo *capacidade* reforça o conceito de competência à medida que diz respeito ao que os indivíduos podem fazer com os recursos lingüísticos”, o que vai além do saber gramatical, apenas (grifo do autor). Esse conceito de capacidade atrelado ao de competência, fez com que alguns autores (Campbell e Walles [1970]; Savignon [1979], dentre outros citados por Baltar [2006]) complementassem o termo competência com *de comunicação*, o que fez com que Baltar constatasse que a visão restrita de uma competência única é inaceitável. Tal constatação partiu do pressuposto de que “o domínio do conhecimento é bem maior quando se fala de capacidades de um indivíduo falante de uma dada língua”. (op. cit., p. 36). Em outros termos, o autor entende a *competência de comunicação* como competência *na e para* a comunicação, objetivo e atributo da linguagem. Sempre que a linguagem for utilizada, esse atributo da comunicação será posto em jogo. O indivíduo, entendido como ser socializado, utiliza no domínio da língua fórmulas não gramaticais já prontas, mas geradas pelas situações de emprego na comunicação.

O manejo dessas fórmulas já prontas pode ser comparado, de uma maneira mais abrangente, com o que Bakhtin (1997) nomeia de estruturas relativamente estáveis da língua. Assim, o domínio do uso de determinados enunciados ou gêneros textuais/discursivos, de acordo com a situação de uso, vai determinar o nível de competência de um indivíduo em uma determinada língua. Essa associação de fórmulas já prontas, enunciados ou discursos permite utilizar o termo *competência discursiva* para se falar desse domínio de um indivíduo sobre a língua. [BALTAR, 2006, p. 37]. (grifo do autor).

Baltar (2006) atribui competência discursiva à capacidade que o falante (usuário da língua, de modo geral) tem de inserir-se numa situação discursiva estabelecida por instituições que compõem a vida social da comunidade lingüística da qual faz parte, manejando os diversos gêneros textuais, conforme a necessidade de interação social do momento. A competência discursiva é entendida como a capacidade de o usuário coadunar a atualização e o desenvolvimento de uma língua ao participar de atividades situadas de linguagem que ocorrem nos diversos ambientes discursivos da sociedade. O domínio das diversas atividades de linguagem se dá além do nível lingüístico, textual e sociocomunicativo. Para obter sucesso no seu intento, o participante da interação verbal precisa compreender as diferentes formações discursivas e os respectivos discursos que compõem os ambientes discursivos dessa sociedade.

Essa compreensão das diferentes formações discursivas leva ao conceito de *voz*<sup>5</sup> que põe em relevo, nos termos de Baltar (2006, p. 39-41), que no “jogo da interação sociodiscursiva, cada instituição social de uma comunidade dada faz valer sua voz. As comunidades elegem vozes segundo suas necessidades, objetivos em comum”. Para o autor, associar competência a discurso e a instituições sociais, com base nos pressupostos teóricos de Hymes, Bakhtin e Bronckart (cf. BALTAR, 2006), é uma perspectiva que permite entender o jogo social presente nas atividades de linguagem entre interlocutores de uma dada comunidade lingüística. E, assim, o autor sugere que

Entender essa *competência discursiva* para melhor explicar aos aprendizes como funcionam as relações sociais de uma comunidade lingüística, entre os ambientes discursivos, parece ser uma tarefa que os professores/educadores devem empreender, em lugar de estipularem como horizonte de aprendizado escolar de língua materna o conhecimento estanque da gramática [BALTAR, 2006, p. 41]. (grifo do autor).

Essa postura de Baltar ante ao ensino de língua materna parece fazer eco com as diretrizes divulgadas pelo documento oficial do governo brasileiro, os PCNs. No tópico intitulado “Condições para o tratamento do objeto de ensino: o texto como unidade e a diversidade de gêneros”, os PCNs referem-se à competência discursiva como um “sistema de contratos semânticos” responsável pela filtragem que opera os conteúdos em dois domínios intrínsecos, a saber, o “universo intertextual e os dispositivos estilísticos acessíveis à enunciação dos diversos discursos” (BRASIL, 1998, p. 23).

Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que se chama de competência lingüística e estilística. [BRASIL, 1998, p. 23].

Os Parâmetros postulam que a competência discursiva permite evidenciar as virtualidades das línguas humanas: são instrumentos flexíveis para referir o mundo de maneiras e perspectivas diversas; nesse sentido, nega-se a concepção de língua como sistema homogêneo dominado de forma ativa e passivamente por todo o grupo que o utiliza.

Como exposto anteriormente, neste trabalho, pensamos que é também por intermédio dos gêneros textual-discursivos que acontece a interação sociodiscursiva. Logo, postula-se que

---

<sup>5</sup> O conceito de voz que Baltar chama para o seu texto advém da concepção de Berstein (1981), no sentido de voz dominante e voz dominada.

o domínio de uma gama de gêneros discursivos, orais e escritos, cuja natureza dinâmica permite que estejam em constante atualização e desenvolvimento, colabora para a ampliação da competência discursiva do usuário, na medida em que participa, ativamente e de forma responsiva, da situação de comunicação.

A esse respeito, Maingueneau (2005) considera que “o domínio das leis do discurso e dos gêneros de discurso (a competência genérica) são os componentes essenciais de nossa competência comunicativa” (op. cit. 2005, p. 41). As *leis de discurso* às quais o autor se refere dizem respeito a um conjunto de normas contratadas mútua e tacitamente pelos usuários de uma língua em dada comunidade. O que “entra em ação é um saber *mutuamente conhecido*: cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro as respeite”. Dentre essas regras (“não obrigatórias e inconscientes como as da sintaxe e da morfologia”), estão os subentendidos, que veiculam conteúdos implícitos exigindo que o interlocutor infira uma implicatura; e os pressupostos, cujos conteúdos estão inscritos nos enunciados, exigindo que o interlocutor capte o dito, o evidente, sem possibilidades de contestação. (op. cit. 2005, p. 31-34).

Maingueneau (2005) lembra que essa problemática da construção da interpretação de um enunciado foi introduzida pelo filósofo da linguagem, o americano Paul Grice, na década de 60. Para Grice, toda conversação é regida por um esforço cooperativo dos interlocutores: de um lado, o falante em se fazer entender e, do outro, o ouvinte, em compreender seu interlocutor. A esse acordo tácito, o autor chamou de Princípio da Cooperação. Considerando a atividade discursiva um ato racional, Grice elaborou um modelo inferencial de comunicação com base na noção de implicatura e quatro máximas: a categoria da quantidade, que orienta sobre o grau de informatividade solicitada, nem mais, nem menos, apenas o requerido; a categoria da qualidade, que versa sobre a sinceridade, o verdadeiro, o que pode ser provado; a categoria da relação, que prima pela relevância; e a categoria do modo, que norteia sobre a clareza. Na França, essas leis são denominadas *leis do discurso*. “O princípio da “cooperação” é apenas uma das formas de exprimir algo que é constitutivo da comunicação verbal e que muitos teóricos das últimas décadas do século XX elaboraram sob denominações variadas”. (MAINGUENEUAU, 2005, p.32-34).

O que importa, enfim, é que as leis que regem um discurso devem “ser adaptadas às especificidades de cada gênero do discurso”. Este processo de adaptação vai exigir não só a competência comunicativa de que se preocuparam as leis do discurso, como também uma competência lingüística, ou seja, o domínio da língua usada na construção do discurso em questão. “É preciso, além disso, dispor de um número considerável de conhecimentos sobre o mundo, uma competência enciclopédica” (MAINGUENEUAU, 2005, p.41). (grifos do autor).

Maingueneau (2005, p. 42) defende que são estas três instâncias que intervêm na produção e na interpretação dos enunciados: “domínio da língua, conhecimento do mundo, aptidão para se inscrever no mundo por intermédio da língua”. A questão é como distinguir os componentes de cada competência e que relações mantêm entre si.

Um primeiro ponto a ser discutido é a individualidade de cada usuário da língua. A competência enciclopédica de cada um varia conforme as experiências particulares de vida e da sociedade da qual faz parte. No entanto, não são experiências estanques. Ao longo da vida o repertório de conhecimentos vai sendo enriquecido na atividade verbal, e que servirá de recurso na produção e na interpretação de enunciados futuros. (MAINGUENEUAU, 2005, p.42).

O repertório de conhecimento de mundo acumulado durante a atividade verbal do usuário, por sua vez, poderá interferir na sua competência genérica, devido ao fato de que nem todos os gêneros do discurso circulam em todas as sociedades, ou ainda que circulem, não fazem parte do uso, do interesse de todos os usuários.

No entanto, Maingueneau (2005, p. 44) acredita que “mesmo não dominando certos gêneros, somos geralmente capazes de identificá-los e de ter um comportamento adequado em relação a eles.” Decidimos jogar fora, deixar de ler um panfleto ou um anúncio publicitário, mas guardamos um atestado médico para entregarmos ao nosso chefe. Embora mantenhamos este tipo de relação com os gêneros, a competência genérica varia de usuário para usuário. A maioria dos usuários é capaz de produzir e interpretar gêneros mais comuns, mais práticos do cotidiano como cumprimentos, felicitações, lista de compras, bilhetes de passagens, dentre outros. Mas nem todos conseguem produzir gêneros mais

complexos ou de determinadas esferas de domínio: gêneros acadêmicos, jornalísticos, jurídicos ou científicos. A participação em certos gêneros, como autor ou como leitor, exige aprendizagens específicas, mais profundas (para gêneros com nível de complexidade maior) e mínimas (para gêneros menos complexos).

A inter-relação das três competências, lingüística, genérica e enciclopédica, ocorre de forma não-seqüencial, e sim interativamente no conhecimento/ interpretação do discurso. É a familiaridade ou não com um determinado gênero que facilitará ou dificultará a compreensão do discurso; um texto em que se nota a ausência de elementos normativos como sinais de pontuação e desvios ortográficos não impedirão a compreensão do discurso, caso o interlocutor acesse seus saberes enciclopédicos e sua competência genérica agindo de modo cooperativo. Mas, dependendo do gênero, da situação, esses aspectos podem ser mais ou menos valorizados. É o caso do vestibular, já que, ainda que haja compreensão do sentido do texto, os aspectos formais devem ser levados em conta na leitura (recepção do texto/enunciado). Enfim, pode-se concluir que o discurso, materializado nos enunciados, nos textos, tem sua compreensão para além do estritamente lingüístico, apesar de permitir ser observado nas formas lingüísticas e no gênero que o suporta.

Para finalizar, parece-nos possível sintetizar um quadro de competência acionado durante o processo textual-discursivo, por meio da definição de competência discursiva de Baltar (2006):

Trata-se, portanto, de mobilizar recursos de vários níveis para, através de um texto empírico, interagir sociodiscursivamente. Esses recursos implicam o manejo de uma série de saberes, entre eles o conhecimento e a escolha dos gêneros textuais presentes nos ambientes discursivos; o domínio das estruturas relativamente estáveis que compõem esses gêneros; o conhecimento dos mecanismos de textualização e de enunciação; a capacidade de mobilizar conteúdos temáticos tendo em vista o ambiente discursivo e o nível de conhecimento de seu interlocutor. (BALTAR, 2006, p. 42).

Diante disso, parece possível observar certas regularidades nos textos produzidos pelos interlocutores de uma atividade verbal quando utilizam um determinado gênero textual para alcançar uma determinada finalidade. A análise do *CORPUS*, a ser apresentada no capítulo 4, fundamentada na concepção teórica aqui adotada, pretende apreender

regularidades possíveis, articuladas a certas etapas de construção do texto/discurso, e que seriam pertinentes para o processo de constituição e de funcionamento do editorial de jornal, na situação de vestibular. Mas, para apresentarmos tal análise, precisamos antes explicitar a escolha teórico-metodológica feita para sustentá-la. Tomando a posição e alguns passos analíticos de Rodrigues (2005), que afirma ter se orientado de modo a não apagar a essência da teoria de Bakhtin, buscou-se uma análise dos textos que não os pretendesse como modelos de um gênero, mas que investigasse características recorrentes na constituição de um gênero *nesta* situação de comunicação: a redação de vestibular.

Para alcançar êxito na tarefa, num primeiro momento, foi feito um estudo da esfera jornalística com o intuito de perceber o modo de constituição e de funcionamento da comunicação jornalística em circulação social, os gêneros predominantes e a questão da autoria dos textos assinados ou não assinados. A partir desse estudo geral, passou-se à observação do gênero editorial em si: a dimensão social e a dimensão textual-discursiva. Ainda que apoiada nas formas, a dimensão verbal foi submetida à análise sob o ponto de vista discursivo, no que tange a observância do lugar social que o autor se posiciona, o que ele diz, quais outros discursos mobiliza explicita ou implicitamente, que acento valorativo imprime no que diz e como percebe o seu interlocutor e suas possíveis reações-resposta.

### 3.2. Aspectos da dimensão social do editorial

Os gêneros veiculados em um jornal apresentam certos traços em comum, tais como: a interação entre o autor e o leitor não ocorre no mesmo espaço e tempo físicos, nem face a face, mas é mediada ideologicamente pela esfera jornalística; a validade dos gêneros é prevista para um dia; a periodicidade é variável de acordo com cada gênero e cada jornal.

Bonini (2006), ao explorar a dimensão estrutural do jornal, distingue a organização em duas seções: as fixas, que ocorrem de um a dois dias semanais, e as variáveis, com presença diária na estrutura do jornal. O autor acrescenta o fato de que as seções maiores são subdivididas em seções menores. Em alguns casos, essas seções menores, como o editorial e a charge, são o próprio gênero.

Rodrigues (2005) ressalta que esse processo de seleção e divisão do universo da comunicação jornalística funciona como um ato temático, estilístico e composicional, na medida em que produz e interpreta os enunciados individuais e os gêneros, pondo acento valorativo, evidenciando fatos, opiniões, e outros elementos que compõem o universo temático-discursivo jornalístico, disposto em seções, cadernos, suplementos, etc.

No quadro de estrutura de seções do jornal (BONINI, 2006, p. 62-65), o editorial faz parte da grande seção, fixa, *opinião*, e, num outro quadro referente ao grau de importância dos gêneros constantes no jornal, o editorial aparece entre os de maior importância, baseado nos princípios de função como estruturador do suporte e da relação com a temática central do jornal.

Conforme Rodrigues (2005, p.171), a topografia do editorial, a seção opinião, traduz o elemento que o constitui e o lugar ideológico, seu horizonte temático, sua finalidade na interação.

O editorial, por meio do seu autor, tem função avaliativa, a respeito de acontecimentos sociais noticiados no jornal, reconhecida e assumida pelos participantes da interação. O leitor varia de acordo com a classe social, sendo que os jornais cujo público-alvo pertence a classes populares não veiculam editorial. A esse respeito, Rodrigues (2005) chama a atenção para o trabalho da ideologia e a manifestação dos valores sociais não somente nos conteúdos dos enunciados, como também nos gêneros e na sua distinta circulação.

Vale lembrar que a própria instituição jornalística é vista como um interlocutor, interposto entre o editorialista e os leitores, na posição de leitor e autor, autorizando ou não a publicação do texto. A imagem construída tem como alicerce o reconhecimento social do jornal dando credibilidade a sua opinião; sua posição diante de determinado acontecimento social configura-se em tema de interesse para os jornais e para o público; é notícia. Como fonte de informação, o autor incorpora o *ethos*<sup>6</sup> da competência sociodiscursiva obtida no espaço da comunicação jornalística.

---

<sup>6</sup> “[...] *ethos*: por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador” (MAINGUENEAU 2005:97-98).

No dizer de Rodrigues (2005), o *ethos* do autor se manifesta ideologicamente no gênero, legitimando seu posicionamento e outorgando credibilidade ao seu discurso, tanto para os artigos assinados como para os editoriais. O jornal, autor interposto, é um argumento de autoridade, visível na situação de interação do editorial e pelo próprio discurso.

### 3.3. Aspectos da dimensão textual-discursiva do editorial

A perspectiva temática do editorial refere-se a acontecimentos sociais próprios do universo da comunicação jornalística. Os acontecimentos da atualidade motivam a escrita do editorial, sendo esses acontecimentos desencadeadores de crítica e questionamento por parte do editorialista; de anuência e comentário positivo; de recurso argumentativo para o seu discurso; ou de apropriação como ponto de partida na constituição do seu discurso. Com esses elementos de textualização do evento motivador, o gênero editorial de jornal configura-se como uma reação-resposta a esses enunciados da atualidade (o já-dito) e, simultaneamente, busca a reação-resposta ativa do seu interlocutor (BAKHTIN, 1990).

Por possuir esta característica de abordar eventos atuais, estar inserido na seção opinião do jornal e ter aí reservado espaço físico reduzido, outro elemento constitutivo do conteúdo temático refere-se a seus aspectos implícitos, inferidos com base no conhecimento social, político, econômico e cultural dos participantes da interação. A retomada do já-dito é possível devido ao fato de que o autor e o leitor compartilham um mundo sociocultural e temporal comum. Ambos, geralmente, pertencem às mesmas classes sociais, são leitores de jornal e conhecem o modo de produção da comunicação jornalística.

Outro fator relevante é considerar que, apesar do editorial partir dos acontecimentos relevantes no momento como motivadores de seu discurso, não tem como finalidade informar os acontecimentos sociais, papel legítimo da notícia. Sua finalidade é julgar os eventos tendo-os como mote discursivo dialogizador, por serem de domínio do leitor, e usá-los como ponto de partida para que o autor imprima o seu acento valorativo que o leitor precisa ressignificar na sua reação-resposta. O domínio do leitor é conferido por conhecer o tema em discussão, mensurar o seu efeito sobre a sociedade, identificar a quem interessam as críticas veiculadas, quem é o autor; que grupo (ou classe) ele representa, dentre outros.

Os outros discursos que o editorialista associa ao seu delineiam a posição de autor que vai se construindo pelo modo de incorporação e interpretação que confere às variadas vozes presentes no seu enunciado, com diferentes valorações.

Em trabalho de pesquisa sobre colunas de opinião assinadas, cujas características muitas vezes se aproximam às do editorial, Francisco Alves Filho (2005) percebeu igualmente dois modos de articulação do discurso de outro, aos quais chamou de apropriação e reinterpretação. No primeiro caso, o discurso do outro serve como ilustração ou como prova dos argumentos que o autor elenca no seu próprio discurso. No segundo, o autor faz reparos no já-dito, com o intuito de mostrar que há diferença entre o que ele diz e o que outros disseram.

O processo de articulação do discurso do outro com o discurso do autor perpassa todo o editorial, deixando traços estilístico-composicionais que permitem mapear as estratégias da inter-relação de ambos.

Enfim, as configurações estilístico-composicionais do Editorial têm como base o processo de produção da comunicação jornalística (extensão do texto, normas editoriais) e a presença ativa dos enunciados já-ditos: como o discurso do outro é enquadrado, qual a forma composicional de introdução e organização desse discurso do outro no editorial. São as diferentes estratégias de enquadramento que cunham a perspectiva dada ao discurso de outrem inserido, ressignificando-o, dando-lhe acento de valor.

Rodrigues (2005) identificou em sua análise dois movimentos de incorporação do discurso de outro. Denominou *Movimento Dialógico de Assimilação*, quando o autor incorpora outras vozes avaliando-as positivamente. Geralmente, são discursos da mesma esfera, normalmente de entidades reconhecidas nacional e/ou internacionalmente. No outro modo de incorporação, *Movimento Dialógico de Distanciamento*, percebe-se apagamento, distanciamento, isolamento, desqualificação das vozes às quais o autor se opõe. Não há citação de livros, de cientistas, de ministro ou qualquer outra autoridade chamada para o seu texto.

No Movimento Discursivo de Assimilação, a escolha de alguns verbos, de grupos proposicionais de introdução do discurso citado, do uso de determinados vocábulos e de expressões avaliativas podem ser destacados. Ao mesmo tempo em que apontam a presença do discurso do outro, os verbos introdutórios indicam apreciação, ainda que seja um efeito de neutralidade. As palavras e expressões avaliativas podem refletir sobre o enunciado ou sobre o seu autor dando valor de forma positiva. (RODRIGUES, 2005, p. 174-178).

Já o Movimento Discursivo de Distanciamento apresenta um conjunto de estratégias mais diversificado devido ao objetivo primeiro ser desautorizar determinado ponto de vista, distanciar-se dele. O enquadramento, então, precisa ser muito mais eficaz. Entre essas estratégias destacam-se o uso de palavras e expressões avaliativas, a negação, as aspas, os operadores argumentativos, a desqualificação do discurso do outro, a ironia e os pronomes demonstrativos. A negação, a ironia, as aspas e os operadores argumentativos funcionam simultaneamente como meios de introdução e citação do outro discurso. (op. cit. 2005, p. 176).

As diversas estratégias de enquadramento são encadeadas e produzem diferentes efeitos de sentido. Os Movimentos Discursivos de Assimilação e Distanciamento, entrelaçados, constroem a concepção axiológica do editorial diante dos demais enunciados já-ditos. A incorporação dos enunciados já-ditos acontece em função do interlocutor, a quem o discurso se dirige. O editorialista aciona esses já-ditos na construção do seu discurso, inserindo o seu ponto de vista norteado para a reação-resposta ativa do seu interlocutor.

Rodrigues (2005, p.178-179) aponta que a relação dialógica entre autor e interlocutor é construída com três movimentos dialógicos básicos: “o movimento de engajamento do leitor ao discurso do autor, o movimento de refutação da possível contrapalavra do leitor e o movimento de interpelação do leitor ao horizonte axiológico do autor”.

Percebe-se o que o leitor é elevado à posição de co-autor do texto, quando o autor usa o movimento de engajamento, tornando o leitor um aliado seu. Cria-se a impressão de que ambos, autor e leitor, partilham uma mesma posição valorativa. As marcas deixadas no texto empírico, como os verbos na primeira pessoa do plural, o pronome *todos* ou o uso de

perguntas retóricas que o leitor possa levantar, funcionam como uma relação de concordância, a reação-resposta vai ao encontro da orientação valorativa do editorialista.

Já no movimento dialógico de refutação, o autor encobre, antecipadamente, as prováveis reações-resposta de contestação que o leitor poderia contrapor a seu discurso. O autor incorpora ponto de vista contrário ao seu e enquadra-o de modo refutativo, com o intuito de silenciar os discursos que divergem das suas concepções.

Conforme Rodrigues (2005), no movimento de interpelação, um determinado ponto de vista, o do autor, é apresentado com a única verdade a que o leitor pode aderir. O editorialista, representante da instituição jornalística e de uma pressuposta verdade universal, o que lhe confere uma posição de prestígio, emite uma opinião normativa para os leitores. É uma relação impositiva do autor sobre o leitor, percebida pelos indicadores modais “é preciso”, “deve ser”, “isso é fundamental”. A modalização aparece na construção tanto do movimento dialógico de refutação quanto no de interpelação, incidindo sobre uma possível reação-resposta do interlocutor.

#### 3.4. Modo de constituição e de funcionamento do editorial na esfera jornalística

Para melhor compreendermos o modo de constituição e de funcionamento do editorial na esfera jornalística, faz-se necessário buscar a definição de *texto* numa acepção desse meio institucional. Utilizaremos num primeiro momento as observações da *Folha de São Paulo*, em que tal definição se refere exclusivamente às características do texto escrito, diferentemente da discussão conceitual entre texto e discurso desenvolvida neste trabalho. Dito isso, a referência a texto divulgada no Manual de Redação da folha de São Paulo<sup>7</sup>, é

Um bom texto jornalístico depende, antes de mais nada, de clareza de raciocínio e domínio do idioma. Não há criatividade que possa substituir esses dois requisitos.

Deve ser um texto claro e direto. Deve desenvolver-se por meio de encadeamentos lógicos. Deve ser exato e conciso. Deve estar redigido em nível intermediário, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela norma culta da língua. Convém que os parágrafos e frases sejam curtos e que cada frase contenha uma só idéia. Verbos e substantivos fortalecem o texto

<sup>7</sup> Capturado do site [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_texto\\_introducao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm), em 23/08/2007.

jornalístico, mas adjetivos e advérbios, sobretudo se usados com frequência, tendem a piorá-lo [op. cit. 2007].

Após essa caracterização geral para a escrita de um bom texto jornalístico, há a orientação específica para os dois grupos de textos que distinguem o conjunto de gêneros que compõe o jornal: gêneros informativos e gêneros de comentários. De modo semelhante, Cunha (2005), retomando conceitos de Adam, afirma que os primeiros têm especificamente a finalidade de fazer saber, como é o caso da notícia; e os segundos, visam a convencer, a julgar como, por exemplo, os artigos de opinião e os editoriais (CUNHA, 2005, p.170).

Nos termos do Manual de Redação da Folha de São Paulo, como protótipo dos gêneros informativos, a notícia deverá ser redigida da seguinte maneira:

O tom dos textos noticiosos deve ser sóbrio e descritivo. Mesmo em situações dramáticas ou cômicas, é essa a melhor maneira de transmitir o fato da emoção. Deve evitar fórmulas desgastadas pelo uso e cultivar a riqueza dos vocábulos acessíveis à média dos leitores.

O autor pode e deve interpretar os fatos, estabelecer analogias e apontar contradições, desde que sustente sua interpretação no próprio texto. Deve abster-se de opinar, exceto em artigo ou crítica [op. cit. 2007].

A definição que o Manual traz sobre o gênero opinativo editorial marca, de forma nítida, de quem é a autoria do texto, sendo essa característica a principal diferença entre esse gênero e os demais organizados no jornal.

editorial - Texto que expressa a opinião de um jornal. Na Folha, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar a ironia exagerada, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha [op. cit. 2007].

No mesmo texto referente ao editorial, a *Folha* ressalta que “nada impede que o jornal mude de opinião sobre determinado assunto. Neste caso, deve dizê-lo com clareza”, o que, de certa forma, já justifica possíveis alterações de postura diante de fatos político-sociais ao longo da história passada ou contemporânea. Outro fato importante e esclarecedor que o Manual informa é que “os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem”. Isso só reforça a questão da formação de opinião dos textos midiáticos em geral, assunto por si só tema de outra pesquisa, e, que, portanto, não será explorado neste trabalho. Cabe apenas ressaltar, a

título de maior explicitação, que a opinião de uma empresa jornalística permeia todos os textos jornalísticos que veicula, haja vista o editorial expressar a opinião da instituição e ao mesmo tempo direcionar quais reportagens deverão ser exploradas.

Para Andrade (2000), a norma geral de redação (textos escritos na esfera) jornalística é a de narrar o fato rapidamente e de forma simples, de modo que se faça entender. “A redação jornalística, particularmente quando veicula informação, dá preferência às expressões objetivas e veta o uso de expressões comprometedoras” (op. cit., p. 95), que utilizam, por exemplo, os pronomes pessoais de 1ª pessoa do singular e do plural (*eu, nós*) e dos possessivos (*meu, nosso*). Essa regra ocorre impreterivelmente nas notícias; evita-se o uso de adjetivos em excesso, talvez por soar como uma avaliação, e a orientação é a de que se mantenha um distanciamento e que se aborde o tema de forma impessoal. Por outro lado, o gênero editorial tem a prerrogativa de abordar um tema de forma valorativa, avaliativa do ponto de vista da empresa jornalística, e ser marcado por adjetivações, por juízos e opiniões.

Pode-se depreender, então, que quem de fato define não só as regras de estruturação gramatical como também as discursivas do conjunto de gêneros jornalísticos é o leitor a que se dirige cada texto, no interior de um determinado gênero. Talvez por isso, Andrade (2000) assevere que essas normas não devam ser fixas, mas devam ser tomadas como recomendação, já que alguns gêneros como “o editorial ou um artigo argumentativo exigem estruturas frasais complexas (subordinadas), vocabulário menos cotidiano” (op.cit. 2000, p. 95). Embora a regra geral para um texto jornalístico seja a manutenção de uma linguagem mais direta, para atender ao público diversificado, os autores salientam que os editoriais e os artigos assinados recorrem a um vocabulário menos comum, em outros termos, encontram-se palavras não usadas por classes sociais de menor escolaridade, além dos jargões da esfera econômica, jurídica e outros (ANDRADE, 2000, p. 97).

A presença de termos específicos de um grupo é atribuída à autoria desses textos, editoriais e artigos assinados, que são redigidos por profissionais atuantes, ou ao menos peritos no assunto, na área cuja temática é recorrente. Portanto, um ponto importante a ser examinado no texto jornalístico é o que se refere à posição do autor. Apesar do não uso de marcas pessoais do discurso, como os pronomes *eu* ou *nós*, das recomendações de objetividade, o

editorialista deixa sua marca de autoria nos comentários, na sua avaliação, na seleção dos vocábulos, no interdiscurso.

No caso específico do editorial, o Autor, representante da opinião da empresa jornalística, se torna visível devido às avaliações que faz sobre a questão em pauta. O elemento constitutivo do gênero editorial é a opinião; sua construção tem como base a apresentação de uma análise sobre o assunto e uma possível solução, recorrendo ao uso de adjetivos, a juízos de ponderação, fazendo reclamações ou até mesmo manifestando indignação. Deve-se considerar também a questão do apagamento do sujeito no texto, um processo de impessoalização textual.

Outro ponto relevante na análise do modo de funcionamento e constituição dos gêneros jornalísticos diz respeito ao suporte no qual o texto/gênero se fixa. De que modo, e até que ponto isso implica a utilização de gêneros jornalísticos na redação de vestibular, que, sabidamente, utiliza outro suporte? Essa investigação tem como ponto de partida as discussões de Marcuschi (2003) e Bonini (2006), numa tentativa de aliá-las às outras questões discutidas neste trabalho, como a escolarização dos gêneros.

A idéia central de Marcuschi (2003) é que gênero e suporte são elementos independentes, mas intimamente relacionados. O suporte como o lugar onde o gênero se fixa é designado para pô-lo em circulação. O autor caracteriza os suportes em convencionais (livro, jornal, revista, etc.) e incidentais (tronco de árvore, muro, o próprio corpo).

Bonini (2006) se ocupa em tentar descobrir até que ponto o suporte interfere no gênero e vice-versa. A busca pela resposta parte da concepção de que os diversos suportes podem ser “físicos” ou “convencionados”. A primeira distinção é clara, diz o autor, no entanto, a segunda é dificultada pela sobreposição entre gênero e suporte. (op. cit., p. 60-61).

O jornal é apontado pelo autor como um exemplar típico de suporte convencional, batizado de hiper-gênero, por ser um gênero constituído por vários outros. A organização das seções expressa na página inicial do jornal, define o autor, é o que dá condições para que os gêneros no jornal adquiram características específicas.

Entendendo como suporte o modo de manifestação material dos discursos, Maingueneau (2005, p.71-72) defende a posição crucial do mídiu(m) (suporte), por não considerá-lo um *simples meio de transmissão do discurso*, já que imprime “um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer”. O autor vai além ao preconizar que uma alteração importante do suporte modifica o “conjunto de um gênero de discurso”.

### 3.5. A Questão da Autoria<sup>8</sup>

Para falar sobre autoria, primeiramente é necessário cunhar o que se entende por *expressão*, na concepção bakhtiniana. Para Bakhtin (1990, p.111), a expressão “é tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores”. O aspecto que terá a *expressão-enunciação* será determinado pelas condições da situação social mais imediata.

Sendo a palavra orientada para um interlocutor, a enunciação é vista como um produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, o locutor e o ouvinte, ainda que o interlocutor não seja real. Parece possível afirmar, nos termos bakhtinianos, que o editorialista vê o seu interlocutor, o leitor, sob o prisma do meio social concreto que os engloba, editorialista e leitor. Ainda que a palavra seja utilizada por *um* em relação ao *outro*, é produto de ambos por definir quem a pronuncia ao mesmo tempo em que cria uma ponte entre o locutor e seu interlocutor (BAKHTIN, 1990, p. 112-113).

Essa *ponte* é construída pela palavra no momento da interação social. Ao mesmo tempo em que o locutor extrai a palavra de um estoque social de signos disponíveis, o contexto apreciativo atribuído pelo interlocutor é determinado pelas relações sociais. Em suma, para Bakhtin (1990:121), a expressão/enunciação é organizada pelo exterior, ou seja, “no meio social que envolve o indivíduo”. Desse modo, o autor postula que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal,

---

<sup>8</sup> Para diferenciar o termo AUTOR, neste tópico, adotaremos a grafia Autor para se referir ao sujeito do discurso e autor para a referência bibliográfica citada no corpo do trabalho, ou seja, para um sujeito empírico.

realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua [BAKHTIN, 1990, p. 123].

Sendo assim, o papel do ouvinte/leitor passa a ser considerado. O editorial, como discurso escrito que representa, dialoga com o seu interlocutor, na medida em que refuta ou acede outros discursos, antecipa respostas a questionamentos e objeções previsíveis do leitor ou busca o seu apoio. O interlocutor participa de forma ativa nessa interação.

Do ponto de vista retórico, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a relação interlocutiva que se estabelece em um gênero como o Editorial é a relação orador/auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) admitem que

Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito freqüente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se. [PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.7].

Concebendo esta inter-relação entre orador e auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 7-9) concordam com a posição da retórica clássica de que “o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório”. No entanto, põe em questão o fato de algumas argumentações poderem “ser dirigidas a toda espécie de auditório”. Então, como definir o auditório a que se dirige? Em primeiro lugar, é necessário definir a concepção de auditório. Perelman (2005, p. 22), define “auditório como o *conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*”. Decorre disso a afirmação de que cada orador presume um auditório, “pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 24-25) chamam a atenção para o fato de que, do mesmo modo que o auditório rege, de certa forma, o discurso do orador/escritor, este pode tentar mudar o comportamento de seu auditório. Por meio de recursos discursivos que utiliza na construção da sua argumentação, “pode tentar situar o auditório em seus marcos sociais”. Isto se dá a partir dos próprios posicionamentos pessoais do orador. Ou seja, caso o orador tenha uma postura extremista ante a questão em discussão, tenderá a perceber “todos os seus interlocutores como parte de um único auditório”. Por outro lado, se

mantiver uma postura moderada a respeito do tema, poderá visualizar ao menos dois auditórios distintos.

Essa visão do auditório vai não só estabelecer o contato entre o orador e o seu auditório, como também permeará as decisões prévias e todo o desenvolvimento da argumentação (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21). Por isso a importância na delimitação do auditório, de a quem quer influenciar, pois é a ele que, de fato, “cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores”. (op. cit. p. 27).

Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam três tipos de auditório:

O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório *universal*; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. [op. cit. 2005, p.33-34]. (grifos dos autores).

A importância do auditório universal é respaldada pelos elementos que o constituem e pelo acordo em aprovarem unanimemente certas opiniões. “*O acordo de um auditório universal não é, portanto, uma questão de fato, mas de direito.*” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 35) [grifos dos autores]. No entanto, ao longo da história, as concepções sobre as “verdades evidentes” vão se modificando, o que permite “caracterizar cada orador pela imagem que ele forma do auditório universal que busca conquistar para suas opiniões (...) a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência”. (op. cit., 2005, p. 37).

Os autores realçam a presença de um auditório particular, “ouvinte ativo do diálogo ou um ouvinte silencioso a quem o orador se dirige”. A visão de um auditório particular constitui-se pela encarnação de um único ouvinte que representa “um grupo do qual é o delegado, o porta-voz, em cujo nome ele poderá tomar decisões” ou, ainda, quando é “considerado uma amostra de todo um gênero de ouvintes” [grifos nossos]. Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam que “a escolha do ouvinte único que encarnará o auditório é determinada pelas metas que o orador se atribui, mas também pela idéia que ele tem do modo como um grupo deve ser caracterizado” (op. cit. 2005, p. 44).

A escolha que o orador faz entre dirigir-se a um auditório universal ou a um auditório particular deve estar pautada nas metas que pretende atingir. Como bem ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca

Toda argumentação que visa somente a um auditório particular oferece um inconveniente, o de que o orador, precisamente na medida em que se adapta ao modo de ver de seus ouvintes, arrisca-se a apoiar-se em teses que são estranhas, ou mesmo francamente opostas, ao que admitem outras pessoas que não aquelas a que, naquele momento ele se dirige. [PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 34].

O fato de os interlocutores pertencerem a uma mesma sociedade, ao menos temporal, torna mais fácil prever, hipoteticamente, as prováveis opiniões sobre determinado tema. Aumentam igualmente as chances de se alcançar os objetivos propostos para a argumentação que é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50). Para conseguir adesão de auditório, as escolhas que o escritor/orador faz para construir seu discurso são imprescindíveis, “tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”. Os autores ainda destacam a importância “da própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo”. Na realidade, estas escolhas são “uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva”. (op. cit., 2005, p. 73).

Bakhtin (2000) discorre sobre uma dessas escolhas, vistas como estratégia de argumentação, que é a utilização do discurso de outrem na construção do próprio discurso. O autor pondera que a apreensão do discurso do outro se situa no social, na pertinência deste para a sociedade da qual os interlocutores fazem parte e para atender aos fins específicos de cada enunciação. É na articulação do discurso de outrem que o Autor orienta o seu próprio discurso, fazendo uso de recursos da língua para incutir suas contestações e seus comentários sobre o discurso que selecionou para sustentar o seu. Essa estratégia permite perceber a personalidade do Autor e a sua posição sócio-ideológica. A posição axiológica do Autor é organizada por meio de seus valores concebidos na atualidade, na sua vida no mundo, orientada para o outro, seu interlocutor, com a finalidade de constituir

um juízo de valor. Nos textos de Bakhtin, é assim presente a temática do Autor, tanto nos estudos voltados para a literatura quanto para as reflexões sobre a linguagem em geral.

Dois fatores determinantes de um texto, para Bakhtin (2000), que importam a esta pesquisa, dizem respeito ao querer-dizer e à execução desse projeto, momento em que se pode observar a intenção discursiva do Autor. O posicionamento valorativo do editorialista de jornal, pode-se postular, tem sua força não apenas no registro dos fatos que discute em seus editoriais, mas na posição axiológica que imprime ao recortar certos discursos e reorganizá-los na direção do convencimento do leitor.

Voloshinov (1926/1976, p. 13), igualmente, trata a questão do Autor em termos de posição axiológica. Na perspectiva de Voloshinov, o ouvinte, considerado aqui o leitor, tem seu lugar independente na interação verbal e determina o estilo do discurso que o Autor utilizará para conquistá-lo. É a percepção que o Autor tem de seu interlocutor que orientará a forma de seu discurso que implicará em fazer com que, algumas vezes, o leitor se sinta inclinado a se aliar ao Autor e, em outras, não.

Os gêneros discursivos, constituídos nas práticas sociais, garantem os espaços de ação dos interlocutores. O Autor, orientado por um “querer-dizer”, ainda que vinculado às coerções genérico-discursivas, recorre às estratégias discursivas por perceber a participação ativa do outro no processo de interação. É em relação ao outro que assume posições.

Para Foucault (1992, p.33), “a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências”. O autor ressalta que, ainda hoje, as unidades Autor e obra são tomadas como recortes secundários da história dos conceitos. Ao analisar a função Autor, ou seja, as condições que possibilitem a um indivíduo exercer a função de Autor, Foucault sintetiza os quatro traços característicos que considera os mais visíveis e mais importantes:

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não

reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em, simultâneo, a várias posições-sujeitos classes diferentes de indivíduos podem ocupar [op. Cit., 1992, p. 56-57].

O primeiro traço remete a objetos de apropriação, às relações autores-editores, às regras escritas sobre os direitos de autor promulgados no final do século XVIII e início do século XIX. O segundo, diz respeito à universalidade e constância em todos os discursos (literários, científicos). Houve uma época em que os textos que hoje denominamos literários circulavam sem que se questionasse a autoria. Os textos científicos, ao contrário, eram tomados como veiculadores de verdades apenas por portarem o nome do Autor. O terceiro traço refere-se a um tratamento mais estilístico. É uma característica que não se forma espontaneamente, mas resulta de uma operação complexa originando um ser racional, o Autor. E, por fim, a quarta característica diz respeito às intervenções que o indivíduo faz nos textos. É esta capacidade de alterar, renovar o campo discursivo que faz com que o Autor saia do anonimato, porque surge um novo campo discursivo.

Em consonância com Foucault (1992), observamos o candidato do vestibular como Autor de seu próprio texto, a redação, ainda que simule toda a situação de comunicação conforme exigido. E para tanto, concordamos com Foucault quando diz que talvez o estudo sobre o discurso não deva ser voltado apenas para seu “valor expressivo ou pelas transformações formais”. Acreditamos ser possível utilizar os gêneros textual-discursivos para analisá-los “nas modalidades da sua existência”, conforme citadas pelo autor:

Os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos que variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam [FOUCAULT, 1992, p. 68-69].

Embora a escrita seja o lugar de “fixação de um sujeito na linguagem”, trata-se da “abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer”. (FOUCAULT, 1992, p. 35), durante a escrita do seu texto, o candidato pode deixar suas marcas. Essas marcas são perceptíveis no texto que sempre traz consigo “um certo número de signos que reenviam para o autor”. Foucault cita como tais signos os “pronomes pessoais, os advérbios de tempo e de lugar, a conjugação verbal” (op. cit. 199, p.54).

Bronckart (1999, p. 320) define Autor como “agente da ação de linguagem que se concretiza num texto empírico”. A ele é atribuída a responsabilidade aparente sobre o aspecto final do texto, quem faz as escolhas do gênero a ser adaptado à situação de comunicação, quem seleciona e organiza o discurso, bem como os mecanismos de textualização. A partir dessa definição, Bronckart questiona o porquê da necessidade de outras instâncias (enunciador, narrador) serem evocadas para delegarem responsabilidade enunciativa do texto, dissociando os dois elementos constitutivos da noção de Autor: o criador do texto e o responsável pelo que é enunciado. Para o autor, esta questão é respondida com as contribuições da psicologia sócio-interacionista:

Todo texto, oral ou escrito, procede do ato material da produção de um organismo humano e, como em toda ação humana, esta intervenção comportamental está em estreita interação com o acionamento de um conjunto de representações, que estão necessariamente *inscritas* nesse mesmo organismo. Logo, tanto do ponto de vista comportamental, quanto do mental, o organismo humano que constitui o autor é realmente quem está na origem do texto. [BRONCKART, 1999, p. 321]. (grifo do autor)

A responsabilidade do texto, para Bronckart, é secundária, sob o ponto de vista de que qualquer um pode escrever um texto, ainda que não seja seu Autor; a responsabilidade refere-se às dimensões mentais, portanto, os estudos devem ser sobre as representações acionadas na constituição do texto, construídas na interação com o outro. Na produção de texto, o Autor mobiliza um vasto conjunto de conhecimentos referentes ao contexto físico e social de sua intervenção, ao conteúdo temático e à sua posição de agente, às suas intenções. O Autor reorganiza representações já interativas, por integrar as ações/representações dos outros, mesmo que sejam opiniões ou valores que estão sendo negociados e confrontados numa organização singular, de cada pessoa, ainda assim mostrarão os traços de uma “alteridade constitutiva” (op. cit. 1999, p. 321).

O Autor empreende uma ação de linguagem por explorar recursos da língua em uso no grupo em que se insere, e por adaptar um gênero disponível no intertexto desse mesmo grupo social, que veicula as representações dos outros. Portanto, também Bronckart admite que as representações presentes em um texto não podem ser atribuídas apenas ao Autor, mas também ao seu interlocutor, por exigir “a criação de um espaço mental comum ou coletivo”. (op. cit. 1999, p. 322). A organização dos mundos coletivo-discursivos é designada como instâncias de enunciação, à qual o Autor transfere a responsabilidade pelo

que é enunciado. O editorialista é, então, a instância responsável pela articulação dos tipos de discurso e dos mecanismos de textualização e enunciação.

Filho (2005) vê como problemático Bronckart (1999) tratar *Autor, narrador e enunciador* como de igual natureza e da mesma hierarquia. Bronckart questiona por que alguns lingüistas, como Ducrot e Genette, invocam outras instâncias como o enunciador e o narrador, pois acredita que, desse modo, “dissociaram dois semas constitutivos da noção usual de autor: este, certamente, estaria na origem do texto, seria o seu “criador”, mas não seria ele (ou apenas ele), verdadeiramente, o único responsável pelo que é enunciado?”. Para Bronckart, o Autor apenas aparentemente corresponde “aquele que está na origem” e “aquele que é responsável” (BRONCKART, 1999 p. 320). Na leitura de Filho, Bronckart, ao postular outras instâncias de “responsabilidade enunciativa correlatas ao autor, (...) mostra que se, por um lado, é admissível que o autor está na origem criadora de cada texto empírico, por outro, constata-se que ele não é o único e verdadeiro responsável pelo que é enunciado” (FILHO, 2005, p. 83).

Para Filho (2005, p. 67), *Autor e autoria* transmitem noções distintas. Ele define Autor como “instância humana ou institucional a quem se atribui a macro-responsabilidade por um texto ou obra e autoria diz respeito ao processo de atribuição, responsabilização e enunciação de um texto ou uma obra”, postulando que até mesmo aos textos destituídos de autores pode ser atribuída autoria.

Diante das considerações feitas até aqui, importa investigar como se caracteriza um Autor, como percebê-lo nos textos e no funcionamento dos processos de interpretação. A intenção do Autor, reconstruída no sentido que se atribui ao texto, advém da *fusão de horizontes* de Autor e leitor. A questão é como a intenção é incorporada num texto e como pode ou não ser apreendida pelo leitor. Essa questão nos leva ao modo de constituição dos gêneros discursivos, de qualquer esfera, numa busca pela resposta àquela indagação.

Retomando a concepção de gêneros como ferramenta, de acordo com a proposta de Schneuwly (2004), é possível que a caracterização do Autor esteja presumida nos próprios gêneros. No entanto, num texto, diversas vozes enunciativas são mobilizadas pelo Autor e

compete a ele saber articulá-las de modo a criar um efeito de autoria que possa ser percebido e usado pelo leitor como ferramenta estratégica na compreensão do texto.

Criar um efeito de autoria num gênero específico como o editorial, impõe algumas especificidades, sintetizadas nas palavras de Filho (2005):

Neste sentido é que o editorial de um jornal já prevê o apagamento da autoria individual como condição para a proeminência de uma autoria institucional, de modo que escrever um editorial, em conformidade com a ideologia jornalística em vigor, significa saber apagar os próprios traços idiossincráticos individuais do escrevente e fazer emergir os caracteres de um modo supra-individual de expressar opinião. [FILHO, 2005, p. 74].

Filho (2005) pleiteia que o leitor, a partir de um texto lido, suponha a intenção comunicativa que levou o Autor a escrever o texto. Isso significa dizer que a autoria, sendo representacional, tem como participantes da construção o leitor e o Autor empíricos, mutuamente influenciados pela imagem que criam um do outro e de si mesmos. Desse modo, a responsabilidade recai sobre o produtor e o leitor do texto. Filho (2005) defende *Autor* como macro voz ligada ao todo do texto, com o trabalho de modificar os gêneros em circulação e reinterpretar a voz dos enunciadores, e não de apenas repor em circulação os modelos de gêneros.

Para nós, a posição mais próxima de Autor que adotamos refere-se à de Filho (2005) e, especialmente, à de Bakhtin (2000, p. 220) na qual “o autor deve ser compreendido, acima de tudo, a partir do acontecimento da obra, em sua qualidade de participante, de guia autorizado pelo leitor. Compreender o autor no mundo histórico de sua época, compreender seu lugar na sociedade, sua condição social”. Ao analisarmos as redações dos candidatos, a questão do *Autor* e da *autoria* teve como foco as estratégias de estruturação dos enunciados, procurando identificar se o concorrente foi capaz de encobrir as marcas de autoria individual, por necessitar representar um gênero cuja autoria é institucional, e como utilizou as outras vozes (outros discursos) que trouxe para sustentar/refutar o seu próprio discurso. A responsabilidade tanto sobre o que é dito quanto sobre os discursos que seleciona é dele, do vestibulando no papel de Autor de um editorial.

A maleabilidade dos gêneros defendida por Bakhtin (2000) permite que o candidato (produtor do texto) faça as modificações necessárias do gênero em circulação para adaptá-

lo ao contexto do vestibular, mas, por outro lado, a estabilidade de cada gênero pressupõe a postura de Autoria que é re-elaborada na relação interlocutiva entre editorialista e leitor. Em suma, o complexo e ativo processo da comunicação discursiva numa situação real corresponde à participação ativa dos interlocutores.

O ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. [...] o ouvinte se torna falante. [BAKHTIN, 2000, p. 271].

O próprio falante não espera uma resposta passiva do ouvinte; espera uma concordância ou uma objeção, além de ser ele mesmo, o falante, um respondente em maior ou menor grau, por não ser o primeiro falante, já que mobiliza outros discursos em seu enunciado. Outrossim, a compreensão ativamente responsiva pode realizar-se imediatamente ou pode ser momentaneamente silenciosa, repercutindo cedo ou tarde nos discursos subseqüentes ou no comportamento do ouvinte (op. cit. , p. 272). Bakhtin assegura, ainda, que “cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção de destinatário que o determina como gênero”. (BAKHTIN, 2003, p. 301).

O ponto de vista defendido aqui, é que tanto Autor como leitor (sujeitos discursivos) são responsáveis pela Autoria, que tem caráter dialógico. No entanto, cabe ao Autor fazer uso de movimentos dialógicos que seduzem o leitor a aderir ao seu discurso. No caso específico do editorial na redação de vestibular, a estrutura genérica mais próxima e mais familiar ao candidato é a do modelo dissertativo-argumentativo.

Compete à escola trabalhar o processo da escrita criando situações em que o aluno domine os mecanismos discursivos e textuais “nos quais ele marca sua prática de autor”. A escola não é necessária para formar escritores, mas é fundamental, ainda que não suficiente, na formação de Autores. (ORLANDI, 2000, p. 80).

Orlandi (2000) assevera que o papel da escola é capacitar os alunos para serem Autores. Segundo ela,

o autor é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito, pois é onde mais se exerce a obrigação a uma forma de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo

que diz. (...) É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social. (op. cit. 2000, p. 78).

Esse controle social tem como objetivo tornar o sujeito visível, o que permite identificá-lo. Portanto, para atingir tal objetivo, é exigido do autor:

(...) coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” do seu discurso. (ORLANDI, 2000, p. 68)

Para o candidato ter sucesso na redação de vestibular, é nesse “jogo” que ele precisa entrar de modo a ser bem sucedido. Por meio da linguagem, o vestibulando deve assumir o papel social de Autor diante da instituição, dominando certos mecanismos discursivos de acordo com o gênero proposto para a produção textual. Espera-se do aluno de ensino superior a habilidade de, no caso das propostas de dissertação, argumentar, julgar, confrontar idéias, apresentar soluções diante de situações-problema, enfim, ter uma leitura crítica que refletirá na *sua* escrita.

### 3.6. Aspectos da dimensão Retórica do Editorial

Assim como em diversos gêneros textual-discursivo, no editorial a habilidade de argumentar é imprescindível. Portanto, torna-se pertinente uma reflexão sobre os movimentos na construção do texto argumentativo, bem como sua aproximação com a Retórica.

O usuário manifesta o seu ponto de vista expressando-se por meio de elementos lingüísticos e extralingüísticos, ora explícitos, ora implícitos. No entanto, as marcas argumentativas são distintas, cada um escolhe um certo modo de construir seus enunciados. Essas marcas traduzem a intenção comunicativa do autor, por meio da qual fica estabelecido o jogo de representações dos interlocutores. Constata-se, ainda, que o falante se apropria da língua não apenas para opinar ou emitir sua mensagem, mas para atuar interativamente na sociedade.

Como já dito, é por meio de um gênero textual que o falante estrutura seu discurso, cuja escolha é definida pela situação comunicativa e pela finalidade a que se propõe. Portanto, o

modo de articular a argumentação circunscreve-se em uma dada situação de comunicação que, por sua vez, define as normas contratuais dessa interação: o que pode ser dito e como deve ser dito, incluindo as situações em que o destinatário não interage instantaneamente com o autor do argumento, como é o caso tanto do editorial de jornal como da redação de vestibular.

Nesses gêneros textual-discursivos, várias estratégias argumentativas podem ser observadas, variando de acordo com a intenção do autor, com a ideologia da instituição jornalística e da circunstância sócio-histórica e cultural na qual se insere. Ressalva-se que há um predomínio da organização<sup>9</sup> argumentativa no editorial, por este ter como finalidade opinar de forma a convencer, mas há trechos organizados com outros modos de organização. O autor recorre à narração ou descrição, muitas vezes, para justificar ou validar seus argumentos. Não há a intenção de investigar exhaustivamente, nesta pesquisa, definições de argumentação, antes há pretensão de abordar alguns aspectos relevantes para a análise do *CORPUS*, que possam revelar a intenção do autor.

Num sentido geral, argumentar é “direcionar a atividade verbal para o convencimento do outro ou, mais especificamente, é a construção por um falante de um discurso que visa a modificar a visão de outro sobre determinado objeto, alterando, assim, o seu discurso”. (BONINI, 2005, p. 220-221). A construção do ato argumentativo tem como base o já-dito conhecido pelo interlocutor e que, portanto, muitas vezes está implícito. Os enunciados são contrapostos pelos operadores argumentativos, cuja função é exatamente a de opor um enunciado ao já-dito.

Garcia (2000) salienta que os compêndios e manuais de língua portuguesa não fazem distinção entre argumentação e dissertação. A título de exemplo, pode-se conferir essa constatação em Therezo (1999, p. 19) que denomina “dissertação a todo tipo de texto estritamente racional e, como tal privilegia o intelecto”. Para a autora, esse tipo de texto a que se refere (dissertação) propõe uma discussão sobre um tema:

Quer seja expositiva (exposição de idéias sobre um tema, por exemplo: a crise no Brasil) quer seja argumentativa (posicionamento contra um ponto de vista ou a favor dele, por exemplo: a extinção dos pit bull), esse tipo de texto deve conter uma tese sustentada por argumentos [THEREZO, 1999, p. 20].

---

<sup>9</sup> Preferimos adotar a terminologia *modos de organização*, na realidade para referir o que Marcuschi (2003) denomina *tipo textual* e Bronckart (1999) chama de *seqüências discursivas*, por exemplo.

No entanto, Garcia (2000) ressalta que dissertação e argumentação têm características próprias: a dissertação tem como propósito principal expor, explicar idéias, sem, contudo, combatê-las ainda que não esteja de acordo. A argumentação, entretanto, tem como finalidade convencer, persuadir, influenciar o interlocutor, utilizando argumentos racionais, coerentes e consistentes, apresentando provas que possam contribuir para formar a opinião do leitor.

Para tanto, a argumentação baseia-se nos princípios da lógica sustentada por dois elementos: a consistência do raciocínio e a evidência de provas. A evidência é a certeza originada pelo raciocínio, construída pela apresentação de fatos, por exemplo, ilustrações, dados estatísticos e testemunho. O autor defende *os fatos* como o elemento mais importante da argumentação, já que por si convencem, ainda que nem sempre sejam irrefutáveis (GARCIA, 2000, p. 380-382).

Garcia (2000, p. 385-386) classifica a argumentação em informal e formal. A estrutura típica da argumentação informal, mais comum na língua falada, ainda que usada na escrita, é composta de três ou quatro estágios: 1. proposição, declaração, tese ou opinião passível de contestação ou refutação; 2. concordância parcial, quando o autor reconhece que os argumentos contrários à sua declaração, tese, são relativamente passíveis de verdade. Caso o autor não ache razoável a concordância, passa-se diretamente para o próximo estágio; 3. contestação ou refutação, na qual o autor se opõe às proposições antecedentes, de forma mais ponderável e firme; 4. por fim, o estágio da conclusão, decorrente das provas e argumentos apresentados.

A estrutura da argumentação formal apresenta poucas diferenças da informal. Algumas etapas devem ser articuladas com mais cuidado. Por exemplo, a proposição deve ser sobre uma opinião divergente, nunca sobre uma verdade universal, indiscutível, devido ao ato de argumentar ser o mesmo que convencer por meio de evidências. Para o autor, a proposição deve ser afirmativa e específica de modo que permita a tomada de posição contra ou a favor, sem conter argumento, prova ou razão. Por isso que outro estágio não presente na argumentação informal, a análise da proposição, entra na formal como elemento de maior importância. Nessa etapa, é preciso definir exatamente o sentido da proposição, de seus termos específicos, evitando mal-entendidos, e a posição que se vai defender e pretende provar. (GARCIA, 2000, p. 389).

No estágio da formulação dos argumentos, o autor apresenta as provas que darão suporte às suas idéias, de forma coerente. A ordem em que as provas são coadunadas é de suma importância. Primeiramente, deve-se selecionar a que melhor impressiona o leitor. A seguir, dispor as provas em ordem crescente, da mais frágil para a mais forte, o inverso do que se faz com a refutação, em que a prova mais forte vem em primeiro lugar. Garcia (2000) explicita ainda outro recurso de convicção, que é deixar o leitor em suspense, orientando-o para uma conclusão sem, contudo, declará-la, até o momento em que ela se impõe e o Autor, finalmente, a enuncia. Cabe ainda a antecipação das possíveis objeções que o leitor possa fazer e refutá-las previamente. (GARCIA, 2000, p. 389-390). Para Garcia (2000), a conclusão advém naturalmente das provas e dos argumentos apresentados, sendo o Autor responsável por explicitar o cerne da proposição.

Indo ao encontro da concepção de Garcia (2000), Koch (2006, p. 17-18) igualmente defende a distinção entre argumentação e dissertação, ainda que defenda a não neutralidade ideológica em todo e qualquer discurso. Para a autora, a interação social pela língua é essencialmente argumentativa, o que permite afirmar que todo ato argumentativo carrega uma ideologia. Para Koch (2006) a dissertação é um gênero com propriedades funcionais, estilo e composição condizentes com tais competências. Aliás, Koch (2003) lembra que “a dissertação é o protótipo por excelência dos gêneros escolarizados”, terminologia de Rojo. Para Pillar (2002), “nos livros didáticos, a dissertação é tratada como um texto em que o Autor organiza o pensamento lógico para comprovar seu ponto de vista sobre o tema proposto na prova”. Desse modo, mesmo que tradicionalmente a dissertação limite-se à exposição de idéias, sem discutir ou imprimir um acento valorativo, “a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção”. (KOCH, 2006, p. 18).

As relações argumentativas ou ideológicas da retórica ou da argumentação, termos utilizados pela autora como “quase sinônimos” (op. cit. 2006, 18), estão vinculadas às intenções do falante, à sua posição diante do discurso que produz e à imagem que tem de seu interlocutor. O Autor do texto encadeia os enunciados, por meio de operadores argumentativos ou operadores do discurso, de modo a construir o sentido que pretende dar a seu discurso. Com isso, são visíveis no texto algumas marcas de argumentatividade como as pressuposições, as marcas de intenções veiculadas, explícitas ou não, os modalizadores,

os operadores argumentativos que determinam a orientação discursiva, e as imagens recíprocas entre os interlocutores. (KOCH, 2006, p. 30-33).

Koch (2006, p. 151) acrescenta como movimento retórico um “deixar entender” que não explicita nenhuma intenção comunicativa da parte do locutor, aberta ou velada, mas se apóia em postulados convencionais; “dar a entender ou insinuar”, que são formas veladas com que o Autor põe em jogo uma intenção comunicativa particular.

Outro recurso retórico ou argumentativo que se destaca é a argumentação por autoridade, admitindo duas formas: a autoridade polifônica, inscrita na língua, que se configura na retomada da asserção de outro, e o argumento de autoridade, representado por provérbios, máximas, ditos populares e expressões consagradas pelo uso coletivo (KOCH, 2006, p.155).

Bronckart (1999, p. 225-226) lembra que desde Aristóteles os estudos sobre o processo de argumentação se inscrevem na retórica, e apresenta como base de seus próprios estudos a lógica natural que defende a observação das esquematizações nos textos empíricos, ainda que esta definição não impeça que sejam fornecidos modelos cognitivos.

Para o autor, o raciocínio argumentativo implica primeiramente a existência de uma tese sobre um dado tema; em seguida, como pano de fundo, são propostos dados novos dos quais surge um processo de inferência que, por sua vez, orienta para uma conclusão. É no quadro do processo de inferência que surge a força da conclusão, dependente do *movimento argumentativo* apoiado por justificativas ou freado por restrições. A partir da semiotização desse raciocínio argumentativo, Bronckart sugere que há uma economia de exposição da tese anterior, que é presumida, tornando o “protótipo da seqüência argumentativa” uma sucessão de quatro fases. (BRONCKART. 1999, p. 226).

A primeira fase é a de premissas (dados), ponto de partida para a constatação primeira; num segundo momento, o autor apresenta os argumentos que direcionam para uma possível conclusão; em seguida, há a exposição de contra-argumentos que possam restringir a orientação argumentativa; e, por fim, a conclusão integrando os efeitos dos argumentos e dos contra-argumentos, favorecendo uma nova tese.

Entretanto, Bronckart (1999) adverte que os dois modelos seqüenciais exibidos podem ocorrer de forma simplificada, ou seja, passar diretamente da premissa para a conclusão, ou

apresentar uma série de argumentos que sugerem a tese, os contra-argumentos, e passam à conclusão. As seqüências podem igualmente ser realizadas de modo complexo em que há a explicitação da tese e os argumentos são entrelaçados aos contra-argumentos, por exemplo. (op. cit. 1997, p. 227).

Apesar de considerar útil definir os protótipos, Bronckart (1999, p. 233) não admite que esses modelos sejam preexistentes, e sim “construtos teóricos elaborados secundariamente a partir do exame das seqüências empiricamente observáveis nos textos”. É só a partir dessas observações que o *agente-produtor* de um texto pode tomá-los como modelos, consciente de suas dimensões práticas e históricas e em constante modificação. Bronckart define as seqüências e outras formas de planificação como

(...) produto de uma reestruturação de um conteúdo temático já organizado na memória do agente-produtor na forma de *macroestruturas*. Ora, a forma assumida por essa reorganização é claramente motivada pelas representações que esse agente tem das propriedades dos destinatários de seu texto, assim como do efeito que neles deseja produzir. O empréstimo de um protótipo de seqüência, disponível no intertexto, resulta, portanto, de uma decisão do agente-produtor, orientada por suas representações sobre os destinatários e sobre o fim que persegue. Na medida em que se baseiam nessas *decisões interativas*, as seqüências têm um estatuto fundamentalmente dialógico. [BRONCKART, 1999, p. 234]. (grifos do autor).

O caráter dialógico da organização argumentativa consiste em isolar um elemento do tema discutido e apresentá-lo de forma a atender as expectativas que se tem do destinatário. Apoiado no processo da lógica natural, o agente-produtor tende a apresentar o objeto de discurso de forma explicativa e argumentativa, por considerar que possa ser contestável e de difícil compreensão para o seu destinatário.

Para Leite (2003), o discurso jornalístico é repleto de estratégias a serviço da argumentação que, muitas vezes, é responsável pela formação de opinião do grupo de pessoas que compõe uma região. O público-alvo seleciona o que lê a partir do "teor de argumentatividade" do discurso, do assunto tratado no editorial e na posição político-social assumida pelo jornal.

O editorial de jornal tem como finalidade expor a opinião da empresa jornalística sobre uma questão em pauta, de modo a interferir na opinião do leitor. O Autor do texto é institucional, sua autoridade é legitimada pelo próprio peso social da empresa no lugar

onde circula e o leitor, parceiro desta interação, está ciente da questão posta em discussão, reconhece o lugar ocupado pelo Autor e, geralmente, percebe os interdiscursos presentes no texto. O lugar e o momento do texto são definidos pelo contexto social, pelas outras notícias que concorrem para o estatuto de importância do tema e até mesmo pelo suporte no qual é impresso, o jornal, que implica ainda a validade presumida – de um dia. O editorial de jornal, no seu suporte de origem e em toda a situação de comunicação na qual está inserido, apresenta-se com características específicas, e a redação de vestibular corresponde a peculiaridades igualmente determinadas pela situação comunicativa à qual pertence.

Por fim, cabe ressaltar, ainda, que há outras formas de editorial circulando socialmente. Existem os editoriais de apresentação de revistas, de boletins informativos de universidades, de políticos, de órgãos governamentais e de órgãos não-governamentais, por exemplo.

A *Fundação Fé e Alegria*, Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social, publica mensalmente o boletim informativo da fundação na sub-região do Espírito Santo, denominado Companhia da Criança, expedido pela unidade do município de Vitória, e, semestralmente, Mascarados Informa, expedido pela unidade do município de Cariacica.

No primeiro boletim mensal, exemplar de número 03, consta um editorial de apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Fundação ao longo dos anos, tanto no Brasil quanto em outros países. Voltado para um público específico, a linguagem foge totalmente de estruturas complexas como as encontradas em editoriais de empresas jornalísticas. A valorização volta-se para a exaltação dos feitos da fundação e com a promessa de vencer novos desafios por meio de estratégias estabelecidas. A atribuição velada de seriedade característica e da solidez da fundação é transmitida pela menção aos seus 25 anos de trabalho no Brasil, reforçada pelos 50 anos completados no cenário internacional. (ver anexo 3).

Já no segundo informativo, tratando-se do primeiro exemplar, o editorial veiculado é de apresentação do próprio informativo. Auto-intitulando-se Editorial, o texto versa sobre a ideologia da fundação “novos sonhos, novos projetos e uma enorme esperança” ao mesmo

tempo em que comemora a edição inaugural do informativo da unidade que funciona no município de Cariacica. O editorial é finalizado com a apresentação do objetivo a que se propõe esta nova publicação: informar sobre as atividades desenvolvidas no projeto desta unidade. A linguagem também utiliza construções simples, com vocabulário acessível ao público-alvo. A autoria, ao mesmo tempo em que parece representar a ideologia da fundação, interpela o leitor à adesão desta com o emprego de pronome possessivo “nosso” variando em singular e plural ao longo do texto. Não só a ideologia como também a própria fundação é colocada como propriedade de todos, leitor e Autor. (ver anexo 4).

Diante disto, uma das questões referentes à inserção do editorial nas redações de vestibular, passa também pela diferenciação entre os suportes *jornal, revista, boletim, prova de redação de vestibular*. O suporte é imprescindível para a circulação do gênero e têm uma certa influência na natureza do mesmo. Na visão de Marcuschi (2003), é o gênero que exige um suporte especial. Como aclamado por muitos estudiosos da questão sobre a concepção que se deve dar a *gênero*, posição assumida neste trabalho, não é importante classificar um gênero, mas tomá-lo em uma dada situação de comunicação e observar seu funcionamento e constituição.

A redação de vestibular tem um peso social considerável por possibilitar o acesso ou não do candidato a um curso de nível superior, que irá prepará-lo para atuar na esfera profissional que escolheu; intermediando este processo interativo entre candidato e instituição superior, está a prova de redação, com todo o seu contexto constitutivo (elaboração, execução e avaliação). O produtor/ candidato já cursou toda a educação básica, o que legitima sua condição de apto a responder ativamente à proposta discursiva a qual for submetido. Ele deve reconhecer o papel a representar nessa situação, identificar o lugar social que o seu leitor ocupa, estar ciente do assunto posto em discussão e se apropriar do gênero existente na atividade de linguagem, adaptando-a à situação proposta. O leitor, interlocutor desta interação, igualmente reconhece o lugar ocupado pelo produtor e percebe os outros discursos que o Autor mobilizou na construção de seu texto. O contexto social de vestibular define o lugar e momento da produção textual, o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional.

Cumpre, portanto, apresentar, a seguir, uma análise discursiva dos elementos que o candidato precisou mobilizar para atender à proposta de redação de um Editorial do VestUfes 2006, copiada no capítulo 4 deste trabalho. Um breve olhar sobre propostas de redação de universidades brasileiras (anexo I), aponta para a predileção por gêneros que visam a explorar a capacidade argumentativa do vestibulando, incluindo certos gêneros da esfera jornalística, como o artigo de opinião e o editorial.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE UMA AMOSTRA DE REDAÇÕES SOB O GÊNERO EDITORIAL

Em princípio, pode-se dizer que a inserção de um gênero de opinião no vestibular é uma situação de ação de linguagem específica, uma situação de argumentação explícita, na qual o candidato deverá responder, em seu texto, a uma questão indicada pela Banca Elaboradora da proposta de redação, abordando um tema atual, de ordem social, política, econômica e/ou cultural. Desse modo, os conhecimentos de mundo que os concorrentes devem mobilizar dizem respeito a esse tema.

A partir da delimitação da situação, do gênero e do tema, o candidato precisará criar uma imagem de si, representação baseada no lugar social que ocupa, e uma imagem do seu leitor. Essas delimitações promovem uma melhor adaptação do gênero constante no repertório social à situação de comunicação vestibular. A escrita do editorial de jornal deverá ser transposta para atender aos subsídios da proposta. Cabe ressaltar que essa adaptação deverá refletir o eixo temático preestabelecido e a compatibilidade do gênero requisitado.

Para realizar essa transposição, é preciso dominar bem o gênero proposto, para, assim, empregá-lo com mais liberdade. Acontece de, muitas vezes, ainda que tenha o domínio da língua, o candidato se sentir impotente em alguns campos da comunicação, precisamente porque não domina, na prática, as formas de gênero de dadas esferas. A noção de liberdade a qual nos referimos reporta-se a Bakhtin (2000), que assegura que a maioria dos

[...] gêneros se presta a uma reformulação livre e criadora (à semelhança dos gêneros artísticos, e alguns talvez até em maior grau), no entanto o uso criativamente livre não é uma nova criação de gênero – é preciso dominar bem os gêneros para empregá-los livremente. [op. cit., 2000, p. 284]

Assim, o vestibulando/editor não deve se pautar por criar um novo gênero, mas a partir de um domínio único – no caso, o editorial – compreender a dinâmica da linguagem à luz da relativa estabilidade dos gêneros, pois cada esfera discursiva impõe um modo particular de processar o código lingüístico e de intervir estilisticamente, considerando a que auditório se destina, uma vez que Perelmam & Olbrechts-Tyteca (2005, p.8) observam que “mudando o auditório, a argumentação muda de aspecto e, se a meta a que ela visa é

sempre a de agir eficazmente sobre os espíritos, para julgar-lhe o valor temos de levar em conta a qualidade dos espíritos que ela consegue convencer”.

Ao propor como redação um texto opinativo, a Banca acredita que o candidato de vestibular seja um participante/leitor ativo, conhecedor de gêneros dessa natureza, e que tenha familiaridade com o modo de produção da comunicação jornalística. Conforme Bakhtin (2003, p. 285), quanto mais se conhece o gênero, tanto mais se realiza “de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso”. O conhecimento do gênero permite a descoberta da individualidade de cada Autor, refletida, sutilmente, na situação singular de comunicação.

No entanto, as evidências apuradas no *corpus* nos levam a crer que o “projeto de discurso” dos vestibulandos materializado no gênero Editorial fica comprometido “porque não dominam na prática as formas de gênero de dadas esferas” (BAKHTIN; 2000, p. 284). Essa inabilidade não está atrelada à competência que o candidato demonstra ter ou não no uso das formas da língua – normalmente tidas como mais rígidas e estáticas – em oposição às “formas de gênero” que são “bem mais flexíveis, plásticas e livres” (BAKHTIN; 2000, p. 283).

A suposta causa dessa dificuldade, conforme Bakhtin (2000), não se restringe à “pobreza vocabular nem de estilo tomado de maneira abstrata”, mas é atribuída

[...] a uma inabilidade para dominar o repertório dos gêneros (...), a uma falta de acervo suficiente de noções sobre todo um enunciado que ajudem a moldar de forma rápida e descontraída o seu discurso nas formas estilístico-compositivas definidas, a uma inabilidade de tomar a palavra a tempo, de começar corretamente e terminar corretamente. [op. cit., 2000, p. 285].

Ainda que os vestibulandos não dominassem esse acervo nocional referido por Bakhtin, nem tivessem habilidade para iniciar e acabar seu texto-discurso, poderiam recorrer aos moldes do texto dissertativo, estrutura empregada nos trabalhos acadêmicos e textos jornalísticos como o editorial e o artigo.

Para encerrarmos esse tópico, cabe ressaltar que, embora haja uma tentativa de delimitar os gêneros por meio das marcas lingüístico-estruturais predominantes, principalmente nesta pesquisa cuja proposta de análise é investigar a adaptação do gênero Editorial de jornal na situação de vestibular, os gêneros são constituídos por variadas seqüencias textuais. Em termos de organização textual, pode-se dizer que o editorial segue as normas do texto argumentativo, observáveis apenas empiricamente nos textos concretos, de jornal ou de vestibular.

#### 4.1. Sobre a proposta do gênero editorial de jornal na redação vestibular

Neste trabalho, tomou-se o Vest/2006, da Ufes, para selecionar as redações que compuseram o *corpus* de análise. Inicialmente foram analisadas 45 (quarenta e cinco) redações, sendo 09 (nove) de cada um dos 5 (cinco) cursos - Letras-Português, Comunicação Social-Jornalismo, Medicina, Engenharia da Computação e Física - todos do turno diurno, com notas variando em baixas, médias e altas. Após essa análise inicial, foram selecionados 10 (dez) textos como amostra para uma análise mais detalhada. Em relação à nota, cabe lembrar que a nota divulgada é global, isto é, somam-se os pontos resultantes das avaliações feitas sobre as 03 (três) propostas respondidas pelos candidatos. Neste estudo, não nos preocupamos com a quantidade de textos a serem analisados, visto tratar-se de uma pesquisa qualitativa.

A proposta de redação da Ufes/2006 teve peso máximo de 10,0 (dez) pontos, distribuídos pelas três propostas apresentadas no processo seletivo, a saber: a escrita de um editorial de jornal (4,0 pontos), um relato (3,0 pontos) e um cartão-postal (3,0 pontos).

Analisamos, neste estudo, primeira e brevemente, a proposta editorial de jornal, abaixo transcrita:

3ª QUESTÃO (4,0 pontos)

## Haiti

Quando você for convidado para subir no adro,  
da Fundação Casa Jorge Amado  
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos  
pretos, dando porrada na nuca de malandros  
pretos, de ladrões mulatos e outros quase  
(E são quase todos pretos)  
E aos quase brancos pobres como pretos  
Como é que pretos, pobres e mulatos  
E quase brancos quase pretos de tão pobres  
São tratados (...).  
Não importa nada:  
Nem o traço do sobrado,  
Nem a lente do Fantástico,  
Nem o disco de Paul Simon  
Ninguém, ninguém é cidadão.

(Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994)

“Lançada pelo IBGE em junho de 2003, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 apresenta a sociedade brasileira no seu retrato mais perverso e desumano. Comprova que do 1% mais rico da população, 88% são de etnia dominante, - indo-europeus e outras *etnias brancas* -, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% se declaram de cor preta ou parda. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres.”

(Mir, Luis. *Guerra Civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004, p.81.)

A orientação para a escrita do texto é dada pelo enunciado da questão:

*Imagine a seguinte hipótese: você está inaugurando um jornal de uma Organização Não Governamental – ONG – voltada para a questão da injustiça social no Brasil.*

*Tendo em vista a canção Haiti, de Caetano Veloso e de Gilberto Gil, e a citação estatística de Luis Mir, escreva o editorial de inauguração do referido jornal.*

(Caderno de Redação, VestUfes 2006, 3ª questão).

Observamos que o tema a ser desenvolvido nos é apresentado em conexão dialógica entre gêneros distintos, pois os textos – música e excerto de um livro – possuem um mesmo eixo temático; este, no nível objetivo e estatístico/informativo; e aquela, no nível subjetivo e artístico. Ambos com a função de subsidiar a abordagem do tema, considerando-os como domínios bem mais próximos da realidade dos vestibulandos em oposição ao gênero solicitado – editorial - para o atendimento da proposta.

Essa coletânea aponta uma dissonância entre o gênero Editorial solicitado no VestUfes/2006 e os gêneros praticados nas escolas que seguem as orientações dos PCNs, os quais ressaltam a importância de se trabalhar gêneros voltados para realidade cotidiana dos alunos. Ainda que o Editorial chegue à sala de aula, este se presta na maioria das vezes

à depreensão de aspectos lingüísticos e sintáticos e dificilmente são trabalhados como proposta de análise e escrita do gênero enquanto unidade dotada das

[...] três dimensões que formam a identidade de um gênero: o que é dizível por meio dele (o conteúdo temático), a forma de organização do dito (a estrutura composicional) e os meios lingüísticos que operam para dizê-lo (o estilo) (SCHNEUWLY, 2004, p. 137).

Esse paradoxo observado na coletânea parece refletir uma tensão entre a superficialidade no tratamento dos múltiplos gêneros que perpassam o espaço escolar e as expectativas dos organizadores de agregar à universidade pública um aluno com perfil crítico e engajado.

Além dos textos, houve outros direcionamentos que o candidato deveria tomar: a simulação da contextualização da situação, o papel que ele deveria representar e o veículo de circulação do texto, que indicava o público ao qual se reportaria pela primeira vez, posto que se trata de uma edição inaugural de uma ONG.

O candidato deveria responder à questão proposta para a produção do texto, redigindo, em formato de editorial e abordando o tema da injustiça social no Brasil, no qual o candidato deveria abstrair a questão racial como fio condutor da argumentação. A motivação da escolha desse tema parece refletir o momento histórico por que passava a universidade: mudança na política de seleção, com a inserção do sistema de cotas.

O lugar social que o vestibulando precisaria representar é de editor de uma ONG com o foco voltado para as questões sociais que envolvem as classes menos favorecidas. Após perceber o lugar social que precisaria representar, o candidato precisará focar o lugar social de onde falam os autores dos textos-base. No texto 1, a credibilidade do discurso é outorgada pela autoria de destaque, notoriedade e prestígio social e midiático de Caetano Veloso e Gilberto Gil. No texto 2, o autor, apesar de não ser reconhecido popularmente, tem credibilidade opinativa legitimada por sua competência profissional, além de apresentar dados de uma instituição nacionalmente reconhecida - IBGE. O candidato poderia supor que Luis Mir é um sociólogo, um jornalista ou um historiador, por exemplo, ainda que nunca tenha ouvido menção a tal autor. O fato de estar entre os textos da coletânea selecionados pela banca já é um indicativo de autoridade por competência.

Os textos da coletânea têm um caráter restritivo, ou seja, não representam pluralidade ideológica, fato este que talvez tenha inibido ou incentivado o candidato a apresentar um contra-argumento. Ambos denunciam a injustiça social, racial e econômica vigente no Brasil, tendo como argumentos elementos reais na sociedade brasileira: lugares, fatos, programas de televisão, cantor, instituto de pesquisa e dados estatísticos. Como subsídios para a produção textual do candidato, nada mais justo do que dados da realidade e escolha de textos que relatam a situação dos brasileiros sob a ótica de organizações não-governamentais. Desse modo, a introdução de discursos que contradizem esse ponto de vista ficaria livremente a critério do candidato, desde que este utilizasse estratégias discursivas que orientassem para o seu horizonte axiológico, condizente com sua representatividade.

Como editor de um jornal de uma ONG voltada para as questões de injustiça social, o horizonte temático abarca o universo da comunicação jornalística, mas vinculada à esfera de atuação do jornal de ONGs, que deve espelhar os objetivos que traduzem a ideologia da organização. Isso incorre na reação-resposta ter uma dupla orientação. De um lado, o autor deve construir seu texto como uma reação-resposta aos enunciados, aos já-ditos dos textos-base, de outro lado, deve buscar a reação-resposta ativa do seu interlocutor.

A noção de *Autor* aqui é referente não à pessoa física, mas à posição de autoria inscrita no editorial construído pelo candidato, por meio de sua inserção na situação discursiva, tendo, dessa forma, de resgatar o histórico e o social. Portanto, o jornal e a esfera social de onde se fala são os dois pilares que sustentarão a opinião expressa na redação/editorial.

#### 4.2. Análises das estratégias discursivas nas redações

A análise de 10 (dez) redações que compõem o *corpus* desta pesquisa será voltada para o todo do texto, focando as estratégias discursivas utilizadas pelo candidato na construção do editorial. Propomos como metodologia para análise a observação da elaboração da imagem e do lugar social ocupados pelo Autor institucional que o vestibulando deverá representar, e dos movimentos dialógicos que orientam seu interlocutor ao seu horizonte axiológico.

A título de verificação do atendimento da proposta quanto à adequação ao gênero Editorial, além dos aspectos citados acima, examinaremos a interação entre os níveis estruturais que identificam o gênero: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo.

Nesse sentido, as discussões acerca da autoria fluirão na perspectiva de delimitar por meio de pistas lingüísticas e de estratégias discursivas se a voz que ecoa é a de um sujeito encarnado ou da própria instituição por ele representada. Assim, considerando que a autoria no editorial configura um argumento de autoridade institucional, cumpre-nos avaliar de que modo o candidato construiu sua orientação valorativa diante dos enunciados pré-figurados e de como os entrelaçou com outras posições discursivas.

#### 4.2.1- Categoria Dissertação Escolar

##### Redação nº 1

A segregação populacional e a violência são apenas algumas marcas de um problema mais amplo que aflige a sociedade brasileira: a injustiça social. De um lado, a elite detentora de privilégios; de outro, uma enorme parcela de indivíduos excluídos do direito de exercer, de fato, a cidadania brasileira. Um cenário como esse, atros, só nos pode levar à análise das causas desse entrave, como forma de propor soluções adequadas.

Não há muita dúvida de que a história do Brasil foi inicialmente construída em torno de um colonialismo escravista, tão responsável por polarizar a população, sobretudo no contexto da busca pelo lucro. O problema dessa situação, cabe ressaltar, foi que o desenvolvimento das relações capitalistas não colocou fim à injustiça oriunda do período colonial, somente a intensificou. Inclusive, é importante destacar que o advento da república foi responsável por criar uma falsa noção de democracia, na medida em que o Brasil ainda sofre com impasses, tais como a descrença na representatividade política e a falência das instituições públicas, no combate aos problemas sociais. Como consequência, aumenta o número de “falsos cidadãos”, pessoas incapazes de perceber, por exemplo, que a compra dos seus votos e que a crença em mecanismos paliativos, como forma de solucionar a crise social, constituem barreiras do exercício da democracia plena e à erradicação da injustiça.

Em últimas palavras, é essencial que a população brasileira enxergue no andamento político nacional a chave para a resolução de quaisquer problemas que afligem a esfera pública. Afinal, somente por meio da luta pelos direitos humanos conseguiremos pôr fim à desigualdade que tanto limita a liberdade do cidadão brasileiro.

Num sentido mais amplo, na redação de número 1, o autor assume explicitamente a responsabilidade pelo intuito discursivo e pelo estilo do todo do texto, ao se apropriar de uma postura de autoria sócio-histórica e culturalmente pré-construída. Esse posicionamento enquadra-se no parâmetro argumentativo fundado na estrutura do real, ou seja, o viés opinativo flui numa perspectiva de verdades incontestes, a saber: escravidão, capitalismo, república

De modo mais específico, a marca de autoria e o acento de valor são percebidos na adjetivação atribuída ao “cenário atrás” (1º parágrafo). A postura ideológica é representada na visão de uma sociedade bipartida em “elite detentora de privilégios” e “uma enorme parcela de indivíduos excluídos” (1º parágrafo). Esse paradoxo reforça o argumento de que a escravidão forjou uma cultura de explorados-exploradores que, num editorial inaugural de uma ONG, deveria ser explorado em termos de transformação como “a chave para a resolução de quaisquer problemas que afligem a esfera pública” (último parágrafo).

Assim, observamos que a orientação axiológica busca levar o leitor a perceber que as causas históricas, colonialistas e capitalistas criaram uma “falsa noção de democracia” e “falsos cidadãos” (2º parágrafo). As expressões “cabe ressaltar”, “é importante destacar” e “é essencial” (3º parágrafo) orientam, por meio do movimento dialógico de interpelação (RODRIGUES, 2005), para o convencimento da verdade defendida, complementada pelo verbo na 1ª pessoa do plural “conseguiremos” no acabamento do discurso, pelo qual o Autor busca a concordância e a co-autoria de seu interlocutor. Essas características estariam em conformidade com o padrão editorial se o candidato observasse que o momento discursivo – a inauguração do editorial - era uma oportunidade de expor os compromissos da ONG com as questões raciais. Logo, não deveria centrar-se em questões periféricas limitando-se a devolver os dados da coletânea, sem ressaltar a importância da ONG face à questão racial.

O texto tem como ponto de partida uma voz pertencente à esfera das classes menos favorecidas da sociedade. A principal fala dessa classe é pôr como antagônicas duas classes sociais: “De um lado, a elite detentora de privilégios; de outro, uma enorme parcela de indivíduos excluídos do direito de exercer, de fato, a cidadania brasileira” (1º parágrafo).

Na seqüência, o comentário avaliativo que inicia a “análise das causas” da polarização social soa como verdade incontestável por meio do uso, de fundo apreciativo, um discurso de verdade assumida no coletivo: “Não há muita dúvida de que a história do Brasil foi inicialmente construída em torno de um colonialismo escravista, tão responsável por polarizar a população, sobretudo no contexto da busca pelo lucro” (2º parágrafo). O efeito de credibilidade e de valor ao seu próprio comentário é validado e devidamente sustentado pelo “nós” histórico.

O intuito discursivo do autor poderia ser ilustrado pelo enunciado “O problema dessa situação, cabe observar, foi que o desenvolvimento das relações capitalistas não colocou fim à injustiça oriunda do período colonial, somente a intensificou” (2º parágrafo). A orientação para o leitor visa a que este encadeie os argumentos “busca pelo lucro” e “relações capitalistas”, construindo o acento de valor negativo sobre esses dados.

As marcas de persuasão são encontradas nas expressões “não há muita dúvida”, “é essencial”, “é importante destacar” (2º parágrafo), ao mesmo tempo em que se constitui num movimento dialógico de refutação da possível reação-resposta ativa do interlocutor de que as relações capitalistas e o “advento da república” poriam fim “à injustiça oriunda do período colonial”. O mesmo movimento de refutação (RODRIGUES, 2005) tem a função de desqualificar o discurso nacionalista, atribuindo-lhe a responsabilidade sobre a criação de “falsa noção de democracia”, “descrença na representatividade política”, “falência das instituições públicas” e até mesmo de “falsos cidadãos”, pessoas incapazes de perceber (...) que a crença em mecanismos paliativos, como forma de solucionar a crise social, constituem barreiras ao exercício da democracia plena e à erradicação da injustiça” (2º parágrafo). O que se observa nesse recorte é que o efeito argumentativo recai tanto sobre o dito como sobre o modo de organizá-lo, embora não saia do lugar comum, ou seja, o contexto explorado é de alta previsibilidade e baixa informatividade.

Há, ainda, expressões que refletem o horizonte axiológico do autor: “segregação populacional”, “elite detentora de privilégios”, “indivíduos excluídos” (1º parágrafo), “colonialismo escravista”, “busca pelo lucro”, “falência das instituições públicas” (2º parágrafo), “luta pelos direitos humanos”, “pôr fim à desigualdade” (3º parágrafo).

Do ponto de vista retórico, o Autor criou a imagem do seu interlocutor com base na noção de auditório universal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005), na medida em que se volta para questões históricas como verdades universais aceitas por um grupo seletivo, seus interlocutores, para aferir confiabilidade em seus argumentos.

A autoria é marcada pelo processo de impessoalização do sujeito, em que não há marcas lingüísticas que denunciem a presença de um “quem” fala, como os pronomes *eu* ou *nós*. A marca de autoria, no entanto, é percebida nos comentários, nas avaliações do Autor, na seleção do vocabulário, no interdiscurso.

As “últimas palavras” do Autor, assim como o todo discursivo, não produziram o eco desejado de um Editorial, pois ele não se reportou aos propósitos/objetivos da ONG, lembremos que se trata de um Editorial inaugural. Logo, a ênfase argumentativa deveria ser em torno dos propósitos da instituição. Esse ofuscamento reduziu a dissertação do candidato a um recorte da coletânea, pois, em relação ao atendimento à proposta de redação, ficou patente que o gênero construído foi o dissertativo-argumentativo, respeitando o apreendido na escola no ensino fundamental e médio e/ou nos cursinhos pré-vestibulares.

Redação n<sup>o</sup> 2

O Brasil é atualmente, o país da injustiça social. Uma nação onde o poder público hoje de acordo com a cor do cidadão, ditando qual será a sua prosperidade social e econômica.

Hoje, dos 10% mais pobres do país, 70% se declaram de cor preta ou parda. Essa realidade é influência de um passado escravista e elitista, quase perpetua até os dias atuais. Um exemplo disso é o número de negros nos cargos políticos, que se comparado ao de brancos é ínfimo. Outro indicador dessa desigualdade social é o percentual de negros e pardos em presídios, que por não terem, na sua maioria, oportunidade de emprego entram na criminalidade como forma de sobrevivência. Essa falta de oportunidades é fruto do racismo existente no mercado de trabalho, pois para ele negros e pardos só servem para serviço pesado.

Portanto, a injustiça social que anda a nação atacando as minorias étnicas principalmente, é o reflexo da antiga e injusta concentração de renda.

A inserção da redação de número 2 se justifica neste trabalho por ser antípoda da proposta de um editorial do jornal de uma ONG que, pelo fato de não ser, há nela marcas

lingüístico-estruturais que a aproximam das “dissertações fabricadas”, tais como: esvaziamento da argumentação – recorrência explícita aos dados da coletânea -, encadeamento textual fragmentado no parágrafo de introdução, relação causa-conseqüência de baixa densidade argumentativa e ausência de uma proposta/solução viável.

O Autor (produtor do texto) introduz o seu discurso encaminhando para o acento valorativo do tema da proposta, orientado por um intuito discursivo que aponta para a responsabilidade do poder público sobre a injustiça social do país. O horizonte axiológico é delineado, já no 1º parágrafo, pela expressão avaliativa “a cor do cidadão, ditando qual será a sua prosperidade social e econômica”. Essa fala, inscrita no senso comum, trai os preceitos de credibilidade de um Editorial de uma ONG voltada para as injustiças sociais, posto que discute o preconceito racial de forma preconceituosa ao referir-se a cor em vez de raça.

O fio condutor do texto é a introdução do discurso do outro, voz do texto-base 2, sem indicação direta do autor, “dos 10% mais pobres do país, 70% se declaram de cor preta ou parda” (2º parágrafo). Os dados estatísticos servem como prova de sustentação para o argumento “país da injustiça social” fortalecido pelo saber enciclopédico histórico “influência de um passado escravista e elitista” (2º parágrafo). O uso de dado estatístico no padrão Editorial se presta a criar um domínio crítico-reflexivo cujo desdobramento não deve incidir sobre o já-dito e repetido “país da injustiça social”, mesmo porque, em se tratando de uma ONG, espera-se muito mais do que idéias repetitivas. Por esse entendimento, uma aproximação do gênero Editorial com o uso de dados estatísticos deve polarizar opiniões e conceitos e não uma exposição ingênua.

Ainda no 2º parágrafo, em que os argumentos e suas sustentações são registradas, observa-se a inserção de dados de conhecimento social: número de negros nos cargos políticos, ínfimo se comparado ao de brancos e percentual de negros presidiários. Esse levantamento comparativo não foi explorado como sendo o pano de fundo de uma proposta de ação da ONG: diminuir o abismo social que há entre negros e brancos. São vozes da esfera jornalística e, portanto, devem ser de conhecimento de todo cidadão, já que dizem respeito

a toda sociedade, têm sua legitimidade na instituição veiculadora das informações. O autor considera dispensável a citação das fontes.

O querer-dizer é estrategicamente introduzido pelo movimento dialógico de refutação da reação-resposta ativa, tendo como pano de fundo dialogizador as vozes de classes elitizadas. De um lugar social de classes menos favorecidas, a criminalidade cometida pelos negros presidiários é defendida como um ato causado por uma “forma de sobrevivência” e a “falta de oportunidades, fruto do racismo existente no mercado de trabalho” (2º parágrafo). Mais uma vez, o lugar comum sobressai e o contraponto sócio-ideológico esvazia-se. Na verdade, a argumentação expõe um confronto de vozes concordantes, por mais paradoxal que possa parecer.

Nesse enquadramento do discurso da elite, há a personificação do mercado de trabalho, “pois para ele negros e pardos só servem para serviço pesado”. A expressão valorativa dirigida ao “mercado de trabalho” imprime o caráter de racista a uma instância abstrata; soma-se a esse aspecto que a finalização refere-se a “minorias étnicas” como uma questão unilateral.

Observamos ao longo do texto a preocupação em marcar o tempo dos fatos chamados para dar credibilidade à sua fala: “atualmente” (1º parágrafo), “hoje” (1º e 2º parágrafos), “até os dias atuais” (2º parágrafo) e “antigamente” (3º parágrafo), marcando a injustiça social como um processo recorrente, perpetuada pelo “passado escravista e elitista”, reflexo da “antiga e injusta concentração de renda” (3º parágrafo). Essa reincidência temporal focaliza o passado como uma herança quase maldita, sem perspectiva de mudanças, e neutraliza as ações atuais voltadas para a ruptura, para a transformação da sociedade que, nesse caso, deveria ter como espaço de conscientização o Editorial inaugural.

Em suma, pode-se observar que o enquadramento do já-dito funciona como pano de fundo dialogizador do editorial/redação e dá credibilidade ao discurso do redator num nível periférico, pois traz consigo verdades, dados estatísticos com os quais mantém relações dialógicas que sustentam uma argumentação pouco informativa, uma vez que não discute uma proposta de inversão dos dados a partir da atuação da ONG. O lado racional do Autor ancora-se na estatística como o único e suficiente argumento, sendo-o, simultaneamente, causa e consequência: passado de exploração e presente de desigualdades,

respectivamente. Tal relação, segundo o candidato, parece refletir sobre a população carcerária.

Observamos, ainda nesta redação, a falta de referência à proposta. É um texto estruturado nos moldes do gênero dissertativo, no qual, geralmente, o Autor se isenta de aparecer e não cria uma imagem de um interlocutor único. Pode-se notar que o Autor faz um movimento de transposição de auditórios: ora universal (quando se refere a verdades incontestes – “O Brasil é o país da injustiça social” – 1º parágrafo), ora particular (quando faz referência a maioria da população de um presídio ser de negros e pardos e “que por não terem, na sua maioria, oportunidade de emprego entram na criminalidade como forma de sobrevivência” – 2º parágrafo) - pontos de vista questionáveis (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Seguindo as fases do raciocínio argumentativo, primeiramente o Autor apresenta a tese, seguida de argumentos, como pano de fundo, que orientam para a conclusão anunciada pelo próprio Autor. (BRONCKART, 1999; GARCIA, 2000).

### Redação nº 3

Desemprego, miséria, fome, violência: retratos de uma sociedade castigada historicamente, que presencia o desrespeito e o caos social aumentarem com o passar dos anos. Urge ressaltar que a desigualdade e a exclusão social são fatores que comprometem uma nação e atingem de forma avassaladora sua estrutura.

Em termos étnicos é visível a disparidade na oferta de oportunidades entre a minoria branca e a maioria parda e negra. Aqueles, graças aos luxos que o dinheiro pode ostentar, traçam uma trajetória retilínea rumo ao sucesso. Entretanto, esses, sujeitos às migalhas do governo, mergulham no abismo da estagnação social. É fato que a população pobre do país, além de usufruir de um sistema de educação precário, com estrutura inadequada, ensino de má qualidade, falta de material didático e recorrentes greves, ainda se sujeita à evasão escolar, graças ao pesadelo da miséria. Ele obriga adolescentes e até mesmo crianças a trabalharem, e, portanto, abrirem mão desse único meio de ascensão social. Cabe destacar, ainda, que corrompidos pelo desemprego e pelo mau exemplo de políticos corruptos, parcela significativa desse grupo ingressa na marginalidade, contribuindo, dessa forma, para aumentar o caos social.

Impera salientar que somente através da denúncia e do debate dos problemas sociais a dignidade poderá ser alcançada. A igualdade entre os cidadãos, tão discutida e defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos é o patamar que deve ser almejado. Logo, é por meio da responsabilidade social, inerente a cada membro da sociedade, que a segregação, certamente, poderá ser combatida.

Essa redação nº 3 permite avaliar que o aluno aprendeu “direitinho” a lição de uma dissertação com introdução, desenvolvimento e conclusão, construída em três parágrafos. A introdução fundamentada em adjetivos traça um panorama do caos ao mencionar “Desemprego, miséria, fome, violência”. Percebemos, claramente, nesta redação, a falta de referência à simulação proposta na questão. Não houve a preocupação de explicitar dados que permitissem observar a imagem do candidato como editor de um jornal de ONG e nem do meio de circulação do texto. O gênero dissertativo-argumentativo foi o escolhido para tratar do tema “injustiça social”.

Orientando-se para um auditório universal, o Autor utilizou um tom imperativo ao empregar verbos introdutórios nesse modo (“urge”, “impera”), no primeiro e no último parágrafo, respectivamente. Fatos considerados “visíveis” são enumerados como se a veracidade destas ocorrências fosse de concordância mútua entre os interlocutores (1º e 2º parágrafos). A título de ilustração destacam-se as metáforas apelativas: “Aqueles, graças aos luxos que o dinheiro pode ostentar, traçam uma trajetória retilínea rumo ao sucesso. Entretanto, esses, sujeitos às migalhas do governo, mergulham no abismo da estagnação social” (grifos nossos). Se a proposta de um editorial fosse atendida, nada impediria o uso (moderado) desses recursos como domínios conceituais, posto que este veicula a informação sob a rubrica institucional; como redação-dissertação escolar o recurso se aproxima do clichê.

Interessante notar que o Autor se distancia tanto da proposta que não recorre sequer aos textos-base. Apesar disso, toda a estrutura discursivo-textual se dá por movimentos discursivos de assimilação (RODRIGUES, 2005) ao discurso subjacente aos textos da coletânea. Toda a estruturação discursivo-textual se deu por movimentos discursivos de distanciamento do discurso não-citado da elite brasileira.

Visando à adesão de seu interlocutor, a estratégia utilizada se baseia no movimento dialógico de interpelação do interlocutor (RODRIGUES, 2005), sinalizadas pelos indicadores modais “é visível”, “é fato”, “cabe ressaltar” (2º parágrafo) e dos termos “desemprego, miséria, fome, violência” (1º parágrafo) que reforçam uma pressuposta verdade universal.

O fio condutor parece indicar que o intuito discursivo do Autor não se atém apenas na melhoria das classes injustiçadas, mas principalmente no crescimento da nação (1º parágrafo). Desse modo, o acento axiológico é percebido em expressões avaliativas que ora denunciam os privilégios de poucos e a falta de oportunidade de muitos (“é visível a disparidade na oferta de oportunidades entre a minoria branca e a maioria parda e negra” - 2º parágrafo).

Reforçando a tese central de que o país sofrerá as conseqüências deste quadro, após enumerar diversas dificuldades enfrentadas pela maioria da população, num movimento discursivo de assimilação (RODRIGUES, 2005), é percebida a voz do povo brasileiro num consenso sobre a corrupção dos políticos e a influência dela em um grupo social. Justifica, ainda, o ingresso de parcela desse grupo na marginalidade devido à falta de emprego, de educação de qualidade, ao trabalho infantil, reforçando a sua apreciação pelo discurso do outro que chamou para seu texto. E que assume como seu e de seu interlocutor.

Para finalizar, avalia positivamente o discurso jurídico ao citar o documento “Declaração Universal dos Direitos Humanos” e sustentar a defesa de “igualdade entre os cidadãos” ser “o patamar que deve ser almejado” (último parágrafo). No entanto, o não-aprofundamento desses argumentos de autoridade reduziu as expectativas do auditório ao nível de uma citação sem objetivo. Isso se deva talvez ao fato de que, para o candidato, evocar um instrumento jurídico validado por um organismo internacional seja suficiente para respaldar qualquer argumentação. Nas palavras de Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2005, p.137) isso

[...] nos obriga, de fato, a levar em conta não só a seleção dos dados, mas igualmente o modo como são interpretados, o significado que se escolheu atribuir-lhes. É na medida em que ela [a argumentação] constitui uma escolha, consciente ou inconsciente, entre vários modos de significação, que a interpretação pode ser distinguida dos dados que interpretamos e oposta a estes.

## Redação nº 4

A vergonha brasileira está escancarada às vistas da sociedade. Desintegrados da maioria rica da população estão as pessoas pardas ou negras, excluídas, desestruturadas e marginalizadas. Possuem essas pessoas a culpa que carregam?

A injustiça social do Brasil vem mostrando suas mil e uma faces desde os primórdios, quando se foi estabelecido por uma raça dominante de que “pretos não são filhos de Deus portanto não possuem alma”. Esse absurdo é repetido até os dias de hoje em que grupos privilegiados acreditam não serem culpados pelo que presenciam nas ruas e jornais.

O retrato da segregação racial e social é evidenciada nas grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo onde a grande parte que vive na miséria de favelas são negros e mulatos, enquanto brancos ricos vivem em luxuosas coberturas e possuem rendas estratosféricas.

Em pleno século XXI ainda há pessoas que possuem o arcaico pensamento de que a culpa da desigualdade social brasileira é dos próprios indivíduos marginalizados e também dos chefes de estado, enquanto é papel de cada cidadão promover a inclusão social no Brasil e promover o pensamento de que um país é construído e constituído pelo seu todo povo.

A Redação nº 4 é mais um exemplo de texto em que não houve a preocupação de simular a situação de comunicação proposta pela banca. Em texto tipicamente dissertativo-argumentativo, o modelo de gênero jornalístico mais próximo é o artigo de opinião.

Assumindo seu lugar social de defensor dos direitos da raça negra, o Autor parece voltar-se para um auditório universal, que conhece a situação vergonhosa em que se encontram negros e pardos. A pergunta retórica que finda o 1º parágrafo (“Possuem essas pessoas a culpa que carregam?”), funciona, ao mesmo tempo, como um movimento discursivo de distanciamento (RODRIGUES, 2005) do discurso da classe que culpa os negros pela situação vivenciada pelos próprios negros e expressa o acento valorativo sobre o tema.

Novamente, no 2º parágrafo, o distanciamento do discurso citado surge entre aspas (“pretos não são filhos de Deus portanto não possuem almas”), uma incorporação de enunciados já-ditos que ocorre em função do interlocutor. Por meio dessa incorporação, o Autor insere sua posição sobre o tema direcionada para a reação-resposta ativa do interlocutor.

O ponto de vista do Autor é reforçado quando interpela o seu leitor com o indicador modal “é evidenciada” (o retrato da segregação racial e social), forçando a uma aceitação da sua “grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo” (3º parágrafo).

No 4º e último parágrafo, o Autor encobre a provável reação-resposta de contestação que o seu interlocutor poderia manifestar (“a culpa da desigualdade social brasileira é dos próprios indivíduos marginalizados e também dos chefes de estado”), contrapondo-se ao seu discurso (“é papel de cada cidadão promover a inclusão social”), enquadrando um ponto de vista contrário ao seu de modo refutativo. É o que Rodrigues (2005) batizou de movimento dialógico de refutação, em que o Autor tem o intuito de silenciar os discursos divergentes das suas concepções.

No entanto, assim como nas redações antecedentes, o vestibulando não explorou os argumentos de autoridade relacionados, o que frustrou as expectativas do auditório universal por se manter no nível de uma citação sem objetivo. Retomando posições de estudiosas da argumentação, não basta apenas selecionar dados de fontes variadas, mas interpretá-los coerentemente e perseguir a adesão do interlocutor de modo persuasivo. (PERELMAM & OLBRECHTS-TYTECA, 2005.)

Em suma, esse primeiro bloco de redações, do número 1 ao 4, é constituído por textos do tipo dissertativo-argumentativo, nos moldes da dissertação escolar: o auditório é universal (exceto na redação nº 2), o Autor-orador é racional e os modos de organização textual-discursivo é mais argumentativo.

#### 4.2.2- Categoria Híbrida (Dissertação escolar e Editorial de Inauguração)

##### Redação nº 5

O quadro de injustiça social no Brasil, atrelado a divisão de classes que se acentua mais e mais, está envolto a questões enraizadas e mascaradas na cultura brasileira, como o racismo.

Segundo dados do IBGE, lançados em junho de 2003 a qual a Síntese dos Indicadores Sociais de 2002 apresenta o quadro em que de 1% da população mais rica 88% são de etnia caucasiana e em contrapartida, dos 10% mais pobres, 70% se declaram negros ou pardos revelam a segregação racial existente.

Mas essa análise exige abordagens mais profundas. Não pode ser compreendida apenas pelos parâmetros econômicos e conjunturas atuais. A desigualdade social atrelada a segregação racial é fruto de um processo histórico, a tardia abolição dos escravos e a nenhuma estrutura oferecida a estes o que provocou uma distinta separação não só de ricos e pobres, mas junto a isso, brancos e negros que neste aspecto raramente se juntam.

Não há como, diante das perversidades que o sistema vigente apenas aumenta, manter intacta algumas “verdades” já enraizadas e é com o intuito de um processo de desmitificação. Da pornografia não denunciada, que são as desigualdades sociais assim como o racismo, mascaradas por uma ideologia que nos faz crer sermos todos iguais é que inaugura-se este jornal.

De modo geral, uma primeira leitura da redação nº 5 demonstra a tentativa de desqualificar um discurso vigente, conhecido coletivamente, mas não explicitamente citado no texto do candidato. Isso pode ser observado no uso de adjetivos (“enraizadas”, “mascaradas”, “intactas”, “tardia”), dos substantivos com conotação negativa (“perversidades”, “pornografia”), no emprego de um número significativo de negativas (o “não” - usado quatro vezes-, “nenhuma”), nas expressões valorativas (“se acentua mais e mais”, “questões enraizadas e mascaradas”, “revelam a segregação racial existente”, “abordagens mais profundas”, “fruto de um processo histórico”, “processo de desmitificação”, “mascaradas por uma ideologia”) e o uso de aspas em “verdades” acusando o descrédito do discurso implícito que perpassa todo o texto.

Num olhar mais atento, o movimento dialógico de distanciamento (RODRIGUES, 2005) é voltado para um discurso indiretamente contestado, que poderia ser resgatado no 3º parágrafo “não pode ser compreendida (a segregação racial) pelos parâmetros econômicos e conjunturas atuais.”

Para o autor, os dados do IBGE, incontestáveis devido à sua autoridade instituída e aceita social e coletivamente, servem como constatação da realidade atual. Faz um movimento dialógico de assimilação (RODRIGUES, 2005) para sustentar seu argumento em bases históricas e estatísticas, igualmente compartilhada pelo coletivo: “é fruto de um processo histórico”. Parte desse conhecimento partilhado para refutar a possível reação-resposta do leitor de que a situação de “desigualdade social atrelada a segregação racial” pode ser “compreendida apenas pelos parâmetros econômicos e conjunturas atuais.”

O movimento de refutação é marcado pelo operador argumentativo “mas”, introdutório do 3º parágrafo (“mas essa análise exige abordagens mais profundas”) e nos enunciados opostos, ao final do mesmo parágrafo, (“não só de ricos e pobres, mas junto a isso, brancos e negros que neste aspecto raramente se juntam”).

O intuito discursivo é construído ao longo do texto e acabado no último parágrafo exigindo a co-autoria do interlocutor, pelo movimento de interpelação (RODRIGUES, 2005), compelido a aceitar como verdade única o fato de que “não há como, diante das perversidades que o sistema vigente apenas aumenta, manter intactas algumas “verdades” já enraizadas”.

A ironia empregada para desautorizar o discurso estatal, implícito, aceito por aqueles contrários à idéia de que a desigualdade social e o racismo é “mascarada(s) por uma ideologia que nos faz crer sermos todos iguais”.

O movimento de engajamento do leitor (RODRIGUES, 2005) encerra o discurso com leitor e autor co-autores do horizonte axiológico marcado pelos pronomes *nos*, *todos* e pelo verbo na 1ª pessoa do plural *sermos*.

A tentativa de simulação da proposta é marcada ao final do texto com a expressão verbal de que se trata de uma inauguração de jornal. No entanto, o objetivo do jornal fica implícito, pois o Autor ocupou-se em opinar sobre o tema e arregimentar dados estatísticos fornecidos no texto-base e fatos históricos de conhecimento partilhado entre os interlocutores para sustentar seus argumentos.

A autoria é institucionalizada, não houve ocorrências de marcas de personalidade no texto. O auditório presumido foi o universal marcado pelo assentimento das informações contidas no discurso referente a dados e fatos historicamente construídos. O gênero, assim como na redação anterior, aproxima-se do artigo de opinião.

## Redação nº 6

A injustiça social no Brasil contrasta com sua condição de potência econômica mundial. Como diziam os militares da ditadura, “a economia vai bem, mas o povo vai mal.” E hoje, esta terrível situação permanecer inalterada.

A tradição histórica de exploração colonial, a qual o país foi submetido, revela as raízes da má distribuição de renda, do descaso social e da discriminação racial.

Muitos governos tentaram reverter este terrível quadro. No entanto, forças internas, ligadas aos interesses imperialistas estrangeiros, impediram a realização das transformações sociais de que o país necessita. É o capitalismo selvagem atuando impiedosamente.

Entretanto, isto não significa levantar a bandeira branca do conformismo. É preciso fazer algo em prol da execução das reformas de base. Esse é o objetivo da Organização Não Governamental Por uma vida mais justa: lutar pelos direitos do cidadão marginalizado e excluído da sociedade. Afinal, trabalhando em equipe obtém-se resultados bem maiores.

Editorial de inauguração do jornal Por uma vida mais justa.

Organização Não Governamental

18/12/2005

Na redação 6, a estratégia de introdução e incorporação do discurso militar ocorreu de forma mais marcada, sendo o discurso citado diretamente. O enquadramento do discurso do outro ocorreu por meio da estratégia do movimento dialógico de assimilação (RODRIGUES, 2005). Evocando a voz dos militares “a economia vai bem, mas o povo vai mal” o intuito discursivo é orientado para a permanente injustiça social no Brasil.

O acento valorativo, digno de uma ONG que mapeia as falhas das ações governistas e constrói a sua estratégia de atuação criticando os feitos do Estado, é registrado pelos adjetivos que acompanham as expressões avaliativas “terrível situação”, “o povo vai mal” (1º parágrafo), “terrível quadro”, “impiedosamente” (3º parágrafo).

Busca a adesão do leitor ao seu discurso ao enquadrar, no mesmo, vozes coletivas que atribuem a fatores históricos (exploração colonial) a origem da má distribuição de renda, do descaso social e da discriminação racial (2º parágrafo).

Outra estratégia discursiva observada foi o de movimento de refutação (RODRIGUES, 2005) da possível reação-resposta de seu interlocutor de que “Muitos governos tentaram reverter este terrível quadro” (3º parágrafo). A desqualificação é percebida pela

generalização “muitos governos”, sem a identificação dos governos aos quais se refere. Se no 1º parágrafo, cujo movimento foi de assimilação (RODRIGUES, 2005), o autor deu espaço para uma voz de autoridade, no movimento dialógico de distanciamento (RODRIGUES, 2005) empregado no 3º parágrafo, as vozes confrontadas são apagadas ao serem enquadradas de modo a perderem a sua credibilidade. “No entanto, forças internas, ligadas aos interesses imperialistas estrangeiros, impediram a realização das transformações sociais de que o país necessita”.

O acento de valor, ainda que construído interdiscursivamente, é ressignificado pelo autor quando retoma a necessidade de transformar a situação em que “o capitalismo selvagem atua(ndo) impiedosamente”.

Após criar e desenhar a situação social e os fatores que a desencadearam, usa estrategicamente o movimento de interpelação do interlocutor (RODRIGUES, 2005) na apresentação de seu ponto de vista como a verdade que deve ser aceita, marcada pelas expressões “o país necessita” (3º parágrafo) e “é preciso fazer algo em prol da execução das reformas de base” (4º parágrafo).

Refuta a reação-resposta ativa do leitor na frase negativa “Entretanto, isto não significa levantar a bandeira branca do conformismo” (4º parágrafo), ao mesmo tempo em que insere seu acento de valor orientado para o horizonte axiológico: fazer algo em prol das reformas.

A posição social ocupada pelo autor lhe possibilita se abster de referir-se diretamente às injustiças sociais sofridas pela população negra, claramente mencionada nos dois textos-base. Observa-se o enquadramento do já-dito pelos textos da coletânea na expressão “discriminação racial” (2º parágrafo), porém o querer-dizer é orientado para a luta que envolve não apenas os negros, mas “lutar pelos direitos do cidadão marginalizado e excluído da sociedade” (4º parágrafo).

Desse modo, o autor parece falar de um lugar social comum a qualquer cidadão brasileiro que vive as conseqüências da “tradição histórica de exploração colonial, a qual o país foi submetido” (2º parágrafo).

Em suma, a redação foi construída numa estrutura muito próxima a um artigo de opinião. A tentativa de atender a proposta é marcada pela finalização, em que é explicitado verbalmente o nome do gênero que se pretendeu estruturar.

Voltando-se para um auditório universal, os argumentos versaram sobre dados políticos de conhecimento geral, ou que ao menos deveriam ser, e que se instaurou como instrumento de aceitação do argumento mais forte da tese defendida, o objetivo da ONG. A autoria manteve-se dentro da proposta do editorial, pois houve o ocultamento do sujeito Autor do discurso e a explicitação da instituição.

Para concluirmos a análise desse segundo bloco de redações, observamos que os exemplares de número 5 e 6 apresentam textos que se aproximam muito do primeiro bloco: o auditório é universal, o Autor é racional e o modo de organização (as seqüências) é mais argumentativo. A diferença é que, nesse segundo bloco, momentaneamente o autor é institucionalizado e o texto se situa em um contexto de introdução de um veículo jornalístico. Estruturalmente, eles são muito parecidos, com a introdução da questão problemática, a apresentação de uma tese, desenvolvimento e uma conclusão. As seqüências são basicamente descritivas, explicativas e argumentativas.

#### 4.2.3- Categoria Editorial de Inauguração (ou de Apresentação)

##### Redação nº 7

Caro leitor,

Nada seria mais correto do que abrir este jornal tratando da desigualdade. Ela, que nos faz seres peculiares, capazes de reagir de diferentes formas a situações adversas; ela, que nos torna únicos, ao mesmo tempo em que explicita nossa capacidade de se deixar levar, de fazer tudo igual aos demais. É inconcebível que, no início do século XXI, em nossa sociedade continuem existindo as mesmas distinções de dois, três séculos atrás, quando se julgava uma pessoa pelo seu tom de pele. Esse julgamento errôneo gerou, além do preconceito, a má distribuição de renda que se configura hoje, não só no Brasil, como também em outros países da América Latina e da África.

O Áurea está sendo lançado como um meio de discussão de todas essas questões; também, como uma porta para todas as iniciativas, que, muitas vezes, acabam se perdendo por falta de recursos, instruções, ou até mesmo apoio. E é para garantir esse apoio que existem

instituições como a Zumbi, ONG responsável por diversos programas de inclusão social em comunidades carentes.

Sinta-se à vontade para discutir, debater, questionar, agir. Porque, para nós, não importa se você é branco, preto, pardo ou amarelo. Muito menos se tem dinheiro ou não. Aqui, o mais importante é a vontade de lutar, de modificar essa situação. Sua liberdade já foi garantida, e você pode ir muito mais além do que imagina.

A construção do discurso da redação de nº 7 teve como pano de fundo o movimento dialógico de assimilação (RODRIGUES, 2005) por, implicitamente, concordar com o acento valorativo dos textos-base. Ao mesmo tempo, explora a “desigualdade” como positiva na afirmação de cada cidadão.

Por todo o texto perpassa a idéia de preconceito, má distribuição de renda e indignação com julgamentos baseados na cor da pele. No entanto, a maior sustentação do argumento (a desigualdade é importante para a identidade) é feita pelo movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005).

Já no início do texto, o Autor se dirige ao leitor como se estivesse falando específica e unicamente para ele, só com ele. E, como se falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância, usa as expressões “nos faz”, “nos torna”, “nossa capacidade”, “nossa sociedade” visando à adesão de seu interlocutor ao seu discurso. (1º parágrafo). Ainda no mesmo parágrafo, interpela o leitor a aderir ao seu argumento plausível, orientado-o para o axiológico “É inconcebível que, no início do século XXI, em nossa sociedade continuem existindo as mesmas distinções de dois, três séculos atrás, quando se julgava uma pessoa pelo seu tom de pele” (1º parágrafo), no qual também fica impresso o acento valorativo. Há, ainda, nesse 1º parágrafo, a apreciação do ato de julgar as pessoas pela cor da pele como “julgamento errôneo” e gerador “do preconceito” e da “má distribuição de renda”.

O emprego do pronome “todas”, no 2º parágrafo, configura o movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005) na medida em que o autor convida o leitor a ser co-autor do discurso do *Áurea*, nome do jornal simulado, “um meio de discussão de todas essas questões”, “uma porta aberta para todas as iniciativas”. Definidas as finalidades do jornal, o Autor institucional afirma que todas as iniciativas que possam minimizar as desigualdades serão

bem-vindas e, como garantia, fornece apoio a todas as iniciativas que, muitas, acabam se perdendo por uma possível falta de “recursos, instrução ou até mesmo apoio” do seu interlocutor.

Nesse percurso a consistência argumentativa gravita em torno de postura aberta em relação ao auditório, posto que entende não fazer o espaço do Editorial distinção “se você é branco, preto, pardo ou amarelo. Muito menos se tem dinheiro ou não”; além disso, acentua o Editorial como o canal de transformação e de reconhecimento de que a “liberdade já foi garantida”.

No tocante à estrutura, o Autor imprimiu ao texto as marcas lingüístico-sintáticas que caracterizam o Editorial como um texto opinativo e argumentativo. Em termos de autoria, não imprimiu marcas que denunciasses uma pessoa, ou seja, utilizou a terceira pessoa.

A conclusão dá voz ao leitor, tendo como estratégia discursiva o movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005), para “discutir, debater, questionar, agir”, como se todas as opiniões desiguais pudessem ser aceitas como verdades e o leitor pudesse ser um autor com “liberdade (foi) garantida”. Os pronomes “nós” e “você” reforçam a posição de aliado, de concordância entre interlocutores, bem como o advérbio de lugar “aqui”, um signo que reenvia o texto ao seu Autor (FOUCAULT, 1992) e marca espaço-temporal comum a ambos, leitor e Autor.

O entrecruzamento de vozes se presentifica no gênero e constrói uma atmosfera dialógica expressiva que escapa ao domínio da palavra em si, mas se afirma sob a premissa de que

[...] a expressividade de determinadas palavras não é uma propriedade da própria palavra como unidade da língua e não decorre imediatamente do significado dessas palavras; essa expressão ou é uma expressão típica de gênero, ou um eco de expressão individual alheia, que torna a palavra uma espécie de representante da plenitude do enunciado do outro como posição valorativa determinada (BAKHTIN, 2000, p. 295).

Nessa busca da plenitude alheia, pode-se perceber que o candidato fez referência à simulação da situação proposta. Criou uma imagem de si mesmo e do seu auditório particular (PERELMAM E OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Denominando o jornal de AUREA, de alguma forma construiu o texto com base numa autoria institucionalizada,

mantendo o horizonte axiológico da ONG, voltado para as causas de injustiça social. A intensidade argumentativa do nome do jornal estabelece uma conexão intertextual com o fim da escravidão - assinatura da Lei Áurea -, o que de certa maneira demonstra implicitamente os propósitos da instituição e a linha ideológica assumida.

A estrutura do gênero apresenta uma organização mais próxima do expositivo do que do editorial, o que permite situá-lo em uma forma de editorial de apresentação. A marca mais visível desse flagrante é a saudação inicial “Caro leitor”, que explora a familiaridade com seu auditório particular.

Com o intuito de “ir muito mais além do que imagina”, o Autor constrói o Editorial por meio de estratégias discursivas que colocam o fato polêmico sob a ótica dialética do comentário e da informação; e, dessa forma, redimensiona o conhecimento à luz de um processo de engajamento sócio-ideológico.

Redação nº 8

Paradoxo. Dados recentes do IBGE mostram que do 1% mais ricos cerca de 90 por cento estão dentro do grupo dos brancos. Em contrapartida, os 10 por cento mais pobres constituem-se negros e pardos. Esses dados ratificam a incoerência da estrutura da nação e a necessidade de reestruturação desses paradigmas. Eis aí o objetivo desta ONG.

Está tudo na constituição. Ideais de fraternidade universal, de uma beleza esplendorosa. O direito à dignidade invidável e assegurado pelo estado. Cabe aqui até um clichê: “todos são iguais perante a lei”. Todavia, num país onde o 1 por cento mais rico equipara-se financeiramente aos 50 por cento mais pobres falar em igualdade beira surrealismo. Que já existe o aparato jurídico, sabemos; faz-se necessário o espírito de luta, de reforma. Nesse contexto, é imprescindível a atuação de uma ONG.

A ONG possui uma vantagem sobre as iniciativas estatais. Eliminam-se os típicos esquemas de corrupção e a lentidão da burocracia. Ademais, sua formação está na pluralidade étnica, social. Todos trabalham em prol das mudanças, impulsionados por um ideal.

Lutar contra a desigualdade é nosso maior objetivo. Afinal, dentro do atual sistema, a cidadania só existe com a venda. Amontam-se assim brancos, pardos, negros (estes já excluídos pela questão racial) a condições subumanas. Cito aqui a música Haiti de Caetano e Gil: “... quase brancos quase pretos de tão pobres. Ninguém, ninguém é cidadão”.

Findemos, então, aquele paradoxo da elite branca rica e da multidão negra pobre, marginalizada. Que esta ONG tenha força para aproximar os menos favorecidos à cidadania.

Na redação de nº 8, o candidato constrói seu intuito discursivo apoiado em outros enunciadores e em outros discursos, mas deixando claro que a verdade é a sua própria axiologia. Introduce em seu texto os dados do texto-base 2, como prova da “incoerência da estrutura da nação e a necessidade de reestruturação desses paradigmas” (brancos ricos e negros pobres) (1º parágrafo).

Apresenta sua apreciação dos fatos, empregando expressões como “paradoxo”, ainda que não bem compreendido no parágrafo e tendo seu sentido retomado no 2º parágrafo (“incoerência”, “necessidade de reestruturação”).

A autoridade de sua fala é outorgada graças à introdução do discurso de um respeitado instituto de pesquisa (IBGE), que dispensa apresentações, e pelo leitor presumido desse tipo de jornal, membros de classes menos favorecidas e pessoas que, ainda que apolíticos, no sentido partidário, lutam por reparações econômico-sociais. O domínio da esfera de luta de classes é percebido no uso do operador argumentativo “em contrapartida”, que assinala a divisão desigual das classes sociais e raciais.

Parafraseando o discurso jurídico, o 2º parágrafo é construído pela estratégia do movimento dialógico de distanciamento do pregado na constituição “Todos são iguais perante a lei”. A estratégia de enquadramento do discurso do outro visa mostrar como a voz do outro se auto-anula, desautoriza-se, por não ter efeito real na sociedade. Ironiza os “ideais de fraternidade universal”, reforçado por adjetivação igualmente irônica “de uma beleza esplendorosa”.

Ainda neste 2º parágrafo, o movimento de distanciamento (RODRIGUES, 2005) é marcado pelo discurso citado, apreciado como clichê, e o uso de aspas em “Todos são iguais perante a lei”. Desqualifica o discurso jurídico aqui citado empregando o operador argumentativo “todavia”, ao introduzir a apreciação pela expressão avaliativa “falar em igualdade beira surrealismo”.

A possível reação-resposta ativa do leitor sobre a existência de “aparato jurídico” é antecipada e refutada ao mesmo tempo em que busca o engajamento do leitor, elevando-o à posição de co-autor, empregando o verbo na 1ª pessoa do plural “sabemos”.

A escolha do verbo “saber” indica ainda um conhecimento partilhado pelos interlocutores. O autor induz o leitor a acionar seu saber enciclopédico sobre a existência de leis e a confrontá-lo com a realidade.

Outra estratégia utilizada de modo mais veemente é o movimento de interpelação do leitor (RODRIGUES, 2005), ao expressar “faz-se necessário o espírito de luta”, “de reforma”, como a verdade que o leitor deve se sentir compelido a aderir. (2º parágrafo).

“É imprescindível”, expressão avaliativa que busca persuadir o leitor a concordar com a plausibilidade e credibilidade do argumento de que a “atuação de uma ONG” implicará nessa reforma (2º parágrafo).

O movimento dialógico de distanciamento (RODRIGUES, 2005) do discurso governista, no 3º parágrafo, é agora moldado pela estratégia de apagamento total do discurso do outro. O autor enumera as vantagens (apesar de dizer “uma vantagem”, apresenta quatro) da ONG sobre as iniciativas estatais. O acento de valor perpassa às críticas implícitas que desqualifica o discurso do estado e dá credibilidade ao discurso da ONG que representa.

Implicitamente, conduz o leitor a perceber que as “qualidades” da ONG contrapõem-se aos “defeitos” das estatais: “eliminam-se os típicos esquemas de corrupção e a lentidão da burocracia” (3º parágrafo).

A exaltação da ONG é introduzida pelo operador argumentativo “Ademais” indicando a base, o fundamento da ONG que tem “sua formação (está) na pluralidade étnica, social” (3º parágrafo). O intuito discursivo de engajar a “todos” no processo de luta, de reforma, sem distinção racial, social e econômica é marcado pelo pronome “todos” reforçado pelo desejo previsível do leitor de que “todos trabalham em prol de mudanças, impulsionados por um ideal” (3º parágrafo).

Num movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005), além do pronome “todos”, o discurso é construído como se autor e leitor falassem de um mesmo ponto de vista, em concordância valorativa.

No 4º parágrafo, o movimento de engajamento toma força na expressão “lutar contra a desigualdade é nosso maior objetivo”. A reação-resposta do leitor, agora elevado à posição de co-autor, é assimilável à orientação valorativa do candidato: “dentro do atual sistema, a cidadania só existe com a venda”.

Novamente faz uso do enquadramento do discurso de autoridade social e midiático (Caetano e Gil) para sustentar a tese de que “ninguém, ninguém é cidadão” e de que a desigualdade social atinge as raças branca e negra, tornando “quase brancos quase pretos de tão pobres.” Ou seja, “amontam-se assim negros (estes já excluídos pela questão racial) a condições subumanas.”

A marca de autoria é registrada em 1ª pessoa do singular no verbo “Cito”, quebrando a regra do gênero editorial de jornal, cuja autoria nunca é individual, sempre institucional. Nota-se o deslocamento da posição de autor coletivo para um modo de opinar visivelmente pessoal.

Observamos que em algumas passagens, o produtor do texto coloca-se como parte da ONG que apresenta. O leitor mais uma vez é interpelado a aliar-se ao discurso contribuindo com o acabamento do enunciado. Como se houvesse concordância entre leitor e autor, há a reiteração do paradoxo apontado pelo autor e que este, supostamente tendo como aliado seu interlocutor, põe fim: “Findemos, então, aquele paradoxo da elite branca rica e da multidão negra pobre, marginalizada. Que esta ONG tenha força para aproximar os menos favorecidos à cidadania”. No entanto, em passagem anterior a essa, o autor parece, sim, se distanciar de uma voz coletiva e defende uma opinião própria, como em: “Cito aqui a música Haiti de Caetano e Gil: “... quase brancos quase pretos de tão pobres. Ninguém, ninguém é cidadão”. Logo, esse candidato tenta se adequar à proposta fazendo a apresentação da ONG e justificando a necessidade de sua atuação.

## Redação nº 9

Caro leitor, a sociedade na qual vivemos encontra-se bem distante da “ideal”. Na primeira edição do nosso jornal esperamos que você veja claramente por meio do trabalho de nossa O.N.G. a necessidade de mudanças no âmbito social e econômico do Brasil.

Os dados que detemos mostram um país com muitos afro-descendentes e etnias não-arianas diretamente ligados a classe social determinada pobre, e dentre o 1% mais rico da sociedade brasileira apenas 12% são de etnia negra e quanto aos 10% mais pobres, apenas 30% declaram-se de cor branca segundo pesquisa do IBGE em 2003.

Mesmo após o fim da escravidão o negro não conseguiu muita ascensão sócio-econômica, visto que caiu na condição de “marginal” e não teve cidadania tão brevemente.

No Brasil a desigualdade social é relacionada a etnia em que “brancos são considerados quase pretos de tão pobres”, e os planos de governo não colaboram tanto com a igualdade social, só mesmo com O. N. G.’s lutando pelo fim da injustiça social podem dar algum apoio ao “povo”.

Na redação de nº 9, o Autor já marca o seu auditório particular com a saudação inicial. De certa forma, faz uma referência à proposta. Há explicitamente a apresentação da primeira edição do jornal da ONG. No entanto, de modo geral, o texto segue a estrutura de um texto argumentativo-dissertativo, em que é possível identificar tese, argumentos, conclusão. Não há exposição dos trabalhos desenvolvidos pela ONG, para convencer o leitor sobre a necessidade de mudanças social e econômica pleiteada.

No primeiro parágrafo, nota-se, então, a imagem que o Autor criou de seu interlocutor, um auditório particular (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005), a tentativa de adaptar o gênero editorial na situação de redação de vestibular, e, ainda, a marca de autoria institucional, que busca a adesão do interlocutor pelo emprego de verbos na 1ª pessoa do plural (“vivemos”, “esperamos” – 1º parágrafo, “detemos” – 2º parágrafo) e do pronome possessivo (“nosso”- 1º parágrafo).

O intuito discursivo orienta para a responsabilidade particularizada, que deve ser assumida por ONGs (último parágrafo), para que a sociedade “ideal” (1º parágrafo) seja alcançada, tendo em vista que o poder público não colabora com “planos” (último parágrafo) que visem a uma igualdade social.

Centrado na questão racial, o fio condutor do texto apóia-se em dados estatísticos do IBGE em 2003 (2º parágrafo) e históricos dos afro-descendentes. Apesar de dados referentes a esse ano por esse mesmo órgão constar do texto-base 2, o candidato faz uma leitura particular dos mesmos dados estatísticos evidenciando números implícitos na pesquisa, o que pode sugerir que há uma modificação dos expressados com a finalidade de consternar o leitor. Parece-nos mais uma estratégia de distanciamento de uma raça, o calar a voz da classe dominante e fazer-se ouvir a classe que sofre injustiças sociais. Além da forma como os dados foram acionados, destaca-se também a escolha da expressão “etnias não-arianas” em lugar da “cor branca” para designar e ressaltar o percentual de pobres que se declararam brancos (2º parágrafo). Parece-nos, inclusive, o parágrafo em que mais fica marcada a posição social de onde fala o Autor.

No 3º parágrafo, o movimento de refutação (RODRIGUES, 2005) de uma possível reação-resposta do leitor é introduzido pelo operador argumentativo “mesmo”, ou seja, ainda que os negros tivessem sido libertos com o fim da escravidão, a tão sonhada igualdade social-econômica não foi concretizada. Como causa desta permanente situação, o Autor aponta a condição de “marginal” na qual o negro caiu. O uso das aspas no termo, marca a ironia do Autor para com o discurso da classe não-afro-descendente.

A expressão valorativa que perpassa todo o texto é implicitamente a de que a raça ariana detém e mantém privilégios historicamente e que esta situação precisa ser modificada em benefício não somente dos afro-descendentes como das etnias não-arianas que compõem a sociedade brasileira.

Buscando respaldo no texto-base 1, o movimento discursivo de assimilação do discurso do outro (“brancos são considerados quase pretos de tão pobres”) se alia ao movimento de interpelação do interlocutor, na medida em que desqualifica o discurso do governo (implicitamente, “os planos do governo não colaboram tanto”) e colocando a instituição como o apoio que o povo necessita. (último parágrafo).

Ainda neste último parágrafo, o uso das aspas em “povo” marca a ironia do Autor em relação ao que, convencionalmente, se chama de “povo”. Ao invés de remeter a toda uma sociedade que compõe um país, o uso das aspas aqui parece sugerir, e reforçar, a

indignação com a raça ariana mesclada neste “povo”, ao mesmo tempo em que chama a atenção para qual “povo” este apoio deve e está se disponibilizando, configurando, assim, seu auditório particular.

Redação nº 10

Não há dúvidas de que o Brasil é um país marcado por disparidades sociais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2002, o volume monetário acumulado pelo 1% mais rico da população e pela metade mais pobre foi o mesmo. Além disso, a maioria dos ricos é de etnia branca; enquanto que, entre os mais pobres, destacam-se negros e pardos.

É nesse contexto de má distribuição de renda e desigualdade étnico-social que surge a nossa Organização Não Governamental (ONG). Acreditamos que justiça social não se constrói com a distribuição de esmolas e cestas básicas. Ela somente é alcançada quando o indivíduo excluído consegue um trabalho de remuneração digna, e, por meio de seu próprio salário, passa a se sustentar. Por isso, pretendemos, junto a empresários, criar novos postos de emprego e, além disso, qualificar o trabalhador, para que ele possa exercer seu ofício de forma adequada. Dessa forma, a situação de todos os envolvidos melhora: tanto a do trabalhador, que passa a poder exercer sua cidadania, quanto a do empresário, que pode contar com mão-de-obra qualificada.

Em suma, é possível amenizar as desigualdades sociais do Brasil. Para isso, preconceitos étnicos devem ser esquecidos, pois um negro é tão capaz de exercer uma profissão quanto um branco. Soma-se a isso a atuação da sociedade como um todo. Cabe a ela se engajar nessa proposta, pois apenas a atuação de nossa ONG não reverterá o triste quadro social brasileiro.

A Redação nº 10, construída com seqüências argumentativo-dissertativas, aproxima-se um pouco mais do gênero editorial, a nosso ver, por expressar a opinião ideológica da instituição (“Ela [a justiça social] é alcançada quando o indivíduo excluído consegue um trabalho de remuneração digna”), no 2º parágrafo.

Inicialmente enxergando um auditório universal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005), realça a certeza das disparidades sociais recorrendo aos dados do IBGE fornecidos no texto-base 2 (1º parágrafo). Num segundo momento, a partir do 2º parágrafo, o Autor volta-se para um auditório particular com a apresentação de uma sugestão/proposta de melhoria tanto para o trabalhador como para o empresário (2º parágrafo).

Pensamos que o candidato conseguiu simular uma imagem de si e do lugar de onde fala, quando assume seu papel de editor de jornal de ONG, ao utilizar expressões assertivas que resumem a proposta de trabalho da ONG que representa.

Em relação à questão da autoria, podemos perceber a autoria institucionalizada, marcada pelo pronome possessivo “nossa” (2º e último parágrafo) e pelos verbos conjugados na 1ª pessoa do plural (“Acreditamos”, “pretendemos”). As marcas exteriores de impessoalidade no uso de primeira pessoal do plural reforçam o direcionamento para um auditório particular.

De fato, o candidato usou outros meios. Já no 1º parágrafo, após a afirmativa de não haver “dúvidas de que o Brasil é um país marcado por disparidades sociais”, o Autor usa o enquadramento do discurso do IBGE para sustentar sua expressão de verdade, o que voltará um olhar para o Autor de forma positiva.

A situação espaço-temporal simulada construída pelo Autor foi a de apresentação inaugural da ONG e não do jornal, como sugerido na proposta. Como representante dessa instituição, interpela o interlocutor para assumir como seu o discurso em construção (“acreditamos que justiça social não se constrói com a distribuição de esmolas e cestas básicas”), buscando seu engajamento. O Autor torna o interlocutor seu aliado quando emprega os verbos na primeira pessoal do plural, como já citados. Este movimento dialógico de engajamento (RODRIGUES, 2005) cria a impressão de que Autor e leitor compartilham da mesma posição valorativa.

O horizonte axiológico induz a aceitação do leitor na medida em que o Autor apresenta sua proposta de trabalho (“pretendemos, junto a empresários, criar novos postos de emprego e, além disso, qualificar o trabalhador”) que reflete tanto a voz da classe vítima da injustiça social (“a do trabalhador, que passa poder exercer sua cidadania”) e a voz da classe privilegiada (“a do empresário, que pode contar com mão-de-obra qualificada”).

O movimento de engajamento (RODRIGUES, 2005) também aparece na conclusão dos argumentos, quando o Autor conclama a toda a sociedade para ajudar no combate às injustiças sociais, ao mesmo tempo em que, humildemente, coloca a ONG numa situação

de impotência para agir sozinha.

Em oposição aos blocos primeiro e segundo, esse terceiro bloco apresenta uma configuração diversa do protótipo da dissertação tipicamente escolar. Nas redações 7, 8 e 9, em que o auditório é particular, e na 10, cujo auditório além de particular, tem um olhar inicial para o auditório universal, o Autor é sempre institucionalizado e, talvez o aspecto mais importante, o texto é menos argumentativo, mais expositivo-descritivo, configurando-se como uma apresentação.

## CAPITULO 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até o momento, gostaríamos de retomar a hipótese inicial de que os candidatos não dariam conta de elaborarem um Editorial de Jornal solicitado na proposta, como ficou confirmado, para fazermos algumas considerações.

Em primeiro lugar, consideramos o pedido de elaboração de Editorial de Jornal para avaliação em um concurso de vestibular uma proposta bastante sofisticada, por exigir do candidato a transformação de dois gêneros (literário e informativo) em um terceiro gênero (Editorial de jornal). O agravante nessa sofisticação, a nosso ver, é que, conforme já mencionada na análise da proposta, no item 4.1, os dois gêneros que compuseram a coletânea, a música *Haiti* e o fragmento do texto informativo com a apresentação de dados estatísticos são gêneros familiares aos candidatos. Em contrapartida, o gênero que eles deveriam construir, não é. Em segundo lugar, pensamos que alguns gêneros padronizados como editorial e laudo médico são de domínios profissionalizados que requerem conhecimentos técnicos específicos adquiridos no Ensino Superior. O Ensino Médio deve colocar seus alunos em contato com a maior diversidade possível de gêneros, o que não é garantia de que darão conta de escreverem qualquer gênero. Os usuários da língua são capazes de reconhecer, talvez, todos os gêneros, mas nem sempre de reproduzi-los em situações diversas justamente por não dominarem certos ambientes sociais que elaboram seus próprios gêneros.

Neste trabalho, ficou comprovado que os candidatos usaram a liberdade de escolher um gênero para efetivarem seu texto concreto, como já mencionava Bakhtin (2000) ao se referir à relativa estabilidade do gênero, ao recorrerem à estrutura do texto argumentativo-dissertativo. Entretanto, na situação de vestibular essa liberdade é tolhida, pois, em se tratando de avaliação, todos os critérios de correção precisam ser observados e respeitados. Quando se está submetido à avaliação, o contrato genérico (MAINGUENEAU, 2005) deve ser cumprido pelas partes envolvidas sob penalidade igualmente pré-estabelecida.

Esses resultados nos levaram a um novo olhar sobre propostas de redação de vestibular. A partir das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, pode-se considerar, à luz das teorias que serviram de base a esta pesquisa, que uma proposta de redação de vestibular,

devido ao seu caráter avaliativo, deveria priorizar, na escolha de um gênero, os modos de organização predominantemente específicos de um gênero que permitissem a verificação de habilidades esperadas para um estudante de nível superior em detrimento de terminologias genéricas.

Conforme exposto, as novas diretrizes educacionais sugeriram a inclusão dos gêneros que circulam socialmente para o ensino de língua portuguesa, cujo objetivo é desenvolver competências lingüísticas. Sabemos que os gêneros são socialmente construídos: cartas, contos, crônicas, artigos de opinião, etc. Por outro lado, há o trabalho escolar com esses gêneros transformando-os, como vimos, em gêneros escolarizados.

Simular uma situação de comunicação para atender a uma proposta de ensino exige uma série de estratégias pedagógicas para que o aluno consiga executar a tarefa com louvor. Para essa simulação, o aluno precisará criar a imagem de si mesmo, do lugar social de onde fala e do seu interlocutor, essencialmente. Neste contexto, a questão da autoria, o trabalho do sujeito discursivo no texto, efetuando determinadas escolhas, realizando certos movimentos discursivos, é fundamental.

O editorial é um texto de opinião cuja autoria é institucionalizada, sendo, necessariamente, impessoal. Produzido em uma circunstância muito específica, é óbvio que o gênero editorial de jornal (e outros gêneros existentes) é impossível de ser reproduzido, fielmente, no contexto de uma prova de redação de vestibular. O que é possível se fazer, nesse contexto, é dar uma opinião, em forma de um texto de mesma natureza estrutural de um editorial, sobre temas comumente tratados em editoriais. Assim o vestibulando não estará produzindo um editorial, e sim um texto de opinião (ou artigo de opinião) sobre o tema proposto. Inclusive, um editorial pode servir de “fragmento de coletânea” para este propósito, pois a complicação maior é fazer a transferência de personalidade - de vestibulando para editorialista.

Conforme as análises realizadas, os candidatos, na maioria das vezes, não faziam referência à proposta de forma plena. Uns ignoravam-na completamente e outros se referiam a ela parcialmente. Desses últimos, a referência ora vinha no corpo do texto,

explicitando a inauguração de um jornal de uma ONG específica, ora assinando ao final da página, se autodenominando “editorial”.

Outro ponto importante foram os esquemas de adaptação do gênero à situação de vestibular acionados pelos candidatos. A ânsia de atender à proposta fez com que outros modelos de editoriais emergissem. Textos iniciados com “Caro leitor”, característica típica de editorial de revistas, e outros textos que expõem o trabalho de dada instituição ou de partido político, de um político, como os editoriais constantes em boletins informativos.

Ao tentarem responder à proposta, muitos vestibulandos se aproximaram também da dissertação escolar, com características peculiares como o apagamento do sujeito, a objetividade e o encadeamento lógico do discurso. Nesse esquema de adaptação, o auditório era o universal e para seduzi-lo foram usados argumentos históricos, políticos, jurídicos, construindo-se seqüências tipicamente argumentativas. Com isso, a maioria dos textos se aproximou mais de gêneros escolarizados; embora essa pesquisa não tenha privilegiado o quantitativo, foi possível sistematizar em três categorias distintas.

Esses dados revelam haver uma distância entre a proposta de redação elaborada pela Banca – o que ela tenta construir, simular – e os textos produzidos. Os candidatos não seguem exatamente à proposta, mas à orientação escolar de produção de um texto dissertativo. Os candidatos parecem ter interpretado as instruções da proposta como editorial de jornal no sentido de “artigo de opinião”.

Numa perspectiva dialógica, assim como afirmou Bakhtin (2000), os gêneros são relativamente estáveis e têm esta relatividade ligada indissolavelmente à intenção dos interlocutores. A dinamicidade dos gêneros permite que eles sejam construídos socialmente e têm sua estabilidade relativizada pelo trabalho dos autores, como vimos na análise do *corpus*.

A redação do editorial de jornal na situação de vestibular, a nosso ver, confirmou a tese bakhtiniana de que cada esfera potencializa os seus próprios gêneros, constroem-nos coletiva e socialmente na interação com o outro na manifestação dos discursos nos textos respeitando os aspectos temático, estilístico e composicional. Ainda que não dominassem o

gênero editorial de jornal, os Autores atualizaram normas lingüístico-discursivas para atenderem ao gênero proposto e suas especificidades dentro da atividade em questão, por terem a capacidade de reconhecer os diversos gêneros socialmente construídos e em circulação, o lugar/a esfera de que fazem parte e a linguagem devida. No entanto, acreditamos que o atendimento pleno da proposta ficou comprometido devido não somente à pouca familiaridade dos vestibulandos com o gênero editorial, por parte dos concorrentes, mas por toda a situação em que a produção textual se efetivou, por todo o conjunto de condições específicas da relação sócio-interlocutiva. A escolha do gênero editorial de jornal como proposta de redação permitiu que os candidatos alterassem o funcionamento desse gênero em sua esfera de atividade de tal modo, que inserissem aspectos de composição e estilo de outros domínios.

Concluimos, diante desse quadro, que a solicitação específica de um gênero (cartão-postal, editorial de jornal, artigo de opinião, conto, etc.) nas propostas de redação de vestibular parece centrada na tendência atual de apreensão dos gêneros textual-discursivos que circulam socialmente. Pensamos que importância maior deveria ser dada à competência discursiva que o candidato possa demonstrar no trabalho lingüístico-discursivo empreendido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Comunicação em língua portuguesa: para os cursos de jornalismo, propaganda e letras / Maria Margarida de Andrade, João Bosco Medeiros. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira, Martins Fontes, São Paulo, 2000 [1953].

\_\_\_\_\_. Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 5ª edição. Editora Hucitec, São Paulo, 1990 [1929/1930].

BALTAR, M. A. Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação / *Charles Bazerman; Ângela Paiva Dionísio, Judith Cahmabliss Hoffnagel, (organizadoras); tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel; revisão técnica Ana Regina Vieira ... [et al.]*. – São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Genre and cognitive development: beyond writing to learn. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. 2007, Tubarão, S.C. Anais, 2007. 1 CD.

BONINI, Adair. Os gêneros do Jornal: questões de pesquisa e ensino. In: Gêneros Textuais: reflexões e ensino, org. KARWOSKI, Acir Mário, GAYDECZKA, Beatris, BRITO, KarimSiebeneicher. 2.ed. er. E ampliada. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. . In: Gêneros: teorias, métodos, debates / J.L. Meurer, Adair Bonini, Desirée Notta-Roch, organizadores. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

**BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ **Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Linguagem, códigos e suas tecnologias.** PCN + ENSINO MÉDIO: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Educacionais. / **Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.244p.**

**BRONCKART, Jean-Paul.** Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo / **Jean-Paul Bronckart; trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha.** – São Paulo: EDUC, 1999.

**CALDEIRA, Josyele Ribeiro.** A redação de vestibular como gênero: configuração textual e processo social. **Dissertação de Mestrado. PUC-Rio. Rio de Janeiro, Março de 2006.**

**CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da.** O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In.: Org. **DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora,** Gêneros Textuais e Ensino, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2005.

**DOLZ, Joaquim, NOVERRAZ, Michèle, SCHNEUWLY, Bernard,** Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento, In. **ROJO, Roxane e CORDEIRO, Glais Sales,** (tradução e organização), Gêneros orais e escritos na escola, Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

**FILHO, Francisco Alves.** A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de São Paulo. Tese de doutorado, Campinas, 2005.

**FOUCAULT, Michel.** O que é um autor? In: **O que é um autor?** Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja/Passagem, 1992 [1969].

**FRANCO, Kátia Regina.** Redação de Vestibular: Gênero Textual em foco. **Monografia de Especialização. Vitória, 2005.**

GARCIA, Othon M., Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar, 19ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES-SANTOS, Sandoval Nonato. A lingüística textual na reflexão sobre o conceito de gênero. In. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, (44): 315-323, Jan./Jun. 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à lingüística textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Desvendando os segredos do texto. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Argumentação e Linguagem. – 10.ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1997

LEITE, Luciana Paiva de Vilhena. Estratégias argumentativas no discurso jornalístico opinativo: séculos XIX e XX. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

LINO DE ARAUJO, Denise. Práticas letradas no vestibular: análise de uma prova de redação. Revista Intercâmbio. Volume XV. São Paulo, LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275X, 2006.

MACHADO, Anna Raquel. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: Gêneros: teorias, métodos, debates / J.L. Meurer, Adair Bonini, Desirée Notta-Roch, organizadores. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique, Análise de textos de comunicação. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha, 3. ed. – São Paulo: Cortez: 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In. Org. DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora, Gêneros Textuais e Ensino, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: Gêneros textuais: reflexões e ensino / Acir Mário Karwoski, Beatriz Gaydeczka, Karim Siebeneicher Brito (orgs.) – 2 ed. Ver. E ampliada. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura.- 5ª ed. – São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PÉCORA, Alcir. Problemas de redação. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PERELMAN, Chäim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. -2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1992].

PILAR, Jandira, A redação de vestibular como gênero. In.. Orgs. MEURER, José Luiz, MOTTA-ROTH, Désirée, Gêneros textuais e prática discursivos: subsídios para o ensino da linguagem,. EDUSC – Bauru, SP, 2002.

POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. Observações esparsas sobre discurso e texto. In. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, (44):211-222, Jan./Jun. 2003.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: Gêneros: teorias, métodos, debates / J.L. Meurer, Adair Bonini, Desirée Notta-Roch, organizadores. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: Gêneros: teorias, métodos, debates / J.L. Meurer, Adair Bonini, Desirée Notta-Roch, organizadores. – São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, Jane Quintiliano G. Gênero discursivo e tipo textual. In. Scripta Lingüística e Filologia. Revista do programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC. V. 2, n. 4, p. 87-106, Belo Horizonte, 1999.

SOARES, M.B., A Redação no Vestibular. In. Cadernos de Pesquisa, nº 24, p.53-56, S.P., 1978 – Fundação Carlos Chagas.

SCHWENEULY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: Gêneros orais e escritos na escola/ tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. \_ Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

THEREZO, Graciema Pires. Como corrigir redação. Campinas, SP: Editora Alínea, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

VOLOSHINOV, V.N. Discurso na vida e discurso na arte. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, do texto em inglês de I. R. Titunik Discourse in life and discourse in art concerning sociological poetics. Publicada em V.N. Voloshinov, Freudism. New York. Academic Press, 1926/1976.

*Sites:*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

<http://www.vestibular.ufba.br/>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<http://www.coperve.ufpb.br/>

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

<http://www.ccv.ufes.br/>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

<http://www.puc-rio.br/vestibular>

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

<http://www.convest.unicamp.br/>

Universidade Federal Fluminense (UFF)

<http://www.coseac.uff.br/>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

<http://www.ufmg.br/copeve>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

<http://www.ufsc.br/coperve/>

Universidade Federal de Goiás (UFG)

<http://www.cs.ufg.br/>

Universidade de Brasília (UnB)

<http://www.cespe.unb.br/vestibular/>

[www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)

[www.unicamp.br](http://www.unicamp.br)

## ANEXO I

Quadro 1- Quadro de gêneros solicitados em redações de vestibulares

INSTITUIÇÃO	ANO	GÊNERO(S)
UFES	2005	Dissertativo, Narrativo e Carta argumentativa.
	2006	Editorial de Jornal, Relato, cartão postal.
	2007	Artigo, relato e comentário.
UFF	2006	Narrativo, Carta (a um amigo ou ao leitor de jornal), texto com tema definido e “passagens” narrativas, descritivas e argumentativas.
UFPE/UFRPE	2005, 2006	Dissertativo
UFC	2007	Texto jornalístico opinativo
USP	2007	dissertativo
UFC	2007	Artigo de opinião
UFAL	2006	Dissertativo
UFPB	2007	Texto opinativo
UFMT	2007	Artigo jornalístico
UFG	2007	Artigo de opinião, fábula, carta pessoal
UFU	2007	Argumentativo
UFSC	2005	O vestibulando define
UFBA		Dissertativo, narrativo, descritivo, epistolar ou misto.
UFMG	2004	Argumentativo, narrativo, dissertativo, analítico (2x), explicativo.
	2005	Artigo, carta, página de diário, analítico, interpretativo.
	2006	Dissertativo, manifesto, artigo de opinião (jornal), análise crítica, explicativo (2x).
UNICAMP	2004, 2005, 2006	Dissertativo, narrativo, carta.
PUC-RJ	2007	Dissertativo
UnB	2007	Descritivo, narrativo, expositivo/argumentativo e/ou instrucional. Resumos, resenhas, cartas, propagandas, textos informativos e argumentativos.
UCG	2007	Dissertativo
UFRJ	2007	Carta.

## ANEXO II

Quadro 1- Quadro de correção da prova de redação da UFES

CRITÉRIO	ANÁLISE	AVALIAÇÃO
Fidelidade ao tema proposto e ao tipo/gênero de texto.	Atendimento à proposta e domínio da estrutura do tipo/gênero textual solicitado.	Se houver fuga total do tema proposto ou do tipo/gênero de texto solicitado, a questão será anulada.
Utilização da coletânea.	Utilização dos elementos da coletânea que auxiliam a elaboração/discussão da redação.	Perderá pontos, caso reproduza fragmentos da coletânea em forma de colagem; a questão será anulada, caso não utilize a coletânea.
Adequação à modalidade escrita em língua padrão.	Domínio da norma padrão, das regras de acentuação e pontuação; texto legível.	Perda de pontos.
Coesão	Emprego dos recursos vocabulares, sintáticos e semânticos da língua.	Perda de pontos.
Coerência	Será considerado segundo o tipo/ gênero solicitado.	Perda de pontos.

# Companhia da Criança

Boletim Informativo da Fundação Fé e Alegria do Brasil  
Sub-Regional Espírito Santo - N<sup>o</sup> 03 - Maio 2006



Fé e Alegria

Promoção Social Movimento de Educação Popular Integral e



## Centro de Educação Técnica inicia atividades em Laranja da Terra



A Fundação Fé e Alegria do Brasil está completando 25 anos em 2006. Uma longa e importante caminhada em favor da educação popular integral e da promoção social de pessoas e comunidades. Ao final do ano passado, Fé e Alegria concluiu seu plano estratégico para os próximos cinco anos. Com presença em doze estados brasileiros, a instituição estabeleceu novos desafios para o fortalecimento de sua proposta educativa, um aprimoramento cada vez maior na sua gestão e uma ação pública capaz de contribuir na construção de políticas públicas de interesse para a maioria da população brasileira.

No cenário internacional, Fé e Alegria já completou cinquenta anos de fundação pelo jesuíta Pé. José Maria Vélaz. Atualmente o movimento está presente em quinze países latino-americanos e na Espanha, e continua fiel ao seu lema de levar "a melhor educação para os mais pobres". Por isto, também no Espírito Santo, Fé e Alegria vem assumindo novos desafios. Confira nesta edição do Companhia da Criança!

Está quase tudo pronto! No segundo semestre deste ano deverão começar as aulas para os alunos do Centro de Educação Técnica Fé e Alegria, que está sendo construído no município de Laranja da Terra, graças ao apoio da Fundación Entreculturas e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

O primeiro curso a ser oferecido, com duração de dezoito meses, será o de Técnico em Agropecuária, com ênfase em gestão do agronegócio familiar. A proposta é preparar os jovens da região, em sua maioria filhas e filhos de agricultores familiares, para melhor conduzir os negócios da família. Para que isto aconteça, a escola buscará transmitir conhecimentos que ajudem a aprimorar os processos produtivos e comerciais relacionados à produção familiar.

Para inscrever-se no curso é necessário que o jovem tenha concluído o ensino médio. Após preencher o cadastro, o candidato passará por teste de conhecimentos gerais e uma entrevista. O resultado final, com a lista dos candidatos aprovados sairá no mês de julho. As inscrições já podem ser feitas na Secretaria Municipal de Educação de Laranja da Terra.



# MASCARADOS

informa

Edição 01 - 1º Semestre de 2007



Fé e Alegria

Ministério de Educação, População e Promoção Social



## CULTURA DIGITAL

### Comunicação sem fronteiras

Voz, identidade e visibilidade. São palavras que ganharão mais força no Centro Cultural e Esportivo Fé e Alegria / Ponto de Cultura Mascarados... Por quê? É que está bem próximo o dia da inauguração do Centro de Cultura Digital comunitário em Nova Esperança, c 1º da Grande Nova Rosa da Penha e também do município de Cariacica.

A Cultura digital é uma das ações do programa Cultura Viva. Cada Ponto de Cultura recebe um estúdio multimídia, que permite à comunidade ter acesso e dominar a tecnologia necessária para gravações e produções de CDs, vídeos, colocar uma rádio no ar e uma página na internet.

Com o Centro de Cultura Digital a comunidade poderá registrar a memória de suas expressões culturais fortalecendo-a com a ótica do próprio olhar, ultrapassando assim a simples condição de ferramenta para se tornar um forte meio de produção, valorização e difusão da produção cultural da localidade. Tudo será realizado com programas em software livre, que trazem o conceito de práticas de compartilhamento tecnológico, generosidade intelectual e trabalho colaborativo e solidário.

Em nossa próxima edição já estaremos divulgando com muito orgulho os frutos de nosso Centro de Cultura Digital. Aguardel



### Por que, Ponto de Cultura Mascarados?



A Fundação Fé e Alegria atua há cinquenta anos no cenário internacional pautando suas ações em favor da educação popular integral e da promoção social de pessoas e comunidades. Partindo desta premissa, queríamos um nome que estabelecesse um diálogo com o que existe de mais tradicional e orgânico nas manifestações da cultura popular do município, buscando assim o reconhecimento e o fortalecimento da identidade cultural, haja vista que, ao mesmo tempo que essas manifestações estão presentes e próximas, também se encontram distante e inacessíveis.

Quando pensávamos no nome, sempre o que vinha com mais força era a manifestação popular de maior expressão no município de Cariacica: O Congo de Roda D'Água e as figuras de seus Mascarados, característica peculiar. Ponto final. Estava definido o nome: Mascarados. Figuras anônimas que simbolizam o povo que luta pelo direito de estar, fazer e de ser parte significativa da sociedade.

### EDITORIAL

*Mais um ano começa.*

*Novos sonhos, novos projetos e uma enorme esperança em concretizar nosso ideal de um mundo mais justo e igualitário. É com muita felicidade que a equipe do Centro Cultural e Esportivo Fé e Alegria / Ponto de Cultura Mascarados lança a primeira edição do MASCARADOS INFORMA.*

*O boletim é uma das ações do ponto de cultura Mascarados que é fruto de uma parceria da Fundação Fé e Alegria com o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura.*

*Queremos com o Mascarados Informa, partilhar com você leitor nossas alegrias e experiências desenvolvidas em nosso Centro cultural e Esportivo.*

